



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Fernanda Alíne Tavares Amaro

**Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas
sobre a parentalização dos avós**

UBERLÂNDIA

2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Fernanda Alíne Tavares Amaro

**Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas
sobre a parentalização dos avós**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A485q
2015 Amaro, Fernanda Aline Tavares, 1989-
 Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas sobre a
parentalização dos avós / Fernanda Aline Tavares Amaro. - 2015.
 200 f.

 Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.

 1. Psicologia - Teses. 2. Avós - Teses. 3. Infância - Teses. 4. Família
- Aspectos psicológicos - Teses. I. Paravidini, João Luiz Leitão. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Fernanda Aline Tavares Amaro

Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas sobre a parentalização dos avós

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 12 de Junho de 2015.

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Joyce Marly Gonçalves Freire

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dra. Daniela Waldman Teperman

São Paulo, SP

Prof. Dra. Elzilaine Domingues Mendes (Suplente)

Universidade Federal de Goiás – Catalão, GO

Prof. Dra. Lígia Ferreira Galvão (Suplente)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2015



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



1 ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-
2 GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL
3 DE UBERLÂNDIA.

4 Programa de Pós-graduação em Psicologia – PGPSI

5 Defesa de: Dissertação de Mestrado Acadêmico - nº 0229/2015/PGPSI

6 Data: 12/06/2015 Hora de início: 14:00h

7 Discente: Matrícula nº: 11312PSI005 Nome: Fernanda Aline Tavares Amaro

8 Título do Trabalho: “Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas sobre a parentalização
9 dos avós”.

10 Área de Concentração: Psicologia Aplicada

11 Linha de Pesquisa: Psicanálise e Cultura

12 Projeto de Pesquisa de Vinculação: Sujeito, família e laços sociais na contemporaneidade.

13 Reuniu-se, no auditório 4K, do Campus Umuarama, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca
14 Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, assim composta:
15 Professores Doutores: João Luiz Leitão Paravidini (UFU) orientador(a) do(a) candidato(a); Lígia Ferreira
16 Galvão (UFU) e Daniela Waldman (membro externo à UFU).

17 Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa Dr. João Luiz Leitão Paravidini apresentou a Comissão
18 Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao(à) Discente a palavra para a
19 exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) Discente e o tempo de arguição e resposta foram
20 conforme as normas do Programa.


21 A seguir o (a) senhor (a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as),
22 que passaram a arguir o(a) candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a
23 Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais.

24 Em face do resultado obtido, a Banca considerou o(a) candidato(a) A PROVADO(A).

25 Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de
26 Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do
27 Programa, legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

28 Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às 17... horas e ...00... minutos. Foi lavrada a presente
29 ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.


Prof.^a Dr.^a Lígia Ferreira Galvão (UFU)


Prof.^a Dr.^a Daniela Waldman (membro externo à UFU)


Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (UFU)

Orientador

A todos que tocaram minha vida com qualquer pedacinho de suas histórias e me ajudaram a subverter minha forma de ver...

A todos que deslumbraram meu olhar e amoleceram meu coração ao me apresentarem a singularidade de suas existências para muito além de qualquer teoria...

AGRADECIMENTOS

É difícil encontrar uma forma de agradecer a tudo e a todos que ajudaram na constituição desta trajetória do mestrado. E hoje, eu inicio minhas despedidas deste percurso com a certeza de que jamais caberei de volta no lugar de onde eu vim, ou pelo menos não do mesmo modo... As expansões, recriações e reinvenções inauguraram uma nova forma de olhar e ouvir, e por que não uma nova forma de sentir?

Agradeço primeiramente, portanto, a tudo e a todos que me tocaram e atravessaram meu caminho, provocando que coisas novas surgissem e me transformassem. Agradeço as conversas de botequim, os papos cabeças, as discussões políticas, os filmes e livros indicados, as aulas, os textos e questionamentos, enfim, agradeço a tudo isso que me ajudou a movimentar ideias e a desconstruir saberes. Assim, agradeço aos professores, amigos, familiares e colegas que não somente passaram por mim, mas que, de certo modo passaram, esbarraram e deixaram algo de si comigo, levando consigo algumas partes de mim.

Agradeço aos meus pais, Júlio e Mara, que me apresentaram o mundo, me deram um nome e um lugar muito especial em suas vidas, me acolheram nos momentos mais difíceis e seguraram a barra todas as vezes em que foi preciso. Agradeço por eles terem se reinventado quando eu cheguei em suas vidas e agradeço por eles se reinventarem tantas vezes, me mostrando o quanto isso é bonito. Agradeço ao meu irmão, Frederico, que sempre me faz perguntas interessantes para as quais eu quase nunca tenho as respostas. Ele me ajuda a suportar o não saber, me ajuda a questionar o que está pronto e me provoca expansões indescritíveis.

Agradeço ao meu companheiro, marido e grande amigo, Rene, que despertou e continua despertando inefáveis sentimentos dentro de mim. Agradeço por ele ter me suportado nesse período delicado, por ter segurado a minha mão e me oferecido colo todas as vezes em que precisei. Também agradeço imensamente por ele saber, como ninguém mais, distinguir tão bem os momentos de chorar junto comigo e me oferecer abrigo, dos momentos de interromper meu choro e me oferecer a possibilidade de seguir adiante.

Agradeço aos meus avós, Dalva, José e Selma, pelos *causos* contados, pela preocupação com a minha felicidade, pelo cuidado de sempre, pelo carinho gratuito e pela simples presença em minha vida. Infelizmente, ao longo desta caminhada, no mestrado, minha avó Selma me fez descobrir um novo jeito de sentir saudade, uma saudade dolorida que engasga até as palavras. É muito difícil lidar com a morte, contudo eu lhe sou profundamente grata por ter cuidado de mim até o momento de partir.

Agradeço à tia Maynne, às minhas primas, à minha afilhada, aos meus tios e ao meu novo priminho, por me ensinarem a descobrir novas partes de mim a cada encontro. Agradeço aos meus sogros, meus cunhados e cunhadas e, principalmente, ao meu primeiro sobrinho, Benício, que fez de mim uma tia babona.

Agradeço às amigas Amanda Biasi, Larice Santos e Letícia Vargas. Amanda, por ser uma irmã de alma, desde sempre e para sempre. Larice, por ser uma brisa mansa que aconchega meu coração. Letícia, por estar sempre ao meu lado. Sou grata a todas as madrinhas e padrinhos de casamento que sempre me ofereceram um ombro amigo. Agradeço também à Luíza Marianna, Larissa Leite, Marina Arantes, Máira Sacavazza e a todas as pessoas que me ajudaram a crescer e a experimentar sentimentos diversos. Agradeço às companheiras do mestrado, Letícia Ferreira, Bruna Gibim, Klenya Duarte, Gizelle Cunha,

Sybele Macedo e a todos que me auxiliaram a seguir em frente de um jeito mais brando e terno.

Agradeço à Hélvia e Léia, que me ensinaram tanto com os estágios e supervisões, quanto com as conversas e abraços amorosos. Obrigada por terem acreditado em mim e me oferecido tanta ternura. Obrigada por terem cativado um espaço tão especial dentro de mim. Agradeço à Anamaria, por ter dedicado um pedaço de carinho enorme a mim e ao meu trabalho. Obrigada pelos encontros afetuosos, pelo cuidado e pela doçura com que marcou meu caminho. Agradeço à professora Joyce, que abraçou meu trabalho com a delicadeza e a afeição de quem tem muito a ensinar e a oferecer. Obrigada por ter contribuído tanto e sido tão carismática.

Agradeço ao PGPSI pela oportunidade, à Marineide pela atenção, à CAPES pela bolsa. Agradeço aos pacientes que confiaram em mim, tocaram minha vida e me permitiram tocar as suas existências, proporcionando-me ampliar minha forma de olhar, de ouvir e de sentir. Agradeço ainda à Clínica Freudiana por me possibilitar crescer e me oferecer um lugar de aprendizado contínuo, sobretudo sobre o que eu não aprendi no espaço da Universidade. Agradeço especialmente à Shnaider, Carol, Margarete e Christiano, pelo afeto que circula livre em meio à atenção e ao cuidado.

Acredito que cheguei ao mestrado com milhares de dúvidas, mas também com várias certezas. E uma coisa é certa: hoje me despeço com bem menos certezas e bem mais dúvidas. Quanto à isso, agradeço especialmente ao meu orientador, João Luiz, por ter me ajudado a desconstruir as certezas e a multiplicar as dúvidas, por ter respeitado meu tempo e minha singularidade, acreditado no meu trabalho e promovido tantas movimentações internas. Para falar a verdade, confesso que ele leva bastante jeito para desorientar alguém. Este é um elogio

muito especial e nobre. Nessa caminhada, me desorientar foi fundamental e incrível. Obrigada por ter me acolhido, me chacoalhado e me virado do avesso tantas vezes.

Quero agradecer as boas energias e vibrações que recebi ao longo desse trajeto. Por fim, agradeço aos cafunés mansinhos, prosas gostosas, ombros amigos, abraços apertados, olhares interessados e perguntas curiosas que tanto me confortaram e me instigaram, mantendo meu *músculo cardíaco afetivo* tão aquecido e macio.

Levo comigo as marcas que ficaram de todas as experiências e de todas as pessoas que atravessaram o meu caminho e acariciaram o meu coração! Também levo no peito um bocado de saudade, eternas lembranças e uma boa história para contar...

É de um distanciamento com a linguagem, de um exílio que se escreve. De uma ignorância, no sentido de uma desaprendizagem, de uma quebra com o ver cotidiano, olhar como a primeira vez, com o deslumbramento de um des-saber, compromisso com nada. (Marília Moraes, 2006)

RESUMO

Amaro, F. A. T. (2015). *Quem é o responsável pela criança? Reflexões psicanalíticas sobre a parentalização dos avós*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

As configurações familiares se diversificaram ao longo dos anos e, com isso, houve uma consequente pluralização nos modos de organização dos cuidados com a infância. Com o foco em famílias cujas crianças são criadas pelos avós, nos indagamos sobre as funções por eles assumidas nestas famílias e sobre o exercício das funções parentais neste cenário. Este trabalho se amparou, ao mesmo tempo em que foi guiado, pelo método clínico psicanalítico. Três famílias cruzaram o caminho desta pesquisa proporcionando que teoria e práxis pudessem se ampliar e se reinventar a fim de criar um saber singular. Para entender a família contemporânea foram abordadas questões relativas aos aspectos históricos, culturais e sociais percorridos pela família tradicional e moderna até os dias de hoje, que contribuíram para a multiplicidade dos formatos familiares. Com base no encontro fundamental que acontece entre o bebê e o Outro foram discutidas as funções parentais primordiais para que se propiciassem possíveis reflexões sobre a função dos avós, bem como sobre a constituição do seu processo de parentalização. A parentalidade é abordada de forma desnaturalizada, isto é, entendida para além do campo biológico, se sustentando, portanto, no campo do simbólico. Desse modo, discutimos os impasses e embaraços destes avós, almejando entender as demandas que os enlaçam à criação dos netos e como os processos de parentalização foram se desenhando nestas famílias.

Palavras Chave: Avós, Parentalização, Funções Parentais, Infância, Família Contemporânea.

ABSTRACT

Amaro, F. A. T. (2015). *Who is responsible for the child? Psychoanalytic Reflections on grandparents parentification*. Master's Thesis. Institute of Psychology of the Federal University of Uberlândia.

The family configurations have diversified over the years and with that there was a consequent plurality in ways of organizing children's care. Focusing on families whose children are raised by grandparents, we ask ourselves about the functions assumed by them in these families and on the exercise of parental role in this scenario. This research was bolstered at the same time it was guided by clinical psychoanalytic method. Three families crossed the path of this work providing that theory and practice could be expanded and reinvent itself in order to create a singular knowledge. To understand the contemporary family issues, it was broached on historical, cultural and social aspects covered by traditional and modern family until the present day, which contributed to the multiplicity of familiar formats. Based on the fundamental encounter of the infant and the Other, it was discussed the primary parental role that could propitiate possible reflections on the role of grandparents, as well as on the constitution of its parentification process. Parenthood is approached in denatured form, it means, understood beyond the biological field, supporting thus the symbolic field. So, we discuss the impasses and embarrassment of these grandparents, aiming to understand the demands that join with them the grandchildren's creation and how parentification processes were being drawn in these families.

Keywords: Grandparents, Parentification, Parental Roles, Childhood, Contemporaneous Family.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. FAMÍLIAS DIVERSAS, FORMATOS PLURAIS	24
1.1 FAMÍLIA E ORDEM SOCIAL: OS TEMPOS MUDARAM, A FAMÍLIA MUDOU	27
1.2 DA FAMÍLIA MODERNA À FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	31
1.3 O QUE NÃO SE ALTERA: A FUNÇÃO DA FAMÍLIA	40
2. DAS FUNÇÕES PARENTAIS À PARENTALIZAÇÃO DOS AVÓS	47
2.1 O BEBÊ E O OUTRO: TRANSMISSÃO, INSCRIÇÃO E NOMEAÇÃO	50
2.2 PARENTALIZAÇÃO DOS AVÓS: DESAFIOS E IMPASSES	64
3. O ENCONTRO FUNDAMENTAL: CASOS CLÍNICOS	77
3.1 JOSÉ AUGUSTO E ABADIA: A VIOLÊNCIA DOS VÍNCULOS	82
3.1.1 <i>O contato com a violência</i>	85
3.1.2 <i>O boné, o skate e outros fantasmas</i>	88
3.1.3 <i>A falta e as faltas</i>	91
3.1.4 <i>A pipa e o alfabeto</i>	95
3.1.5 <i>Desejo de morte: tudo igual, mas tudo diferente</i>	103
3.2 HÉRCULES, PABLO E JOÃO: HISTÓRIAS DE ABANDONO E SOLIDÃO	111
3.2.1 <i>O primeiro contato: impacto, desordem e caos</i>	113
3.2.2 <i>Uma novidade: a presença de um terceiro</i>	117
3.2.3 <i>A dança da solidão</i>	122
3.2.4 <i>Outras danças</i>	125
3.3 NAYARA, NARA E SANDRA: MARCAS DE PASSADOS SILENCIADOS	131
3.3.1 <i>Primeiros contatos: a primeira história e a presença de Sandra</i>	133
3.3.2 <i>A dinâmica nas sessões</i>	139
3.3.3 <i>A voz de Nara</i>	143
3.3.4 <i>Os fantasmas do passado: homens cruéis, histórias difíceis</i>	152
3.3.5 <i>Avó, mãe e filha: novos arranjos</i>	155
4. DISCUSSÃO	159
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	176

ANEXOS.....	191
ANEXO I: PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	191
ANEXO II: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	194
ANEXO III: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MENOR DE IDADE).....	196
ANEXO VI: AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	198
ANEXO V: DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE DA PESQUISA	199
ANEXO VI: TERMO DE COMPROMISSO DA EQUIPE EXECUTORA DE PESQUISA	200

INTRODUÇÃO

Uso a palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar. [...] Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres desimportantes. [...] Sou um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas. Queria que a minha voz tivesse um formato de canto. Porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática. Só uso a palavra para compor os meus silêncios. ("O Apanhador de Desperdícios", Manoel de Barros, 2003)

A infância sempre me seduziu de algum modo. Os primeiros encantamentos despertados por essa etapa tão peculiar e fundamental para a constituição do sujeito vieram através da poesia. E foi Manoel de Barros quem me iluminou os olhos para enxergar a beleza e as singularidades do trabalho com a infância.

Manoel Wenceslau Leite de Barros, mais conhecido como Manoel de Barros, foi o poeta escolhido para abrir este trabalho e provocar as reflexões iniciais sobre o tema que será abordado. O poeta elegia como matéria de suas poesias as coisas pequenas e desimportantes aos olhos da sociedade e afirmava que "os andarilhos, as crianças e os passarinhos têm o dom de ser poesia" (Barros, 2003, s/n texto VI), colocando em seus versos o valor daquilo que o levou a escrever:

É um olhar para baixo que eu nasci tendo, é um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo. O ser que na sociedade é chutado como uma barata – cresce de importância para o meu olho. Ainda não entendi por que herdei esse olhar para baixo. Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas. ... Pessoas pertencidas de abandono me comovem: tanto quanto as soberbas coisas ínfimas. (Barros, 2009, p.27)

Esbarrar com a poesia nos primeiros parágrafos de uma dissertação pautada na perspectiva psicanalítica é, de certo modo, convocar o leitor a olhar para este registro como quem escuta uma poesia de um lugar muito singular dentro de si, ao mesmo tempo em que se depara com um mundo todo compartilhado, cheio de semelhanças e dessemelhanças. Como destaca Rinaldi (2007), tanto Freud quanto Lacan, sustentaram uma posição de que, diante da arte, todos estão em uma condição de aprendizes, de modo que o artista sempre precede o psicanalista, ajudando-o a abrir os caminhos. Assim, devo alertar o leitor que, ao longo deste trabalho, não foi possível separar a escrita acadêmica e psicanalítica da escrita poética, que tem raízes viscerais dentro de mim. Já que, escrever é criar, e criar é se entregar à arte da invenção, por vezes vou me arriscar na invenção de um palavreado todo atravessado de poesia para falar de psicanálise.

Retornando à poesia e aos seres sem valor que crescem de importância aos olhos de Manoel de Barros, vale lembrar que o poeta também apresentou sob um novo olhar, a criança, que socialmente não tem a voz para compor os discursos legitimados sobre ela (Scotton, 2007). Ao perceber as grandes transformações ocorridas ao longo de quase 98 anos de vida e de muita poesia, Manoel viu na linguagem a possibilidade de aprender sobre o sujeito e sobre suas invenções criativas frente a todas essas transformações. Para ele "só as palavras não

foram castigadas com a ordem natural das coisas. As palavras continuam com os seus deslimites" (Barros, 2009, p.77).

O poeta recordava as brincadeiras de sua infância e falava da capacidade que as crianças têm de criar seus próprios jogos. A criança sempre foi vista pelo autor como um ser inquieto, inventivo e transgressor, capaz de criar um mundo novo a partir daquilo que já encontra pronto em um mundo maior (Scotton, 2007). Assim, Manoel revelou que nada seria capaz de destruir a imaginação da criança. Ele percorreu caminhos que se cruzaram com os "cheiros da infância" e falou da sombra da criança que permanecia no adulto, deixando claro que, para ele, a vida humana não é uma linha reta, mas um entrecruzamento de tempos, memórias e experiências. Isso o levou a romper com a língua padrão e culta, ao fazer arte com o modo de falar da criança, articulando oralidade e escrita em suas estripulias verbais. De tal modo, Manoel deixou sua marca ao fazer uso da linguagem poética e do olhar da criança, virando pelo avesso a ordem racional das coisas.

Esse jeito atravessado de encantamentos com que Manoel de Barros enxergava a infância me fez aprender muito sobre a constituição do sujeito e sua entrada no mundo da linguagem. Freud também teve seu cantinho mais que especial nesse trajeto. Em um de seus brilhantes textos, ele aproximou o trabalho criativo do escritor ao da criança que brinca e fantasia criativamente, além de comparar o poeta também ao adulto em devaneios, com seu fantasiar propiciador de cenas que tornam a realidade mais fácil de ser suportada, menos dura e mais prazerosa (Freud, 1908/1996a).

Acredito que meu interesse pela Psicanálise e, principalmente, sobre como se constitui a relação entre a criança com o mundo à sua volta e com aqueles que lhe cuidam, têm raízes na poesia, na arte, na literatura e na memória da minha própria infância, inclusive. Os infinitos desconcertos e provocações cultivados após a interlocução das leituras psicanalíticas

e poéticas me ajudaram a indagar, a partir da prática clínica, sobre o cenário que se apresentava nesta prática.

Ao longo da trajetória da graduação, sempre senti muita falta de mais discussões e mais estudos sobre a situação atual da infância, bem como sobre os múltiplos formatos da família de hoje. Por isso, demorei um pouco a conseguir cruzar meu caminho com este universo de estudo. Com base nas experiências de estágios realizadas na Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (CLIPS/IPUFU), que oferece atendimento psicoterapêutico gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) à população do município, me foi possível observar a grande quantidade de crianças e suas famílias que aguardavam por atendimento na fila de espera. Além disso, me foi possível perceber o quanto essas crianças chegavam cada vez mais cedo aos consultórios psicológicos, sem mencionar a alta quantidade de diagnósticos médicos psicopatológicos instaurados, que faziam com que as famílias se vissem em completo desespero. Enfim, era notório o quanto as famílias e as crianças se viam desamparadas e buscavam por alguma possibilidade de tratamento.

O mundo de hoje é fortemente marcado pela supremacia da ciência e da razão, o que contribui para que a subjetividade do ser humano seja colocada em posição secundária e até mesmo combatida em nome de uma autonomização aparentemente sem limites (Ferrari, 2002). As palavras de Ferrari (2002) ajudam a esclarecer que, "ainda que a psicanálise não seja querida no mundo científico, a subjetividade do homem a reclama como possibilidade de ser escutada" (p. 83). Neste sentido, o apelo à possibilidade de ouvir as singularidades para compor as formas de olhar para a infância e seu entorno, se fazia urgente e fundamental.

Em meio a esse percurso de atravessamentos por diversas questões relacionadas à prática clínica da análise da infância e de suas famílias acontecia também um encontro

fundamental e surpreendente com a teoria do sujeito, que abria espaço para indagações diversas. Foi neste cenário que o interesse pelo estudo da infância se cruzou com personagens interessantes: os avós. Os avós marcaram meu caminho pelos estágios, uma vez que as crianças que chegavam até mim, através dos atendimentos de famílias, vinham de mãos dadas com os avós e não com os pais. Tal fato intrigou-me, uma vez que as tentativas de convocar os pais para comparecer às sessões eram boicotadas não só pelos próprios pais, que se esquivavam dos meus contatos e de suas responsabilidades parentais, mas também pelos avós, que em meio às infinitas queixas da árdua tarefa de criar os netos, acabavam seduzidos por estes netos e enlaçados por seus filhos frente às suas demandas.

A partir das inquietações provocadas pelas interrogações supramencionadas, foram surgindo questionamentos a respeito da situação da sociedade atual em meio às suas transformações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais que tocam no cenário familiar em suas relações com os sujeitos deste tempo. Emergia, então, a necessidade de tentar olhar para quem cuida das crianças de hoje, como cuida e por que cuida, uma vez que as configurações familiares se diversificaram com uma frequência incrível, pluralizando, assim, os modos de organização dos cuidados com as crianças.

Os desafios para o entendimento das transformações familiares e sociais que afetam o universo infantil e suas adjacências vêm sendo alvo de um crescente interesse por parte dos pesquisadores e cientistas. A exemplo das pesquisas em Psicanálise que abarcam a temática, estão os trabalhos de Cirino (2001), Comparato e Monteiro (2001), Dolto (2005), Julieta Jerusalinsky (2009; 2011), Kamers (2006), Lebovici (2004), Mannoni (1999), Mary Del Priore (2009), dentre inúmeros outros. Esta proposição de pesquisa de mestrado surgiu, portanto, como uma tentativa de, através de um olhar psicanalítico, pensar um pouco mais sobre as dinâmicas familiares de nosso tempo, sobre a ginástica inventada pelos pais e avós

para cuidarem dos filhos e netos, bem como sobre as funções parentais contemporâneas¹, exercidas não só pelos pais, mas também pelos avós.

Este trabalho se amparou, ao mesmo tempo em que foi sendo guiado, pelo método clínico psicanalítico. Desde Freud (1915/1996a) é sabido que o inconsciente é o objeto de investigação da psicanálise, entretanto, para bordejar o que há de inconsciente é necessário, da posição clínica, ouvir e investigar o sujeito e os impasses desse sujeito em sua singularidade constitutiva. Deste modo, nos caminhos percorridos por este trabalho foi preciso, através da escuta clínica analítica, ouvir o que havia de singular em cada caso, para assim, pensar o que se passava em meio às relações familiares que contribuía para que os avós fossem chamados a exercer a função de cuidadores de seus netos.

Três famílias cruzaram o caminho desta pesquisa e ampliaram os horizontes com relação ao tema que fora desenvolvido, sendo que, um pouco mais adiante, deve haver uma melhor apresentação sobre cada uma das famílias e sobre as peculiaridades dos encontros que ocorreram. O foco deste trabalho não esteve na infância em si, mas em seu entorno, isto é, no que acontecia nestas famílias específicas e o que as levou a buscar ajuda psicológica. Os atendimentos foram realizados no modelo técnico de Intervenções Psicanalíticas Conjuntas

¹ Muitas discussões são feitas a respeito da terminologia mais adequada para se referir ao tempo em que vivemos. Bauman (1998) trouxe luz ao termo *pós modernidade*, e em seguida, *modernidade líquida* (Bauman, 2001), para falar da fluidez dos laços humanos na era posterior à modernidade. Birman (2001) opta pelo termo *atualidade*, mas passeia também pelo termo *contemporaneidade*. Ceccarelli (2002), Comparato & Monteiro (2001) e vários outros autores adotaram a nomenclatura *contemporaneidade*. Já Lipovetski e Charles (2004), acreditam que estamos no tempo do *hiper*, onde tudo está em demasiado excesso, por isso utilizam a *hipermodernidade*. Por ora, optaremos pelo termo *contemporaneidade* para designar o tempo presente. Como define Agamben (2009, p.59) a contemporaneidade é “uma singular relação com o próprio tempo”, sem que se mantenha sobre a época um olhar fixo, mas sempre à distância, através de uma dissociação anacrônica, para o autor, “contemporâneo é aquele que percebe o escuro de seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo...” (p.64).

entre a criança e sua família. Este se baseia na proposta de Intervenção Terapêutica Conjunta Pais-Filhos, sistematizada por Mélega (1998), que advém do modelo de Esther Bick (1967) de observação da relação mãe-bebê. Paravidini, Próchno, Perfeito e Chaves (2009), esclarecem melhor este formato de atendimento no texto intitulado de "Atendimento psicoterapêutico conjunto pais-crianças: espaço de circulação de sentidos", bem como no trabalho de mestrado realizado por Chaves (2010), cujo título é "Atendimento psicanalítico conjunto pais-criança: uma proposta de intervenção na primeira infância", dentre outros trabalhos que apresentam e discutem o modelo de atendimento aqui utilizado.

Silva (2013) faz uso de uma metáfora que explica bem o desafio do pesquisador na pesquisa psicanalítica. Para a autora, o pesquisador se utiliza simbolicamente de um caleidoscópio para pensar na questão que é objeto de investigação, clareando ângulos até então pouco percebidos ou desconhecidos, através de ferramentas múltiplas. O que fora realizado ao longo deste trabalho, então, foi colocar em destaque as famílias em que os netos eram cuidados pelos avós, em uma tentativa de iluminar ângulos obscuros a respeito das dificuldades e dos impasses que aí se apresentavam. Estas famílias mantinham entre si algumas características similares: advinham de classes sociais baixas e enfrentavam grandes dificuldades financeiras e sociais, sendo que por motivos diversos, os avós foram convocados a responder sobre a função de cuidado e sustento dos netos.

A pesquisa psicanalítica é atravessada em cada ponto de sua extensão pelo inconsciente, o que acaba trazendo importantes consequências, dentre as quais se destaca aquela que toca o campo do saber e a sua transmissão (Elia, 2010). Deste modo, na escrita deste trabalho, bem como na prática sustentada ao longo da pesquisa, das supervisões, discussões e orientações, estiveram em cena as marcas deste campo específico de conhecimento, isto é, o campo do inconsciente. Justamente por levar em consideração o

inconsciente, a pesquisa psicanalítica não propõe a busca de uma verdade absoluta, mas ao contrário disso, sua proposta vai ao encontro da investigação de verdades contextuais, relativas e individualizadas (Silva, 2013).

Como se sabe, a psicanálise caminha na contramão do saber científico, uma vez que seu objeto de investigação científico não pode ser quantificado nem posto à prova de modo imparcial. Por isso, a Psicanálise se construiu à margem da ciência tradicional, sempre no sentido contrário a esta forma de fazer ciência.

A Psicanálise se ocupa daquilo que subjetiva a experiência humana, lembrando que este processo não acontece naturalmente. O processo de instauração do psiquismo só se dá através de condições específicas para tal. Neste sentido, Freud pretendia situar o sujeito como autor de sua própria história ao pontuar que a eclosão das psicopatologias se dava justamente quando o sujeito era tomado em posição de objeto passivo. Deste modo, a proposta do método positivista e das ciências naturais, que tenta objetivar, mensurar e quantificar o sujeito como alvo de uma pesquisa, é completamente antagônico ao método proposto por Freud e, por conseguinte, ao que fora desenvolvido aqui.

O fato de que a pesquisa psicanalítica não se utiliza de análises estatísticas ou protocolos fidedignos, não faz deste método algo sem mérito, sem validade ou sem consistência. Aliás, faz apenas com que seja válida a constatação de que a Psicanálise possui um método que lhe é próprio, devido justamente ao fato de possuir um objeto que também lhe é próprio, o que a desimpede de fazer interlocuções com outras ciências e com outros campos do saber. Por isso este trabalho se pauta na Psicanálise, para que seja possível ouvir a voz e a história destas famílias e, sobretudo, pensar o que isso produz e como é produzido no cenário familiar que se coloca em questão. Portanto, nesta pesquisa o sujeito e sua subjetividade são incluídos como pontos centrais para o entendimento do problema.

Não há como negar que a realidade clínica mudou e permanece mudando constantemente. Sendo assim, o que justifica este trabalho é justamente poder olhar para a realidade deste tempo e para as apresentações que chegam até a clínica e se indagar sobre as formas de sofrimento que atingem os sujeitos de hoje, lançando, neste contexto, pontos que se chocam com a teoria e produzem novas reflexões e novos modos de pensar o que estava instituído.

Para entender as transformações sobre as funções exercidas e os lugares ocupados pelos avós nas famílias dos tempos atuais, tal como sobre as funções parentais neste contexto, foi imprescindível percorrer um caminho teórico que permitisse a discussão, a reflexão e o questionamento sobre o tema escolhido, para que, na sequência disso, fosse possível dialogar com a práxis e construir um saber singular a partir dessa costura. Para que o curso desse trajeto se tornasse viável, no primeiro capítulo foram abordadas as questões relativas aos aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos percorridos pela família tradicional e moderna até os dias de hoje, que permitiram e contribuíram para a diversidade de formas de ser e se considerar como família na contemporaneidade. Somente assim, seria possível entender de que modo o recorte específico de família que interessa a este trabalho se tornou vigente e cada vez mais comum, ou seja, como as famílias em que os avós são os responsáveis pelos cuidados básicos e pelo sustento financeiro de seus netos, uma vez que a ausência dos pais acontece, foi surgindo e se instalando no palco do contemporâneo. Ainda neste capítulo, uma importante pontuação foi evidenciada: mesmo em meio às infinitas transformações das configurações familiares, há algo que permanece inalterável na família, isto é, a sua função primordial.

No segundo capítulo, o que foi ligeiramente apontado anteriormente se torna o ponto principal de discussão e, então, se faz possível compreender mais detalhadamente as funções

essenciais que acontecem a partir do encontro entre o bebê e o mundo ao seu redor, entre o bebê e aqueles que lhe cuidam e lhe apresentam o mundo que o cerca. Foram discutidas, no primeiro subitem, as funções de transmissão, inscrição e nomeação; já no segundo, foi plausível falar mais sobre o cenário contemporâneo dos avós que são responsáveis pela criação de seus netos e sobre a parentalização destes avós. Tudo isso foi preciso para visualizar o quanto o exercício das funções parentais é algo que está para além do biológico e que, portanto, sustenta-se no campo do simbólico. A tarefa de substituir pais vivos não parecia ser nada fácil para estes avós. Enquanto as substituições legais estavam sendo instituídas pela justiça, a substituição simbólica parecia não estar caminhando bem. Era como se houvesse certo descompasso entre a Lei e as leis.

Doravante, já era razoável discutir os impasses e embaraços destes avós em meio à responsabilidade de introduzir os netos na linguagem, transmitir a cultura e inscrevê-los na Lei. Estava em evidência, então, as indagações acerca do que pode ocorrer quando os avós são convocados a exercer tais funções junto à criança, contudo com a ausência dos pais, estes avós nem assumem o lugar de Outro primordial para os netos, nem, entretanto, recusam esta função.

No terceiro capítulo, a partir do contato com as famílias, foi possível conhecer e trabalhar cada caso e cada questão fundamental que esteve no cerne das demandas e queixas das famílias. Não houve um capítulo específico para abordar a metodologia desta pesquisa, uma vez que o método esteve presente em todo o percurso e a teoria psicanalítica abraçou cada uma das linhas e dos capítulos aqui expostos. Por isso, ainda no terceiro capítulo foram esclarecidos alguns pontos a respeito de como se deu o encontro com cada família, o tempo de cada processo terapêutico, além de suas peculiaridades.

Enfim, no quarto capítulo foi o momento de ficar cara à cara com os embaraços desta pesquisa, a fim de se arriscar a desembaraçar os nós e extrair o que houve de essencial em cada família, que marcou e se repetiu nos casos, além de extrair a posição transferencial de cada um ao longo do processo. Foram extraídos os pontos fundamentais dos casos clínicos, na forma de seus impasses ou pontos que colocavam a teoria em questão, ou seja, colocou-se em cena o não saber que esbarrava e compunha todo o trajeto.

Para concluir, as considerações finais sobre esse trajeto ganharam espaço e, então, pôde surgir tudo aquilo que transcendeu o que é da ordem do acadêmico e tropeçou em um mergulho subjetivo muito íntimo de crescimento e amadurecimento pessoal e profissional. Foi um percurso que possibilitou chegar mais perto tanto das belezas, quanto das dificuldades e das particularidades do encontro com o outro, com a práxis da psicanálise e com a singularidade dos sujeitos.

1. FAMÍLIAS DIVERSAS, FORMATOS PLURAIS

*Nossos ídolos
Ainda são os mesmos
E as aparências
Não enganam não
Você diz que depois deles
Não apareceu mais ninguém*

(...)

*Minha dor é perceber
Que apesar de termos
Feito tudo, tudo
Tudo o que fizemos
Nós ainda somos
Os mesmos e vivemos
Como os nossos pais.*

("Como nossos pais", Belchior, 1976)

Com base nas diversas transformações que atingem o mundo de hoje, as famílias atuais estão passando por mudanças importantes em sua composição e em suas formas de organização. O aumento da longevidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o avanço das técnicas de controle da natalidade, as conquistas do movimento feminista, o aumento da frequência do divórcio, as uniões homoafetivas, a recomposição conjugal, enfim, a multiplicidade de formatos familiares vêm transformando e pluralizando o rosto da família de hoje.

É cada vez mais comum se encontrarem famílias monoparentais, sejam elas compostas por mães e filhos ou por pais e filhos, bem como famílias resultantes de uniões homoafetivas em que os filhos são frutos de adoções ou de fertilizações com doadores. Além disso, se observa uma grande quantidade de famílias recompostas cujos filhos de uniões anteriores de cada cônjuge convivem na mesma casa, inaugurando novos vínculos de parentesco. Está se tornando mais frequente também, se deparar com famílias em que os avós são os responsáveis pelos cuidados com os netos, uma vez que os pais, de algum modo, parecem se ausentar deste lugar, delegando-o aos avós, dentre tantas outras formas de organizações familiares que surgem a cada dia.

Neste capítulo, são discutidas as transformações históricas, sociais, culturais e políticas que colaboraram para que o modelo tradicional de família entrasse em colapso, elegendo novas configurações familiares como representantes múltiplos e legítimos da família de hoje. O foco deste trabalho está direcionado para as famílias em que os avós são chamados a ocupar o lugar de cuidadores de seus netos. Deste modo, se torna fundamental compreender um pouco mais sobre as reconfigurações da família contemporânea, para assim, entender as transformações da parentalidade que refletem na função e no lugar que os avós ocupam neste cenário. Doravante, os impasses vivenciados por estes avós chegam em seu ponto de questionamento e discussão.

Vale a pena ressaltar que, ao longo desta pesquisa, nos encontramos com famílias com características específicas com relação à sua história e posição social no cenário global. As famílias que cruzaram o caminho desta pesquisa traziam consigo as marcas de grandes dificuldades financeiras e sobreviviam com a renda de um ou dois salários mínimos para todos os integrantes do lar. Eram condições de vida precárias, repletas de obstáculos sociais. Ainda assim, foram famílias que insistiram em buscar ajuda para aquilo que não estava

caminhando bem. Conseqüentemente, nascia um imenso interesse por estas histórias que despertavam infinitas indagações sobre quem cuida das crianças que compõe este cenário e por que cuida.

As relações familiares são compostas por peculiaridades e marcas que cada época imprime nos sujeitos de seu tempo. Contudo, ao mesmo tempo, estes sujeitos vão se transformando e com isso modificando valores, tradições, pensamentos, comportamentos e formas de fazer laço com aqueles que os cercam, ou seja, alterando o cenário em que estão inseridos. É uma via de mão dupla, em que o sujeito e seu contexto vão chacoalhando um ao outro, produzindo mal-estar, impasses, sintomas e, por conseguinte, luta, mudança, reorganizações e novas configurações. Por isso, propomos uma viagem no tempo para entender como foram se dando as transformações que eclodiram no que conhecemos e reconhecemos como sendo *de nosso tempo*, com a *nossa cara* e com a marca contemporânea.

A música escolhida para abertura deste capítulo não foi em vão. “*Como nossos pais*”, é uma composição de Belchior que ficou marcada pela incontestável interpretação de Elis Regina. A canção foi divulgada em 1976 no álbum de Elis que recebeu o nome de “*Falso Brillhante*”, em que a intérprete distribuía sentimentos emocionantes, atravessados pelo amor e pela dor. Pensando no que vinha sendo discutido sobre as marcas contextuais nos sujeitos de cada tempo, destacamos que esta canção foi escrita em um momento muito singular da história brasileira: o período da Ditadura Militar no Brasil, época em que o país fora comandado pelos militares. O golpe militar, em 1964, foi o marco do início da ditadura, que durou vinte e um anos, tendo seu término somente em 1985, com a campanha pelas eleições diretas, popularmente conhecida como “Diretas Já”. O período foi marcado pela censura, ausência de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política e

repressão aos que eram contrários ao regime, portanto, um momento que trazia inúmeras consequências políticas, econômicas, sociais e culturais para seu povo.

Dois pontos são cruciais para entender a alma desta canção: o desejo de liberdade e a relação entre pais e filhos, permeada tanto pelo amor e carinho, quanto pelas decepções e pela raiva. Neves e Romanelli (2006) lembram que a família é um cenário das versões mais controversas possíveis sobre amor e agressão, confiança e abuso, respeito e invasão. Os autores também apontam que as histórias das famílias são produzidas entrelaçando as reminiscências das dores experimentadas, de modo que as lembranças acessadas incluem as versões compostas pelas gerações que antecederam a versão atual de família.

Neste sentido, a grande mensagem desta música que chamou a atenção e adquiriu um sentido especial para este capítulo, está justamente na tentativa que ela expressa de alertar as gerações seguintes sobre quanto é dolorido lidar com as marcas das gerações anteriores que atravessam a história de cada um. Ademais, a música carrega consigo uma forte crítica ao regime militar, bem como a todo tipo de imposição social ou cultural, trazendo à tona as dificuldades deste tempo, mas sem deixar de apontar que é preciso lutar por um mundo novo.

1.1 FAMÍLIA E ORDEM SOCIAL: OS TEMPOS MUDARAM, A FAMÍLIA MUDOU

Roda mundo, roda gigante, roda moinho, roda pião, o tempo rodou num instante nas voltas do meu coração. ("Roda Viva", Chico Buarque de Hollanda, 1967)

Roda Viva, composição de Chico Buarque, foi a música que ecoou na minha cabeça quando comecei a pensar no que escreveria nesta seção. A canção me faz pensar sobre a *Família Viva*, que está sempre se transformando e subvertendo a ordem tradicional dos vínculos e laços. Além de mostrar o quanto o mundo cresceu, e o samba, a viola, a roseira, de que nos fala o compositor, ganharam embalos e cores diferentes, nos abrindo os olhos para uma roda que nunca cessa de se movimentar. Chico Buarque já nos alertava de que o tempo não poderia parar e que seria preciso nos movimentarmos junto com o mundo para lidar com o que há de novo nas rodas da vida.

A família muito se transformou ao longo do tempo, o que nos mostra que a família é mesmo viva, e não há como mantê-la estática em meio a um mundo que gira, roda e se transforma. No centro da família estamos nós, seres humanos que têm a cara de seu tempo, pois somos travestidos de um entorno que vai dando forma a nossos corpos, tradições, costumes e laços. No seio da família estamos nós, sujeitos de desejo, singulares e únicos, mas que inseridos em determinado contexto, produzimos sintomas e formas de gozar muito específicas e que muito dizem sobre o nosso tempo.

Neves (2009) esclarece que não há como definir a família através de uma única demarcação e, por isso, a autora destaca a importância dos saberes produzidos por várias disciplinas distintas para que o substantivo família seja contextualizado ao falarmos em conceitos e significados. A autora, entretanto, enxerga a família como uma unidade dinâmica, um determinado grupo social, um espaço de convívio essencial para o desenvolvimento dos sujeitos, mas que possui características e funções próprias, historicamente questionadas e redefinidas.

Seguindo a linha de pensamento lacaniana, é possível entender a família "como uma instituição social de estrutura complexa, que não pode ser reduzida nem a um fato biológico e nem a um elemento teórico da sociedade, mas uma instituição social privilegiada na transmissão da cultura" (Kamers, 2006, p. 115). A autora esclarece que a família estabelece uma continuidade psíquica entre as gerações, partindo de uma hereditariedade psicológica e social. Para ela:

A família, independente de sua configuração fenomenológica, mas como estrutura discursiva, é a matriz simbólica fundamental à constituição do sujeito, já que é a partir dela que serão transmitidos os interditos necessários à cultura. Assim, a família pode ser considerada uma instituição humana universal, na medida em que é sobre ela que repousam as bases da ordem social. (Kamers, 2006, p.115)

Sendo assim, os elementos que podem definir a família variam de acordo com cada sociedade, já que o modelo de família faz referência à ordem social que o produz (Ceccarelli, 2007). Neste sentido, sabemos que a família de que falamos hoje não é mais a família tradicional do século XV e, sabemos ainda, que cada tempo produz um modelo de família, ou alguns modelos de famílias, mais comuns de serem encontrados.

Roudinesco (2003) identifica os três grandes períodos na evolução da família. O primeiro período seria o da família tradicional, que se estruturava pautada na tentativa de assegurar a transmissão de um patrimônio, de modo que os casamentos eram arranjados e a família era submetida à autoridade patriarcal (um Deus pai), portanto, a família era tida como uma célula estável remetida a um mundo imutável. Já o segundo período seria o da família "moderna", fundada no amor romântico, estabelecendo-se entre o final do século XVIII e

meados do XX e que veio a representar uma ruptura com o modelo tradicional de família (Roudinesco, 2003).

Essa ideia de ruptura é fundada e discutida por Julien (2000), que afirma que, antigamente, as famílias prezavam por semelhança de educação, crença religiosa, tradições culturais, bem como por proximidade geográfica. Todavia, o autor faz a seguinte pontuação, "doravante, a sexualidade revela *publicamente* que há um além das identificações sociais, uma transgressão das fronteiras culturais, uma 'familiar' estranheza da relação, uma mestiçagem étnica, uma subversão na linhagem; em suma, uma alteridade mais manifesta do que nunca" (Julien, 2000, p.11, grifo do autor). O autor dá ênfase ao aspecto "consensual" introduzido no laço conjugal a partir do momento em que se instala o consentimento mútuo, fundamental para fundar o vínculo conjugal, tornando assim, o consentimento dos pais algo não obrigatório. Posto isto, a escolha passou a ser um elemento central na constituição da família.

Já o terceiro período da evolução da família, mencionado por Roudinesco (2003), diz respeito à família "contemporânea" ou "pós-moderna", que a partir da década de 1960 ganha espaço, sendo composta pela união de dois indivíduos com uma duração relativa, em que a transmissão da autoridade torna-se problemática, na medida em que divórcios, separações e recomposições conjugais crescem com grande frequência. Segundo ela, o declínio da posição paterna vem se dando há quase três séculos, e passou de uma posição paterna originalmente vista como encarnação familiar de Deus e senhor das famílias, para uma posição de uma imagem invertida de si mesmo, em que se transparece um eu descentrado, autobiográfico e individualizado (Roudinesco, 2003).

É justamente esta passagem fundamental no seio da família e seus movimentos transformadores que subverteram a ordem tradicional e, cautelosamente, foram tecendo uma nova apresentação da família contemporânea, com formatos diversos e formas de organização

muito características deste cenário histórico-cultural atual. Tais transformações serão melhores discutidas a seguir, para que assim, possamos entender o que se passa na família de hoje, como esta chegou a ser da maneira como que se nos apresenta e como as gerações podem inventar e reinventar modos de organização, transmissão e enlaçamentos para lidar com o estranho e íntimo jeito de constituir-se enquanto família.

1.2 DA FAMÍLIA MODERNA À FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

[...] o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão. (Grande Sertão: Veredas, João Guimarães Rosa, 2001)

Para que se pense em possíveis articulações entre as transformações apresentadas pela estrutura familiar dos dias de hoje e os modos de vida dos sujeitos de cada tempo, é preciso reconhecer que estas transformações foram essenciais para as reconfigurações familiares e conjugais. Para evidenciar tais transformações familiares é indispensável considerar a complexidade social e histórica, bem como os processos políticos e econômicos inseridos na estrutura familiar de cada tempo. Só assim se torna possível distinguir a família contemporânea e a família moderna.

É importante ressaltar que a trajetória freudiana inaugural guarda uma relação categórica com a estrutura moderna de família. Freud (1908/1996b), em seu ensaio intitulado “*A moral sexual ‘civilizada’ e a doença nervosa dos tempos modernos*”, destaca os efeitos desastrosos produzidos pelo imperativo instituído da moral monogâmica na modernidade, e ainda, reflete sobre como a inserção do erotismo no campo da família monogâmica foi notório para a eclosão das ditas “doenças nervosas” da modernidade. A proibição moral da expressão da sexualidade perverso-polimorfa neste modo de estruturação familiar é imprescindível para pensarmos os sujeitos deste tempo.

Antes de passarmos para a transição da família moderna à contemporânea, Birman (2007) nos alerta para um ponto importante e necessário para a compreensão de um momento anterior. Isto é, ele chama a atenção para as mudanças que culminaram na transição da família tradicional para a família moderna, destacando que para abranger tal transição é preciso inscrevê-las no campo da *biopolítica*, que seria constituinte da modernidade ocidental. Para o autor, através da mediação da biopolítica, ocorreu uma medicalização do espaço social, pela qual a medicina passou a regular os corpos no registro individual e coletivo, transformando a população em objeto e alvo do poder, o que não acontecia antes. O biopoder foi instalado e, com ele, uma outra forma de história foi também concebida, a *biohistória*, em que a produção da espécie começou a se inscrever nos cálculos do poder. A demografia, a epidemiologia e a polícia médica foram então constituídas como saberes, visando a, respectivamente: a) regulamentar as variações e cortes da massa populacional, tornando-os dados estatísticos; b) controlar quantitativamente a incidência e a prevalência das enfermidades; e, c) esquadriñar as cidades e o campo, instituindo a limpeza urbana como projeto do controle das doenças e de

prevenção da saúde das populações. Foi assim que surgiu a ideia de higiene social², que dominou o processo de medicalização no decorrer do século XIX (Foucault, 1976, como referido em Birman, 2007).

Assim, Birman (2001) aponta que a promoção da saúde se tornou imprescindível, uma vez que a mulher-mãe precisaria ser saudável para configurar a figura de uma mãe-higiênica. Além disso, os exames pré-nupciais foram instituídos para garantir filhos saudáveis e impedir a junção de anomalias com o futuro marido, sem contar que as enfermidades genitais femininas passaram a ser apropriadamente controladas, assim como a gestação e o parto, em nome da qualidade de vida dos filhos.

Com relação ao homem, para garantia de saúde ao pai de filhos saudáveis, foi necessário o controle social comedido da prostituição pela medicina, visando a impedir os nocivos efeitos das doenças venéreas. Já que o acesso a bordéis era comum aos homens dos séculos XIX e XX, as prostitutas deveriam passar por exames regulares e atestados médicos eram fornecidos, como garantia da não transmissão de doenças aos homens (Birman, 2001).

Já sobre os filhos, Birman (2007) relembra que foi neste contexto que surgiu a discriminação das idades da vida, uma vez que a denominação infância e adolescência é uma invenção ocidental moderna. Os níveis de maturidade intelectual e afetivo foram delineados em meio a um modelo psicobiológico da vida, ao mesmo tempo evolutivo e desenvolvimentista. A infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice foram recortadas em suas especificidades biológicas e morais, e a produção da qualidade de vida da população

² Este conceito de higiene social está tão presente na vida da população que diversas cidades médias, como Ribeirão Preto, e metrópoles, como São Paulo e Porto Alegre, possuem em suas áreas urbanas bairros denominados de Higienópolis, exemplificando as questões teóricas apresentadas por Birman (2007). São bairros elitizados que retratam, de fato, a instituição empírica da limpeza urbana.

submetia-se a um investimento massivo nestas idades da vida, nos registros da saúde e da educação (Birman, 2007).

Para melhor discussão deste tema, outros olhares também trazem ricas pontuações sobre as transformações que culminaram nesta família contemporânea, que conhecemos hoje. Desta forma, Moraes (2001) faz uma retomada histórica e interdisciplinar sobre a família ao lembrar que os grandes filósofos da Sociologia já discutiam este tema à longa data, como é o caso de Marx, Engels, Durkheim, dentre outros. O marxismo contribuiu para o tema família ao colocar ênfase no caráter histórico e cultural da "família" e nas diferenças entre famílias de ricos e de pobres no capitalismo, que já dominava a economia inglesa. Engels - o grande parceiro de Marx e autor do clássico "Origens da família, do Estado e da propriedade privada" (Engels, 1977) -, reafirma a análise da família como instituição social, historicamente determinada. Além disso, o autor relaciona a divisão sexual do trabalho com a primeira forma de exploração: o homem oprimindo a mulher e tratando-a como sua propriedade privada. Desse modo, um dos grandes méritos do marxismo foi ter defendido a historicidade da instituição familiar, caminhando no sentido contrário àqueles que insistiam em apresentá-la como imposição divina, imutável e eterna.

Para Durkheim (como referido em Moraes, 2001) o vínculo conjugal nas famílias da sociedade ocidental, sua contemporânea, é de extrema importância. Tanto que seus estudos foram utilizados não só por Freud, que mantinha grande admiração pelo autor, mas também por Lacan (1938/2003, p.66), que considerou o termo "família conjugal", atribuído a Durkheim, o que melhor traduzia a mudança profunda pela qual a instituição familiar se deu até chegar ao formato atual.

A família, aos poucos, se constituía como um campo de saber, que merecia ser estudado, pensado e, inclusive, reconfigurado, em meio a um cenário que não cessava de se

transformar. O interesse pela dimensão cultural da família crescia e junto à ele, a historicidade da instituição familiar inaugurava seu espaço nas discussões sobre o tema.

A crescente urbanização do país e as profundas transformações da economia brasileira alteraram costumes e tradições, estilos de vida e valores sociais, de modo que são inúmeras as mudanças na família observadas ao longo das últimas cinco décadas. A Igreja Católica impunha regras morais, assim, a moral sexual cristã invadia todas as instituições consideradas laicas, tornando o catecismo matéria obrigatória, condenando e censurando as mulheres divorciadas, bem como a sexualidade sem fins reprodutivos. Nas escolas, as turmas eram divididas por sexo, segregando meninos e meninas, o que impunha uma educação das meninas voltadas para os afazeres domésticos impossibilitando o seu ingresso em carreiras ditas de prestígio como medicina, direito e engenharia. Para as mulheres, poder frequentar os locais de trabalhos e os transportes públicos foi fundamental para o aumento do convívio entre os dois sexos nos espaços urbanos.

As grandes famílias do início do século XX, com cerca de cinco ou seis filhos, configuravam um cenário em que o casamento representava uma ocupação inexorável para as mulheres, cuja vida se dividia entre a maternidade e os cuidados com a casa. Havia uma rígida divisão de papéis: o homem era o chefe da família, que devia sustentar e zelar pelo seu patrimônio, enquanto a mulher, era a grande auxiliar do chefe, mas vivia em situação de inferioridade jurídica e seus deveres consistiam em cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos (Moraes, 2011).

A figura da mulher-mãe impunha uma experiência de sacrifício em nome do investimento dos filhos, sendo que a libido feminina se reduzia à gestão da ordem familiar em suas conexões com as instituições médica e escolar. Toda a libido feminina era consumida no cuidado e educação dos filhos. A figura do homem-pai, ao contrário, estava desvinculada

disso, já que o homem estava protegido por sua inserção no espaço público (Birman, 2007). Não é sem razão que Freud (1908/1996b) nos aponta que as mulheres pagaram um preço muito maior pelo projeto da civilização do que os homens. Notamos que todo este processo histórico e biopolítico contribuía para o aprisionamento da figura da mulher à figura da mãe.

Posto isto, Kehl (2001) discorre sobre as transformações com relação aos lugares do feminino e do masculino, visto que toda essa trajetória de importantes modificações que viemos pontuando implica o cenário da família, alertando que estes lugares não estão mais determinados como outrora estiveram, pois transitam intensamente na família contemporânea. Durante muito tempo o lugar do feminino era determinado pelo sexo biológico, e vice-versa. Hoje, os papéis de mãe, pai e filho não são necessariamente desenvolvidos por pessoas que, na estrutura de parentesco, correspondem à uma mãe, a um pai e a um filho. É preciso que alguém se implique nos cuidados com uma criança, mas tal fato independe do grau de parentesco e do sexo. É válido destacar que o sexo biológico e a identidade sexual podem não coincidir, uma vez que a identidade sexual é definida pelo campo da linguagem e não pelos atributos do corpo.

O movimento feminista também foi essencial para a transformação da estrutura familiar moderna. Tal fato originou a luta por um novo lugar e uma nova posição social para as mulheres, demandando igualdade das condições com os homens e almejando o direito às mesmas oportunidades sociais e de reconhecimento simbólico, buscando então sua inserção no mercado de trabalho (Birman, 2007).

Compreendemos então, que com o desenvolvimento expansivo das cidades e do processo de assalariamento da mulher, logo começou a ruptura da ligação essencial na reprodução da família conjugal, uma vez que a dependência econômica da mulher ao homem se estremecia. O preceito marxista de que "o trabalho liberta" vinha à tona com a autonomia

financeira das mulheres. O salário e a pílula anticoncepcional se uniam para que essas mulheres construíssem novas possibilidades de vida. Com isso, o modelo de família conjugal, nuclear ou moderna, com o pai chefe da casa e a mãe cuidadora do lar em tempo integral, começava a sofrer abalos interessantes (Moraes, 2001).

Para Moraes (2011), hoje em dia, em todo o Brasil, o comportamento sócio-demográfico de toda a população apresenta características de diminuição do tamanho da família, aumento de famílias chefiadas por mulheres, novos formatos familiares e envelhecimento da população. Para a autora, duas descobertas científicas foram categóricas para a redefinição dos direitos sexuais da mulher: (1) a pílula anticoncepcional, como já mencionamos, por possibilitar um maior controle feminino sobre o uso de seu corpo, ao separar a sexualidade da obrigatoriedade da reprodução; (2) a descoberta do DNA, que teve repercussões ainda mais poderosas sobre a vida das mulheres, com o direito de filiação, pois se a paternidade poderia ser comprovada pelo DNA, diminuía-se o fardo de mulheres estigmatizadas como mães de filhos “sem pai”, ilegítimos (Moraes, 2011).

Além disso, Birman (2007) pontua que a biopolítica exprimia, com Malthus, que à medida que a população crescia em uma progressão geométrica, as fontes de alimentação cresciam em uma progressão aritmética, portanto, seria urgente restringir o tamanho da população em uma tentativa de evitar a escassez e a precariedade de alimentos. Ademais, a demografia demonstrava que, desde o final do século XVIII e pela primeira vez no Ocidente, reduzia-se a taxa de mortalidade, ao passo que a taxa de natalidade acrescia. Tudo isso aterrorizava a população e contribuía para que houvesse uma redução no número de filhos, se comparadas às sociedades tradicionais e pré-modernas, até mesmo para que o investimento na qualidade de vida da população pudesse efetivamente ocorrer (Birman, 2007).

Entendemos, por conseguinte, que a instituição de meios anticoncepcionais seguros e diversos permitiu que as mulheres separassem os registros do desejo e da reprodução biológica, podendo, pela primeira vez, definir quando seriam mães e quantos filhos gostariam de ter. Começava a ser possível ser mulher e mãe ao mesmo tempo, bem como ser mulher sem que haja a obrigação de ser mãe. Tudo isso contribuiu para que as mulheres exigissem o direito a se capacitarem intelectualmente para se inserirem no mercado de trabalho, lutando por condições de igualdade para com os homens.

Deste modo, grande parte das mulheres passou a frequentar as Universidades e a priorizar mais as suas carreiras profissionais, mantendo-as em posição de equidade com o casamento, o que passou, então, a chegar mais tarde na vida destas mulheres. Assim, ter uma profissão, antes de se aventurar na experiência da maternidade, se tornou algo mais comum. As mulheres buscavam existir em sua unicidade e não apenas como mães. Neste entremeio, as separações, por sua vez, também aumentavam. Estava colocado um cenário em que o laço conjugal entre um homem e uma mulher, bem como os laços homossexuais em seguida, tão só seriam possíveis, na justa medida em que os parceiros pudessem manter a sua condição desejante na conjugalidade (Birman, 2007).

Outro fator importante para tais mudanças foi a introdução do Estado como responsável pela educação dos filhos, bem como esta crucial distinção entre conjugalidade e parentalidade, que começou a ocorrer e que representou um novo ordenamento dos aspectos públicos e privados de tais dimensões. Então, a conjugalidade passou a ser orientada pela escolha dos cônjuges, acentuando o caráter privado, paralelamente à entrada do terceiro social (como as figuras do professor, pediatra, psicólogo, assistente social, juiz de menores, juiz das varas de família, entre outros representantes sociais) que passou a dividir a responsabilidade e a autoridade sobre as crianças, inscrevendo a parentalidade em uma esfera pública. Para Julien

(2000), está justamente aí a novidade da modernidade, no fato de o social invadir o domínio do político e atingir o território familiar, de modo que, cada vez mais, a relação entre pais e filhos passa a ter intervenções sociais e políticas. A atribuição da autoridade, portanto, segundo Roudinesco (2003), torna-se motivo de uma incessante divisão, por um lado entre o Estado e os pais e, por outro lado, entre os pais e as mães.

Diversos são os movimentos sociais, políticos, culturais e históricos que foram transformando a família moderna nesta que conhecemos hoje. O aumento do poder econômico da família, em que não só o homem trabalha fora, mas a mulher também se tornou importante fonte de contribuição para renda familiar; o aumento das possibilidades de acesso à educação com o Estado sendo responsável pela escolarização; a inserção de novas crenças religiosas para além do catolicismo ortodoxo, enfim, tudo o que já discutimos ao longo do texto é essencial para pensar os modelos atuais de família, cada vez menos tradicionais e idealizados e, em contrapartida, cada vez mais diversos e humanizados. Não há como escrever sobre uma formatação única de família na contemporaneidade.

Para que se possa apreender a história de uma família e de seus membros é preciso entender os vínculos existentes entre eles, sujeitos inseridos em um universo de comunicação, que, através da linguagem, possibilita trocas. Toda família está inserida em uma cultura e carrega características da situação política em que está inserida, da economia global, das conquistas tecnológicas de seu tempo, das marcas sociais, de atravessamentos produzidos pelas instituições escolares, religiosas etc. Os costumes, valores, tradições, mitos e preconceitos vão desenhando a trama familiar na justa medida em que cada um vai significando o seu lugar e a sua função.

Diante do exposto, entendemos que a família tem mesmo a cara de seu tempo e que os sujeitos são marcados e atravessados pelo contexto em que estão colocados, porém há algo da

ordem do sujeito que não muda com o tempo. - E quanto à ordem da família? - Será que algo permanece inalterado em meio a tantas transformações? A função primordial da família será um assunto discutido adiante.

1.3 O QUE NÃO SE ALTERA: A FUNÇÃO DA FAMÍLIA

Eu me vejo na minha infância como uma colmeia, aonde várias pessoas simples, insignificantes, vinham, como abelhas, trazer o mel de seus conhecimentos e das reflexões sobre a vida, enriquecendo generosamente o meu espírito, cada um como podia. Muitas vezes, acontecia de esse mel ser sujo e amargo, mas todo conhecimento era, mesmo assim, um mel. (Infância, Maksim Górkki, 2010)

Como vimos, as mais visíveis e discutíveis manifestações na família estão pautadas nos novos arranjos familiares e nas modificações implicadas nas relações entre homens e mulheres. A resignificação dos papéis femininos e masculinos, a não obrigatoriedade da maternidade, os novos formatos de relacionamentos sexuais e afetivos, as novas formas de parentalidade, a separação entre os papéis conjugais e os parentais são questões fundamentais para pensarmos na família de hoje. No entanto, apesar de todas as transformações, Moraes (2001) afirma que a família ainda é o *locus* da reprodução e da transmissão simbólica.

As mudanças relativas ao que a sociedade considera como família são diversas, mas há algo que se mantém inalterado. Tanis (2001) relembra que a família de hoje, independente de

suas transformações que dizem respeito ao formato e aos modos de organização, ainda é um lugar privilegiado em que o bebê irá satisfazer suas primeiras necessidades vitais. E é neste lugar que o bebê poderá efetuar os primeiros intercâmbios afetivos necessários para integração psicossomática onde se constituirá como objeto de investimento afetivo de acordo com o lugar que ocupa na trama daqueles que lhe cuidam e, ainda, onde poderá emergir como sujeito de desejo.

Ceccarelli (2007) enfatiza que o modelo de família nuclear, mesmo que seja idealizado e cause uma sensação de estabilidade e segurança, jamais foi sinônimo de "normalidade", posto que não há um formato de organização familiar ideal que poderia assegurar as condições necessárias para a constituição do sujeito. O autor faz um apelo rigoroso à ética psicanalítica:

A psicanálise não é guardiã de uma ordem simbólica suposta imutável, produtora de uma forma idealizada de subjetivação baseada nas normas vigentes e com o poder de deliberar sobre o normal e o patológico. (Ceccarelli, 2007, p.93)

Então, entendemos que o modelo da família monogâmica e patriarcal foi uma construção social que há tempos veio se fragilizando e demonstrando estar em crise. Hoje, uma nova construção social traz à tona formatos múltiplos da família. Pois bem, a família agora está no plural, mas ainda é entendida como uma estrutura caracterizada pelo sistema de parentesco que organiza os lugares simbólicos. Entretanto, estes lugares estruturalmente determinados são ocupados por personagens que variam e nem sempre coincidem com o pai e a mãe (Tanis, 2001).

Passos (2002) faz uma diferenciação entre os elementos universais e os elementos particulares da família. Os primeiros dizem respeito ao que se mantém na estruturação familiar, sendo representados pelos investimentos afetivos como sustentadores da origem e estruturação de um grupo familiar. Já os elementos particulares se modificam e fazem referência às diversas alterações no quantum de investimento, bem como na natureza e na qualidade do mesmo, que contribui para os já mencionados deslocamentos das posições dos membros, a dificuldade na discriminação dos lugares e, ainda, na conseqüente apropriação destes lugares.

Mesmo frente à diversidade das famílias, as instâncias materna e paterna ainda permanecem no seu cerne e devem ser entendidas como funções que estabelecem uma posição de filiação. Araújo (2002, p.104) recorda que “a referência à mãe como função (e não como mulher que biologicamente pariu) e ao pai também como função (e não ao homem que fisiologicamente fecundou) subverte a compreensão moralista de família”.

Kehl (2001) pondera que a patologia da família atual não está referida às novas configurações de parentesco, mas sim à dívida das famílias apresentadas como "desestruturadas" com relação ao modelo nuclear da família do passado, uma vez que referidos a esse ideal, os pais de hoje demonstram grandes dificuldades para sustentar o lugar de autoridade e responsabilidade frente aos filhos. Para a autora, a nossa cultura prega tanto que se exerça a função de parentalidade de maneira diferente das gerações anteriores, quanto alimenta o saudosismo com relação ao ideal perdido da família do passado, nutrindo um sentimento de insuficiência em relação a esse modelo ideal de família.

Roudinesco (2003) também faz questão de deixar claro que não devemos nos apegar a um modelo idealizado e único de família e em seu capítulo intitulado "A família do futuro" a autora escreve:

(...) para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de maneira inédita –, e sobretudo que não impedem que a família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições. (Roudinesco, 2003:198)

Como foi dito anteriormente, mesmo face às incontáveis transformações sociais há algo que permanece inalterado, tanto no que diz respeito à constituição subjetiva do sujeito, quanto à função primordial da família. Já que fizemos esse elo entre a estruturação do sujeito e da família, colocaremos em pauta uma discussão que tenta refletir sobre a estrutura familiar enquanto estrutura mínima da vida social.

Para tanto, Jardim (2005) esclarece que ao tomar o complexo de Édipo como um arquétipo de estrutura de sustentação do sujeito e como um arquétipo de referência para a organização do campo social de que o sujeito é extraído, estamos colocando na mesma dimensão a estrutura da sociedade e a do sujeito. Com essa aproximação teórica, o tabu do incesto aparece como um eixo ordenador das relações em ambas as estruturas. É justamente a partir da lei do interdito do incesto que uma sociedade pode se instituir, na medida em que institui aqueles com quem a aliança conjugal é permitida ou proibida.

Contudo, ao concebermos o mito de Édipo como referência para a organização da vida social, tal como propõe Freud (1913/1996a), e justapormos essa mesma estrutura edípica ao sujeito, uma outra interpor-se-á entre o coletivo e o individual, entre o social e o sujeito: a estrutura da “família conjugal” (Lacan, 1938/2003, p.66). Logo, a estrutura familiar, que

supõe o interjogo da função materna com a função paterna na constituição do sujeito, é colocada como fundamental para a transmissão dos lugares simbólicos edípicos. É importante destacar que ao entendermos a função da família conjugal como uma estrutura, tal família passa a oferecer um formato que inclui lugares vazios, que virão a ser ocupados por um representante da função paterna, por um representante da função materna e por uma criança, que, enlaçados uns com os outros pelo simbólico, pelo imaginário e pelo real, darão vida à estrutura. É o modo de enlaçamento entre os participantes que permite que as famílias tenham dinâmicas diversas, uma vez que a estrutura delas se manterá a mesma (Jardim, 2005).

O mito coletivo, segundo o pensamento de Lacan (1953/1987), aparece no cerne das formações sintomáticas do sujeito e remete sempre à pré-história de cada um. Como ponto central para a clínica psicanalítica, os sintomas analíticos manifestam, de modo singular, como foram constituídas as relações familiares fundamentais que o antecederam, mesmo que de modo contingente, mas que são a base do que há de mais fantasmático, de mais primitivo e de mais particular no sujeito. Neste sentido, os sintomas observados na clínica psicanalítica podem ser percebidos como efeitos do mito coletivo da fundação da vida social no mito individual, isto é, daquele sujeito em particular, sustentado pela estrutura familiar; ela própria portadora de uma versão mítica que inclui o social e o sujeito, considerando a estrutura familiar como estrutura mínima da vida social (Jardim, 2005).

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/1996, p.123) já havia apontado a estrutura familiar como a célula mínima das relações sociais ao mencionar que “a família não abandona o indivíduo”. Jardim (2005) nos propõe ampliar a afirmação freudiana para a proposição de que a família não abandona o sujeito, uma vez que ele só tem existência³ por meio dos laços

³ Ou ex-sistência como propõe Lacan, uma vez que o sujeito só pode ser concebido fora dele, por assujeitamento ao campo do Outro.

conjugais e familiares que o antecederam, logo, a pré-história do sujeito só se torna possível pelo mito familiar.

Para Kamers (2006), considerar a historicidade do sujeito, bem como sua relação com as modificações discursivas produzidas nos dias de hoje e que são relativas aos modos de estruturação social e familiar, resulta em construir as formulações psicanalíticas a partir do discurso dos sujeitos de sua época. A autora nos alerta que é preciso "pensar a família como uma estrutura e, portanto, com leis universais que constituem uma sincronia, mas que possui variantes (diacronia) em diferentes culturas" (Kamers, 2006, p.121).

Os aspectos diacrônicos são relativos às transformações familiares inseridas em um determinado contexto social, cultural, econômico, político e histórico que contribuíram para novos arranjos e novos modos de organização da vida familiar atual. Os aspectos sincrônicos dizem respeito ao inalterável que permanece sendo característico e fundamental à família de qualquer tempo. Para localizar o recorte a respeito da família que interessa a este trabalho é preciso considerar tanto os aspectos diacrônicos, quanto os sincrônicos.

Para tanto, destacam-se as reformulações e as mudanças percorridas pela família até os dias de hoje. Foram tais transformações que permitiram e contribuíram para uma pluralidade de formatos familiares, em que os avós aparecem na cena contemporânea como os responsáveis pelos cuidados e pelo sustento financeiro de seus netos, em função da ausência dos pais.

O bebê humano não sobrevive e não se humaniza sozinho, sem que haja alguém com um desejo implicado neste bebê. Então, com o intuito de entender as implicações e os impasses destes avós frente à responsabilidade do cuidado e conseqüentemente, no processo de constituição subjetiva destes sujeitos, foi preciso discutir as funções primordiais da família.

Logo, serão discutidas as funções parentais e o processo de parentalização, além do processo de se tornar avó ou avô na contemporaneidade, fazendo-se possível lançar indagações e reflexões a respeito do que acontece quando são os avós, e não os pais, quem exerce estas funções.

É por este caminho que seguimos adiante.

2. DAS FUNÇÕES PARENTAIS À PARENTALIZAÇÃO DOS AVÓS

Quando a Vó me recebeu nas férias, ela me apresentou aos amigos: Este é meu neto. Ele foi estudar no Rio e voltou de ateu. Ela disse que eu voltei de ateu. Aquela preposição deslocada me fantasiava de ateu. Como quem dissesse no Carnaval: aquele menino está fantasiado de palhaço. Minha avó entendia de regências verbais. Ela falava de sério. Mas todo-mundo riu. Porque aquela preposição deslocada podia fazer de uma informação um chiste. E fez. E mais: eu acho que buscar a beleza nas palavras é uma solenidade de amor. E pode ser instrumento de rir. De outra feita, no meio da pelada um menino gritou: Disilimina esse, Cabeludinho. Eu não disiliminei ninguém. Mas aquele verbo novo trouxe um perfume de poesia à nossa quadra. Aprendi nessas férias a brincar de palavras mais do que trabalhar com elas. Comecei a não gostar de palavra engavetada. Aquela que não pode mudar de lugar. Aprendi a gostar mais das palavras pelo que elas entoam do que pelo que elas informam. Por depois ouvi um vaqueiro a cantar com saudade: Ai morena, não me escreve/ que eu não sei a ler. Aquele a preposto ao verbo ler, ao meu ouvir, ampliava a solidão do vaqueiro. ("Cabeludinho", Manoel de Barros, 2003).

A avó, citada no poema de Manoel de Barros, nomeia o menino Cabeludinho como sendo seu neto, e o menino, por sua vez, entende as significações singulares das palavras da

avó, como solenidades de amor. Há aí uma relação de mão dupla, em que um ajuda o outro a encontrar seu lugar no poema, e, tão somente com os dois juntos, é que um pode se definir como 'a avó' e, o outro, como 'o neto'. Quando Cabeludinho enuncia que aprendeu a gostar mais das palavras pelo que elas entoam do que pelo que elas informam, ele faz uma constatação iluminada aos olhos da Psicanálise, qual seja a de que as palavras entoam e podem vir a adquirir significações para muito além da definição formal que aquela palavra teria de acordo com o dicionário. É como se o poeta nos alertasse que para além da palavra pura, literal e dona de um só significado, está a palavra humanizada, tão múltipla e tão singular ao mesmo tempo, está a palavra poética e significante, que se resignifica a cada verso, estrofe, poema.

Frente à dificuldade de eleger apenas um poema que nos ajude a começar este capítulo, vale a pena recordar mais um dos encantamentos do poeta das insignificâncias, que além de acariciar nossas retinas, ainda contribui para a discussão:

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam ali sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado

naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entressonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora. ("Escova", Manoel de Barros, 2003)

Neste poema, Manoel de Barros faz uma brilhante suposição de que há clamores antigos guardados nos entremeios das palavras e de que as palavras possuem em seu corpo muitas oralidades e significâncias remontadas. Ora, uma criança quando vem ao mundo já é falada muito antes de saber falar. Assim, ela é atravessada e marcada pela palavra e por essa suposição de clamores antigos que enlaçam gerações, engendram costumes, tradições, línguas, leis e particularidades do desejo familiar, resultando na possibilidade da constituição de uma subjetividade única, com um desejo próprio.

Um bebê não vem ao mundo sabendo de antemão os significados das coisas. Destarte, é aos poucos e lentamente que a palavra vai intermediando a relação entre o bebê e aquele que lhe cuida, entre o bebê e o mundo à sua volta. É a mãe, ou quem exerce essa função de cuidados com o bebê, que vai dar significado ao choro, ao grito, à fome, às dores, enfim, a tudo aquilo que se apresenta ao bebê, ou seja, é preciso introduzir a palavra junto às suas significações remontadas. Quem cuida do bebê, o inscreve em uma lógica de funcionamento corporal e cultural, além de lhe apresentar um mundo muito anterior a sua existência.

Para entender como se dá esse processo elementar que envolve tanto apresentar a palavra ao bebê, quanto a suposição de que o bebê seja capaz de construir a sua própria palavra, isto é, dizer de si e se indagar sobre o seu desejo, é preciso refletir sobre as funções primordiais localizadas no seio da família, independente das composições ou dos formatos dessas famílias. Neste sentido, será justificável discutir e indagar sobre qual a função dos avós nas dinâmicas familiares de hoje e o que faz com que os avós sejam as novas figuras convocadas para ocupar este lugar.

Nas sessões seguintes, discutiremos as proezas e singularidades da relação entre o bebê e o Outro, para assim, abordarmos os possíveis impasses e rupturas que se inserem nas relações familiares quando os pais se ausentam e os avós entram em cena com a tarefa de entoar e remontar clamores e marcas antigas ao significar e apresentar o mundo ao bebê.

2.1 O BEBÊ E O OUTRO: TRANSMISSÃO, INSCRIÇÃO E NOMEAÇÃO

O filho já tinha nome, enxoval, brinquedo e destino traçado. Era João, como o pai, e como aconselhavam a devoção e a pobreza. (...)Tudo isso o menino tinha, mas não havia nascido. Eles nascem antes, nascem no momento em que se anunciam, quando há realmente desejo de que venham ao mundo. O parto apenas dá forma a uma realidade que já funcionava. (...) Nem o casal percebia bem que o garoto rodava entre os dois como um ser vivo; pensavam simplesmente nele, muito, e confiados, e de tanto ser pensado João existiu, sorriu, brincou na simplicidade de ambos. (...)" ("Nascer", Carlos Drummond de Andrade, 2008)

As crianças desta época, assim como as crianças de qualquer tempo passado ou futuro, não nascem prontas para sobreviver e lidar com a realidade sem os cuidados de alguém que as tome como objeto de desejo e as ajude a entender o mundo, a cultura, os costumes e sua história, que já estavam ali antes de sua chegada, ou seja, é preciso que a transmissão simbólica primordial se realize. Para entendermos mais e melhor sobre o que acontece quando

um bebê nasce e o que se passa na relação deste bebê com o mundo à sua volta, é preciso ressaltar que "a especificidade biológica do gênero humano - a longa duração do período da dependência da criança - faz do grupo 'natural', constituído pela criança e pelos adultos que cuidam dela, o grande fundamento da sociabilidade humana." (Moraes, 2001, p.17).

A família é a estrutura responsável pela transmissão e inserção do *infans* na cultura, ao cumprir a função fundamental de inscrição da criança no universo simbólico através das funções parentais (Kamers, 2006). Falar em estrutura familiar em psicanálise é falar de uma estrutura mítica edípica, que organiza a relação entre a mãe, o bebê e a função paterna, além de fundamentar a constituição do sujeito e a transmissão da castração (Ferreira, 1999). É partindo deste ponto que desenvolveremos este tópico.

O bebê humano precisa se constituir um sujeito. De acordo com as palavras de Elia (2010, p.34-35), destacamos que:

Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar em uma ordem social a partir da família ou de seus substitutos sociais e jurídicos (instituições sociais destinadas ao acolhimento de crianças sem família, orfanatos etc.). Sem isso ele não só não se tornará humano (a espécie humana, em termos filogenéticos, não basta para fazer de um ser nela produzido um ser humano, argumento que dá sentido à palavra humanização) como tampouco se manterá vivo: sem a ordem familiar e social, o ser da espécie humana morrerá.

Logo, a existência de uma criança e a sua formação psíquica dependem sempre de um outro ser que lhe forneça cuidados, para que esta criança possa sobreviver física e psicologicamente. Desde Freud, a noção de desamparo original é notória para entender que o

sujeito humano nasce não acabado, assim, o bebê enquanto *infans*, - ou seja, aquele que não fala e não é capaz de contar sua própria história sozinho, mas somente a partir do Outro - só se torna humano quando alguém o reconhece como tal (Jerusalinsky, 2009). É com base no pensamento de Lacan (1964/2008) a respeito da constituição subjetiva, que acontece a partir do encontro com o Outro, no momento mesmo em que o sujeito entra em uma lógica que o antecede, que pensaremos o sujeito em psicanálise.

Este Outro, com “O” maiúsculo, é proposto por Lacan (1964/2008) para representar não apenas o adulto que exerce a função de cuidador do bebê, mas essencialmente a ordem simbólica que este adulto deve encarnar ao cuidar do recém nascido frente a um mundo já humano, social e cultural. É pertinente frisar que há uma diferenciação entre a categoria de Outro e a ordem social e cultural, posto que essa ordem é composta por valores, significações, ideologias, princípios, enfim, elementos que a constituem como tal, no plano antropológico. Já o Outro é aquilo que representa o esqueleto material e simbólico dessa ordem, sua estrutura significativa.

Deste modo, a ordem do Outro, que a mãe encarna para o bebê, é uma ordem significativa e não significativa. Por isso, por entre a transmissão que uma mãe realiza com seu bebê há coisas colocadas para além de seu saber consciente, sendo que, a totalidade do que é transmitido não poderia se sintetizar no conjunto de valores culturais enlaçados pela ordenação familiar e social, portanto, a mãe transmite uma estrutura significativa e também inconsciente. Neste sentido, o que se faz transmitido ao bebê por meio do Outro materno é um conjunto de marcas materiais e simbólicas (significantes), introduzidas pelo Outro materno, que suscitarão, no corpo do bebê, um ato de resposta, chamado sujeito (Elia, 2010).

Cabas (2009) esclarece que, apesar de a obra freudiana não ter abordado explicitamente este sujeito a que nos referimos, a noção do mesmo já estava presente nas

entrelinhas, mas foi somente com os estudos de Lacan que esse sujeito foi colocado de fato em questão. Em psicanálise, não se pode confundir o sujeito com o indivíduo, pois há uma longa distância entre eles. O sujeito não é aquele tomado pelo racionalismo cartesiano, não é o indivíduo e não é o eu. O sujeito é outra coisa. Foi a partir da subversão do sujeito cartesiano efetuada pelo pensamento lacaniano que o sujeito surge conceitualmente como efeito de linguagem; como efeito do encontro com o Outro.

É no encontro com o Outro que a criança se constitui, embora essa afirmação exija esclarecimentos cuidadosos, já que por longa data serviu como justificativa para teorizações centradas no Outro, com um viés determinista, que culpabilizava os pais por todos os impasses experimentados pela criança. A psicanálise lacaniana dá ênfase ao sujeito e deixa claro que o Outro é o tesouro dos significantes, contudo nem tudo desse tesouro define o sujeito (Sieiro, 2013). Há algo de peculiar no sujeito.

À vista disso, os adultos que se encarregam de representar o grande Outro para educar uma criança, devem introduzi-la na linguagem, além de garantir a transmissão da Lei para a manutenção da cultura. A linguagem, de acordo com a visão de Bernardino (2006, p.21, grifo do autor), "trata-se da *estrutura* a partir da qual um ser humano pode se tornar um sujeito falante e desejante". É a partir dessa estrutura de linguagem que o sujeito se historiciza e pode então transmitir cultura - ou seja, as experiências, tradições, histórias, vivências, costumes e organizações de parentesco, - além das trocas inconscientes, de geração a geração.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/1996a) aponta duas formas de transmissão: (1) a identificação aos modelos parentais, ligada à história do sujeito; e (2) a transmissão cultural que remeteria à pré-história do sujeito e o que se transmite das gerações anteriores. Logo, como já vimos, ao nascer o bebê encontra uma estrutura familiar em funcionamento, com papéis, normas, leis e segredos que regulam as relações entre seus membros. Deste modo, o

que o bebê encontra ao nascer será tanto fundamental para ajudá-lo na constituição de seu lugar dentro da estrutura familiar, quanto esta família será modificada pela própria presença deste bebê.

A partir dos avanços proporcionados pelas formulações freudianas, embora avançando em uma linha de pensamento um pouco divergente da psicanálise lacaniana, Kães (2005) realiza distinções importantes no que tange às transmissões psíquicas. Para o autor, estas transmissões podem ser intergeracionais ou transgeracionais.

Na transmissão intergeracional o sujeito não é somente um depositário, pois tem a capacidade de transformar a sua herança, o que garante a historização do sujeito, a nomeação e a filiação. Deste modo, as gerações se mantêm interligadas respeitando a posição individual de cada membro da família, dando lugar a possibilidade de elaboração e transformação simbólica. Já na transmissão transgeracional, são transferidas ao sujeito marcas da ordem de um trauma não elaborado, do não dito de uma história, que será repetida sem que o indivíduo se dê conta (Kaës, 2005).

Outro autor que faz pontuações interessantes a respeito da transmissão primordial entre pais e filhos é Philippe Julien (2000). Ele toma como ponto de partida a ideia de que com o nascimento de um filho o casal atravessa a fronteira entre o privado e o público, uma vez que não só a dimensão privada da vida conjugal é colocada em jogo, mas também a dimensão pública que envolve a parentalidade.

Para Julien (2000), através do reconhecimento legal, a autoridade parental pode ser obtida como contrapartida, e assim, a instauração de uma filiação introduz a dimensão pública. Como vimos no capítulo anterior, o autor realça que quanto mais a conjugalidade se torna privada, mais a parentalidade se torna pública.

Julien (2000) nos interroga: _"qual é afinal o papel da família? O que pode ela transmitir ou não pode transmitir à geração seguinte?" (p.22). A resposta sobre o que transmitimos aos nossos filhos, de acordo com o autor, passa pelas leis: do bem-estar, do dever e do desejo. A lei do bem-estar remete à segurança, à proteção, ao conforto, contudo não se vincula ao bem-estar do um, no singular, mas sim, por um viés democrático, universal e plural, que vise à maior felicidade para o maior número de gente. Neste sentido, o que convém ser transmitido para assegurar a saúde física, o equilíbrio psicológico, a competência intelectual, a situação econômica e política da geração que está chegando ao mundo, passa pelo "tribunal da opinião pública" (Julien, 2000, p.24). Ou seja, com o intuito de assegurar o bem-estar da criança, a intervenção do terceiro social se justifica na transmissão intergeracional. Assim, "pouco a pouco, o saber do perito se arroga um poder sobre a criança de tal modo que a lei do bem-estar se transmite à geração seguinte não mais apenas pelo familiar, mas pelo social." (Julien, 2000, p. 25).

Como a lei do bem-estar não é suficiente, é preciso ainda uma outra lei: a lei do dever. Esta é entendida por Julien (2000) como incondicional e categórica. Incondicional, pois é universal e não se restringe à exceção ou a singularidade; e categórica, já que a lei se impõe por si mesma, não mais em razão daquele que a enuncia, ela existe e pronto: "autoridade, seja ela familiar ou social, privada ou pública, vale pela enunciação de uma lei *comum*, à qual cada um está sujeito e de que cada um é o legislador" (Julien, 2000, p. 27, grifo do autor).

Quando estas duas primeiras leis encontram seu próprio limite, é a terceira lei que se faz presente: a lei do desejo. Esta consiste em abandonar pai e mãe para se unir a um homem ou a uma mulher, garantindo, portanto, que uma família seja abandonada, para que outra possa surgir. De acordo com as palavras do autor, "a cultura por certo precisa da natureza,

mas para superá-la. Com efeito, se a sociedade tem por condição biológica a família, é para negá-la e perpetuar-se assim de geração em geração" (Julien, 2000, p. 31).

A lei universal da interdição do incesto rege a sociedade humana como um todo, embora contenha especificidades culturais entre o que é proibido e o que permitido em cada sociedade, ou seja, há em questão o aspecto privado desta lei, que é tanto enunciada pela sociedade, quanto atualizada de modo singular na transmissão familiar da lei do desejo. O autor conclui que para constituir uma nova família é preciso abandonar pai e mãe e estabelecer uma aliança com alguém a partir da lei do desejo, sendo que o amor e o gozo não são suficientes para o laço conjugal, é preciso também o desejo e sua lei (Julien, 2000).

Logo, se o desejo está no fundamento da conjugalidade, Julien (2000) destaca três etapas essenciais para entender a transmissão: (1) não há aliança conjugal sem ruptura com a família de origem; (2) não há ruptura sem transmissão parental, "só a família de onde se vem e que se abandona pode transmitir essa lei do desejo e assim dar o poder de efetuar-lo por uma aliança conjugal" (p.46); e, (3) não há transmissão sem conjugalidade fundadora da parentalidade, já que não é a família de origem que deve fundar a parentalidade, mas o contrário, a conjugalidade que funda a parentalidade.

Fica evidente, então, que o bebê quando chega ao mundo, não vem sem provocar algumas movimentações em seu entorno que envolvem e exigem a implicação do desejo daquele que irá dele cuidar. Tendo em vista a disjunção entre conjugalidade e parentalidade, bem como a pluralidade dos formatos familiares, notamos que, cada vez mais, outros personagens e instituições, para além da mãe e do pai, são convocados neste processo. Vale a pena ressaltar que, de acordo com Julieta Jerusalinsky (2009), a relação entre a mãe e o seu bebê depende de que um laço simbólico seja estabelecido, e, portanto, não está previamente fundada por condições naturais. Para a autora, o estabelecimento deste laço depende de que os

cuidados dirigidos por essa mãe ao seu bebê "estejam permeados por uma série de operações psíquicas em relação à economia de gozo e em relação à transmissão da letra (enquanto inscrição psíquica), desde as quais a mãe pode conceber a subjetividade do recém-nascido e alocá-lo como seu bebê" (p. 10).

Assim, as mães não se tornam mães apenas pelo fator biológico instaurado, ou mesmo pela condição racional que se coloca. Tornar-se mãe é algo da ordem da experiência subjetiva e psíquica que a mulher opera em si, ao mesmo tempo em que inscreve seu bebê na subjetividade, invocando-o. Entretanto, nem todas as mulheres estão em condições de encarnar a função do Outro Primordial do bebê, bem como nem todos os homens estão dispostos a aceitar o que lhes reserva o exercício da função paterna.

A relação entre as mães e os bebês é permeada por diversas expectativas culturais que acabam influenciando no sintoma das crianças e no sofrimento dos pais, uma vez que muitas mães se sentem culpadas e horrorizadas por não conseguirem amar seus filhos incondicionalmente e não possuírem um saber inerente sobre como ser mãe de seu bebê (Jerusalinsky, 2011). Estas experiências que se distanciam dos moldes ideais e puritanos sobre o amor incondicional entre os pais e os bebês, e principalmente, entre as mães e os bebês, têm acrescido no contexto atual e ganhado lugar nos debates teóricos, clínicos e familiares. Neste sentido, Teperman (1999, p.151) esclarece que:

O bebê, ao nascer, situa-se no intervalo entre estes dois significantes: o desejo dos pais e o sujeito do desejo. Por um lado, está o desejo dos pais, que o precede e se atualiza no bebê real, de carne e osso, libidinizando-o, sustentando-o na cadeia significativa. Por outro, situado no horizonte do bebê, mas vislumbrado pelos pais, está o sujeito do desejo, um vir-a-ser que antecipa sua existência como única e singular. Assim entremeciam-se bebê, pais e significantes, quando as coisas vão bem. Mas nem sempre é

assim. Às vezes, o nascimento - com o que necessariamente traz de diferente do esperado - desorganiza o desejo dos pais, sustentado até então pelo simbólico e pelo imaginário, impondo-lhes um real insuportável, não libidinizável. A desorganização pode generalizar-se, desfazendo a rede construída para receber e sustentar o bebê e tornando impensável um futuro para este.

Logo, é imprescindível ressaltar que o nascimento de um filho não é condição única e determinante para constituição das funções parentais, visto que estas são funções simbólicas e não biológicas, ou seja, não se referem simplesmente ao fato de alguém ter gerado um bebê, mas sim, de alguém ter implicado seu desejo na constituição deste bebê. O irreduzível da transmissão, por consequência, não se localiza em haver um homem e uma mulher exercendo tais funções. Também não é verídico inferir que graças à simples existência de um pai e de uma mãe possa haver a garantia de que as operações essenciais para a constituição subjetiva se estabeleçam pela ordem natural e instintiva das coisas.

Face às infinitas transformações que compõem a história da cultura, da família e dos sujeitos percebemos que pensar sobre as funções parentais no cenário de hoje não é tão descomplicado, tendo em vista a inversão de papéis cada vez mais comum entre homens e mulheres. Em vista disso, é imprescindível sublinhar que a psicanálise, quando se coloca a pensar o sujeito, não propõe uma identidade, uma vez que ninguém é idêntico a seu sexo biológico, "raça", grupo sociocultural, e, nem a si mesmo. Cada sujeito é único em sua singularidade, ao mesmo tempo em que é dividido com relação ao seu desejo (Kehl, 2001).

Atualmente, mulheres e homens se alternam na realização de tarefas sociais, antes rigidamente delimitadas como pertencentes ao domínio do masculino ou do feminino. Neste sentido, se agora os homens podem assumir funções sociais outrora ditas femininas, e a mulher pode assumir funções sociais anteriormente consideradas masculinas, as novas

configurações das funções parentais nos mostram que não há mais um modelo único de família com papéis rigorosamente demarcados. Kamers (2006, p. 114), destaca que:

Portanto, não se trata de pensar uma função do adulto junto à criança – o que pressupõe que haveria uma “natureza” infantil que deveria ser posta em funcionamento –, mas de pensar as funções parentais como relativas à estrutura; portanto, uma função simbólica como dimensão estruturante.

Assim, as funções parentais são funções simbólicas que estão inscritas na cultura e que a partir da presença de um outro de “carne e osso” que possa encarnar tais funções, pressupõe-se a transmissão da cultura e a introdução da criança no campo da linguagem. Contudo, sabemos que os adultos que se encarregam de educar uma criança devem arcar com a responsabilidade de garantir a transmissão da Lei necessária à manutenção da cultura. Tal transmissão é fundamental para a constituição subjetiva, uma vez que ordena e delimita lugares simbólicos a partir de uma implicação do adulto enquanto autoridade sustentada pela Lei simbólica como dimensão constituinte da cultura (Kamers, 2006).

O adulto que tenta poupar a criança dos interditos necessários à cultura, recusa ou não se autoriza a ocupar o lugar de representante do simbólico para o bebê. Em vista disso, trabalhar com a noção de função parental consiste em ressaltar a dimensão simbólica e estruturante dessa função.

As dificuldades, os embaraços e os impasses que surgem a partir do encontro entre o bebê e seus pais, o bebê e sua família, ou ainda, o bebê e seus cuidadores, são diversos e impossíveis de serem categorizados ou resumidos. E não é sem razão, visto que a família deve garantir um espaço de trocas e investimentos narcísicos ao fomentar os vínculos, e ainda,

simultaneamente, lidar com a separação e individuação para que cada sujeito se constitua em sua singularidade. Para Goldfarb e Lopes (2006) o paradoxo fundamental do conflito geracional é, justamente, que o intuito da família é de constituir laços fortes e vínculos duradouros, mas ao mesmo tempo deve assegurar a independência e autonomia de seus membros. É exatamente neste ponto que os impasses se apresentam, isto é, no que tange às questões narcísicas presentes nessa relação quando as exigências das funções parentais se tornam difíceis de serem sustentadas.

Freud (1914/1996a), em seu texto *Sobre o narcisismo*, realiza uma proposição de que o amor parental não é nada além de um retorno e uma reprodução do narcisismo dos pais, que insistem em colocar o filho no lugar de "Sua Majestade, o Bebê", buscando resgatar aspectos de seu próprio narcisismo infantil perdido. Em uma cultura narcisista e individualista, os filhos são, então, considerados pelos pais como esperança de imortalidade e perfeição, pois o lugar que a criança ocupa no psiquismo de seus pais, se constitui como um lugar de "reparação" das feridas narcísicas destes pais. Por isso, ponderar sobre a concepção de um filho faz movimentar aspectos do narcisismo de cada um dos pais, bem como de suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias (Freud, 1914/1996).

O medo de errar e de se arriscar com relação à criação dos filhos, inerentes ao exercício da paternidade, tentam ser evitados a qualquer custo pelos pais, uma vez que poucos estão dispostos a sustentar o ato necessário para inscrever o filho na cultura como sujeito barrado em seu gozo (Kehl, 2001). É valioso destacar que, não obstante, sem a sustentação do ato necessário em que o filho deve ser um sujeito barrado em seu gozo, não há subjetivação que se faça possível.

Quem vai realizar esta tarefa não precisa ser necessariamente a mãe e/ou o pai, mas alguém que exerça essas funções simbólicas para com a criança. Mesmo destacando que estas

são funções simbólicas, é possível observar certa tendência em localizar a mãe biológica como agente da função materna, assim como localizar o pai como agente da função paterna. Entretanto, Kamers (2006) ressalta que encontramos uma série de formulações pautadas no pressuposto de que as funções parentais poderiam ser realizadas por "um qualquer", contando que alguém compareça; o que pode ser um equívoco, já que, em se tratando de uma função parental, ela não pode ser "anônima", posto que implica uma função de "nomeação".

O nascimento de uma criança, portanto, é um acontecimento que instaura dimensão do traumático que toca o real e se faz impossível de significar, produzindo efeitos simbólicos e imaginários. A inscrição da criança como "*filho de*" institui as funções parentais e confere a ela a transmissão de uma herança simbólica, imaginariamente enlaçada à transmissão sócio cultural. Assim, a cada nascimento de uma criança fundam-se as coordenadas que poderão sustentar o grupo social e propiciar o exercício das funções materna e paterna a partir dos lugares definidos pela comunidade. Deste modo, o que é da ordem do social, do familiar e de seus efeitos encadeia-se nos modos como são realizadas as operações necessárias à constituição da subjetividade (Rosa & Lacet, 2012).

Neste sentido, Lacan (1969/2003, p. 370) destaca que:

A função de resíduo que sustenta (e ao mesmo tempo mantém) a família conjugal na evolução das sociedades, coloca como valor irredutível de uma transmissão - que é outra ordem que aquela da vida segundo as satisfações das necessidades, mas que é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo.

É segundo tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe: enquanto seus cuidados portam a marca de um interesse particularizado, fosse ele pela via de suas próprias faltas. Do pai:

enquanto seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.

Chamamos de função materna a função de continência, de interpretação, de dar significado e sentido aos atos, choros e invocações do bebê, de dar colo e lugar a este bebê. Quando este nasce, não sabe identificar o que está sentindo, nem tampouco o que está acontecendo dentro dele. Ocorre-lhe uma espécie de invasão que atinge seu corpo lhe causando dores, sensações aterrorizantes, amedrontadoras e angustiantes. Caberá à mãe, ou a quem represente esta função, nomear, decifrar, dar significação e acolher os afetos que invadem o bebê, para que tais vivências possam ser superadas. Vale destacar que a mãe deve realizar tudo isso, portando consigo as marcas de sua própria falta, ou seja, é preciso que haja a incidência da função paterna operando nesta mãe e na relação dela com seu bebê.

Já a função paterna é a função do corte, da Lei, da castração, que deve portar os limites do saber quanto ao corpo e ao gozo do bebê, garantindo a inscrição da falta inaugural que permite que o desejo se funde e então o bebê possa advir como sujeito desejante. É a função paterna que deve garantir a oportunidade de o bebê conhecer outros colos, outras relações, para além do colo da mãe.

A transmissão necessária às funções paterna e materna porta consigo a enunciação de um desejo que está para além do filho. Para tanto, é preciso que uma mãe possa, além disso e acima de tudo, ser mulher, e é preciso que um pai possa delinear-se como um homem encarnando a Lei do desejo e garantindo a instituição da falta.

As funções paterna e materna se constituem concomitantemente à instituição do lugar discursivo de filho. Por isso:

Nesse contexto de deslocamentos e consequentes reconfigurações familiares, a maternidade e a paternidade são lugares discursivos em que comparecem componentes libidinais, sociais e políticos. Tais lugares são instituídos por uma função simbólica, que transcende os familiares, que toca no real e escreve essa relação. Essa escritura funda como um acontecimento o nascimento de uma criança e tem por efeito a atribuição de lugares discursivos, encarnados por representantes sociais - em geral, os pais - que por sua vez garantirão a modalidade de inserção da criança e/ou filho nas malhas discursivas. De outro lado, o nascimento da criança como acontecimento que funda a distribuição de lugares discursivos, é um efeito *a posteriori*, uma vez que não há anterioridade da função materna e paterna - elas se constituem simultaneamente à instituição do lugar discursivo de filho. A função escreve o real pulsional articulado ao imaginário social e à Lei simbólica que constituem um lugar discursivo para pais e filhos, o que possibilita registrar a criança com um nome. (Rosa & Lacet, 2012, p. 362)

Em vista disso, a família enquanto uma estrutura simbólica é constituída por uma realidade discursiva. Posto isto, Kehl (1998) esclarece que a inscrição dos sujeitos no discurso do Outro não pode ser rigorosamente determinada, uma vez que ela passa por transformações no decorrer da história que, se não alteram a estrutura da linguagem, modificam seguramente o uso da língua e, conseqüentemente, os lugares que a cultura confere aos sujeitos.

O desenvolvimento do psiquismo de uma criança depende tanto do aparato biológico do organismo, quanto de pessoas que exerçam as funções parentais primordiais para o bebê; sem um ou outro, a impossibilidade se coloca posta. Dessa forma, sem que haja transmissão geracional não é possível haver transmissão da cultura. Cabe à família dar um lugar ao bebê que vem ao mundo, lhe fornecendo um nome, uma posição subjetiva e uma herança familiar. É neste embalo que o organismo pode se tornar corpo e o sujeito psíquico pode se constituir. Logo, uma transmissão historiciza o sujeito (Kamers, 2006).

Para concluir esta seção, recordamos os pontos principais discutidos ao longo desta seção. Assim, sabemos que para que a constituição subjetiva se dê é preciso que haja um encontro fundamental entre o bebê e o outro/Outro. A teoria é categórica ao apontar que é preciso que alguém se implique e se autorize a embarcar na delicada tarefa de inserir o bebê na cultura, nomeá-lo e inscrevê-lo na Linguagem, em seu lugar na família e na ordem simbólica. A isso se acrescenta a condição de lhe transmitir a Lei, as leis, os costumes e as tradições enquanto lhe apresenta o mundo através de sua história, em meio a um universo que o antecede e o marca. Entretanto, este universo deve ser marcado pela falta, por uma fenda que inaugura a possibilidade constitutiva. Logo, caberia aos pais ou a quem exercer esta função de sustentar o ato necessário de barrar o bebê em seu gozo, assim, permitir-lhe se fundar desejante. Contudo, nem sempre as coisas acontecem exatamente assim.

2.2 PARENTALIZAÇÃO DOS AVÓS: DESAFIOS E IMPASSES

Antes dela chegar, era como se eu estivesse dormindo, escondido na escuridão, mas a avó apareceu, me acordou, me levou para fora e para a luz, amarrou tudo à minha volta num fio contínuo, entrelaçou tudo numa renda colorida e no mesmo instante tornou-se a amiga de toda a vida, a pessoa mais chegada ao meu coração, a pessoa que eu mais compreendia e mais amava - o seu desinteressado amor pelo mundo me enriqueceu, me impregnou de uma força resistente para uma vida difícil. (Infância, Maksim Górkki, 2010)

Já que os avós são os personagens fundamentais que despertaram inúmeras questões de trabalho, pontos de dúvidas e reflexões, chegou a hora de falar um pouco mais sobre eles. No trecho da obra que abre esta seção, *Infância*, de Górkí, a avó aparece desde muito cedo como alguém elementar e imprescindível para apresentar o mundo ao menino e ajudá-lo em sua dolorosa caminhada pela vida.

Alguns estudos demonstram que, frente a todas as transformações já discutidas com relação à família e suas configurações, o papel dos avós no cenário familiar vem sendo alvo de reflexões e discussões, uma vez que os mesmos ganharam força expressiva na composição das famílias brasileiras. A exemplo disso, estão os estudos de Araújo e Dias (2010), Debert e Simões (2006), Dias (2002), Goldfarb e Lopes (2006), Kipper e Lopes (2006), Lopes, Neri e Park (2005), Mainetti e Wanderbroocke (2013), Neto (2011), Osório e Silva Neto (2008), Santos e Dias (2008), dentre outros.

De acordo com os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida foi de 73,48 anos para ambos os sexos (IBGE, 2010). Estes dados, em comparação com a década de 1960, por exemplo, revelam que houve um acréscimo de mais de 25 anos na esperança de vida ao nascer dos brasileiros. O acréscimo mencionado provoca repercussões que merecem atenção, pois os avôs e avós do presente momento já não têm mais as mesmas características etárias, e, conseqüentemente, os mesmos interesses e estilos de vida que os avôs e avós de meio século atrás. Também vale a pena ressaltar que, hoje em dia, associar a figura dos avós à figura de idosos pode ser perigoso, já que é comum encontrar avós com idades variadas. Assim, é possível perceber que os avós passaram a exercer diferentes papéis nas configurações familiares contemporâneas, uma vez que, com o aumento da expectativa de vida e a conseqüente ampliação da

possibilidade de convivência entre as diversas gerações deste tempo, acresceram as mudanças nos laços intergeracionais e na função dos avós nas relações familiares.

O nascimento de um neto marca na vida dos avós, a passagem para uma outra fase no ciclo de vida familiar. Kipper e Lopes (2006) afirmam que esta nova fase traz algumas modificações, tanto na configuração familiar, quanto na estrutura psíquica dos novos avós. Com isso, uma nova identidade é criada e novos papéis são adquiridos.

Nos dias de hoje é comum encontrar avós que têm os netos morando consigo e que, por motivos diversos, são os responsáveis pelos cuidados diários, financeiros e que, inclusive, muitas vezes, requisitam a custódia legal de seus netos. Também é comum encontrar avós que cuidam dos netos apenas por um período do dia, ou ainda, avós que cuidam em tempo integral, trazendo à tona o cenário que nos interessa, em que esses avós passam a ocupar o papel de "pais substitutos" para os netos, já que, igualmente, se torna mais frequente observar netos se referindo aos avós como seus pais.

São várias as expressões utilizadas para designar a família ou os avós que cuidam de seus netos, entre elas estão: "família substituta", "pais substitutos", "pais à revelia", "avós em tempo integral", "avós com custódia" (quando possuem a custódia legal do neto) e "avós guardiões" (Ehrle & Day, 1994, como referido em Araújo & Dias, 2010).

Para Neto (2011) vem se tornando corriqueiro observar relatos de avós que cuidam dos netos pequenos por grande parte do tempo, pois a mãe tem compromissos com o trabalho e poucos meses de licença maternidade. Contudo, quando a avó não está disponível, são os berçários e escolas maternas que cumprem tal função. O autor afirma que as figuras de avó e avô estão sendo requisitadas para novas funções nas dinâmicas familiares atuais. Dentre as atribuições que até então faziam parte do repertório paterno, os avós vem herdando algumas

delas: muitos avôs e avós tem dado suporte material e afetivo às filhas, na época de gravidez e parto, seja por insuficiência de renda ou ausência efetiva dos maridos (Neto, 2011).

Sequenciando o pensamento sobre a função dos avós no cenário contemporâneo, Santos e Dias (2008) apontam que, além de os avós dos dias de hoje cooperarem na questão financeira, cada vez mais eles também se tornam responsáveis por cuidar das gerações mais novas, como os filhos, os netos e até mesmo os bisnetos. Isso ocorre em razão das dificuldades pelas quais as famílias vêm passando. Dentre estas dificuldades, os autores destacam: as mães que trabalham fora e deixam os filhos com os avós, os pais que se separam, os filhos com dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou que necessitam se preparar melhor para enfrentá-lo, entre outras. Deste modo, a contribuição e importância dos avós para a família atual é notável, especialmente por eles serem convocados a ocupar, junto às crianças, a função de transmissão da história da família e do país, de valores e de cuidados afetivos e financeiros (Santos & Dias, 2008).

Outros estudos também assinalam que, geralmente, algumas questões familiares se relacionam com os avós assumirem os cuidados com os netos, são elas: pais adolescentes que não se sentem preparados para cuidar dos filhos, pais desempregados, pais dependentes químicos, pais em conflito com a lei, pais negligentes, pais portadores de transtornos mentais ou deficiência física, pais falecidos precocemente, pais separados ou recasados sem a aceitação das crianças por parte do novo cônjuge, além de pais com questões relacionados ao abuso infantil e/ou abandono por parte dos progenitores (Lopes, Neri & Park, 2005; Osório & Silva Neto, 2008; Mainetti & Wanderbroocke, 2013).

Mainetti e Wanderbroocke (2013), em um estudo sobre o papel das avós que assumem a responsabilidade de criação dos netos, constataram que a criação dos netos é preferencialmente assumida pelas avós, pois em grande parte dos casos, elas já participavam

dos cuidados com os netos por coabitarem a mesma residência ou por cuidarem dos netos nos horários de trabalho dos pais. Neste estudo, as autoras concluem que a maioria das avós não constroem uma representação do que significa ser avó do neto que ela cria, já que as responsabilidades parentais se sobrepõem ao papel de avó.

Mainetti e Wanderbroocke (2013) também verificaram que as avós que cuidam de seus netos precisam realizar um remanejamento de suas vidas nos aspectos profissional, financeiro e familiar, para que se torne possível arcar com o aumento das despesas e tarefas domésticas. As avós apontaram a saúde mais frágil e a idade mais avançada como pontos de grande preocupação relacionados ao futuro dos netos, uma vez que estes poderiam ficar desamparados frente à impossibilidade de as avós permanecerem ativas ou falecerem (Mainetti & Wanderbroocke, 2013).

É possível observar que começa a surgir um maior interesse pelo tema por parte dos pesquisadores quanto a essa forma de organização familiar, em que as crianças são cuidadas por seus avós. Este cenário traz à tona proposições que nos ajudam a elaborar reflexões acerca das transformações que estão acontecendo com relação à função dos avós nas dinâmicas familiares da contemporaneidade. Entretanto, ainda são poucos os estudos e pesquisas psicanalíticas que abordam especificamente a função dos avós no cenário familiar de hoje em meio aos cuidados com seus netos, com o intuito de refletir sobre como avós, pais e criança se articulam frente ao exercício da parentalidade.

O termo parentalidade é um neologismo (*parenthood*) criado pelo psicanalista Thomas Benedekt, nos Estados Unidos nos anos de 1950, para descrever o processo psicológico do ‘tornar-se pai’, já que a paternidade e a maternidade são, para o autor, uma etapa de maturação do adulto (Vidigal & Tafuri, 2010). Para Benedekt (1959, como referido em

Vidigal & Tafuri, 2010), *parenthood* institui o processo de desenvolvimento psicoafetivo compartilhado pelos dois genitores a partir da concepção de uma criança.

Posteriormente ao surgimento do termo *parenthood* nos Estados Unidos, o psicanalista francês Paul-Claude Racamier, no ano de 1961, introduziu na França o termo '*parentalité*', a partir da escuta psicanalítica de mães-bebês, em um hospital psiquiátrico. Vale a pena destacar que o termo francês '*parentalité*' esteve vinculado ao campo das patologias, as psicoses puerperais, e permaneceu restrito a tal universo psicopatológico até os anos de 1980. Nesta ocasião, com o trabalho de Serge Lebovici (1983) e René Clement (1985) o discurso passou a ser mais generalizado em relação às famílias sobre a condição parental (Vidigal & Tafuri, 2010). Para Zornig (2010), embora as dimensões referentes ao campo do parentesco tenham sido estudadas por outras áreas do saber, como a antropologia, a filosofia e a sociologia, é justamente no campo da psicologia e da psicanálise que conseguimos encontrar uma amplitude de estudos e pesquisas sobre os processos psíquicos e as mudanças subjetivas instauradas nos pais a partir do desejo de ter um filho. Neste sentido, apresentamos a seguinte consideração:

A parentalidade é um conceito particularmente difícil de ser compreendido em razão de sua polissemia. Oriundo da clínica psicanalítica relacionada às psicoses puerperais e aos problemas referentes ao sofrimento psíquico das relações precoces pais-bebê, atualmente é uma noção importante para sustentar dispositivos de ações públicas de prevenção de risco psicossocial e da construção jurídico-simbólica da filiação. Observa-se uma modificação fundamental em sua definição desde a criação do neologismo parentalidade, em especial, o acento sobre a especificidade do processo psicológico em relação ao gênero e, em especial, a noção de que não se trata apenas de uma fase do desenvolvimento do ser humano e sim de uma constituição psíquica. (Vidigal & Tafuri, 2010, p.71)

Solis-Ponton (2004, p.29) apresenta o conceito de parentalidade como sendo "o estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir daí". Para a autora, a parentalidade carece de um importante processo de preparação e de aprendizagem, pois exalta a complexidade e as características do fenômeno natural do parentesco. Solis-Ponton (2004) esclarece que o processo pelo qual um sujeito se transforma mentalmente em pai ou mãe, bem como o exercício das funções paterna e materna, vão muito além do processo biológico de gerar um filho. Para se constituir um pai ou uma mãe é preciso, portanto, um grande e complexo trabalho psíquico, uma vez que não se trata de uma herança genética predeterminada dos pais, mas sim daquilo que é relativo à transmissão intergeracional e transgeracional, incluindo elementos da história dos pais e dos avós, seus valores socioculturais, mitos e, sobretudo, seus conflitos (Lebovici, 2004).

René Clement (1985, como referido em Vidigal e Tafuri, 2010) entende que a parentalidade envolve todos os processos mentais conscientes e inconscientes abrangidos pela experiência de 'tornar-se pai', em que é preciso realizar um trabalho psíquico que compreende tanto elaborar o que se herda dos próprios pais, quanto o que se transmite aos filhos. Assim, a noção de parentalidade nasceu a partir de uma ideia central: "se tornar pai não é algo dado biologicamente, não se trata de uma herança genética" (Vidigal & Tafuri, 2010, p.67).

Ao mesmo tempo que esse processo simbólico essencial vai acontecendo com os pais, por outro lado, a criança, de acordo com suas possibilidades e condições, também se envolve em meio a um processo chamado de parentalização. É através deste processo que a criança ajuda seus pais a se transformarem em pai e mãe. É uma relação de mão dupla, que depende tanto dos pais, quanto da criança (Solis-Ponton, 2004).

A constituição da parentalidade e a parentalização dos pais é algo que demanda um trabalho psíquico muito desafiador não só para os pais e/ou cuidadores da criança, mas

também para a criança. Não é sem razão que questões que envolvem a relação entre o bebê, seus pais e sua família influenciam na vida e na produção do sofrimento psíquico de pais e filhos.

Através dos atendimentos psicoterapêuticos realizados no modelo de atendimento conjunto criança-família, que marcaram a forma de trabalho desta pesquisa, pudemos observar como os sintomas que fazem inscrição no corpo da criança não podem ser isolados em si mesmos e entendidos somente como questões individuais. Esses sintomas também fazem um espelhamento de outras questões referentes à dinâmica familiar, especificamente às figuras parentais, enunciando aquilo que insurge de um contexto mais amplo. Assim, o sintoma está emaranhado na história familiar, na relação com os pais, na relação com os avós, na relação dos pais com seus próprios pais etc.

Sobre isso Lacan (1969/2003, p.369) afirma que "o sintoma da criança se encontra em posição de corresponder ao que há de sintomático na estrutura familiar, podendo, ainda, advir como representante da verdade do par parental ou como consequência da subjetividade da mãe". Diante disso, voltamos a destacar que o sintoma da criança não está colocado como idêntico, ou como consequência do sintoma da família, mas apenas como correspondente. O sintoma se articula ao campo do Outro, ponto fundamental e estruturante da demanda e do desejo (Lacan, 1969/2003). Neste sentido, Ferreira (1999, p.58) destaca que "é possível escutar que o sintoma da criança, ao mesmo tempo em que é uma espécie de coadjuvante do que há de sintomático na estrutura da família, é também uma resposta a isso."

Por isso, o Outro (linguagem), representado pelos outros que cercam mais proximamente o *infans*, é essencial para a dança constituinte da subjetividade humana. É neste sentido que lançamos nossos questionamentos sobre a função que estes avôs e avós exercem no cuidado com essas crianças, de modo que parece não se tratar apenas de uma

simples substituição ou troca realizada entre os pais e os avós. Se é no embalo entre o sujeito e o Outro que a constituição subjetiva do *infans* acontece, o mesmo não pode ser entendido apenas em uma posição passiva na composição desta dança.

Para Catão (2009), este processo de constituição subjetiva do *infans* envolve a operação de três tempos do circuito da pulsão invocante na relação entre o bebê e a mãe (ou quem exercer esta função): 1) o "ser chamado", que seria quando a mãe, com sua fala implicada de desejo, tenta nomear, organizar e fornecer sentido ao mundo do *infans*; 2) o "chamar", que seria quando, após este enlaçamento alienador, a mãe possibilitaria ao seu bebê a separação necessária para o desenrolar do processo de constituição psíquica; e, 3) o "se fazer chamar", que inaugura uma posição ativa do *infans*, em que ele tenta se lançar, se insinuar e provocar o gozo no Outro.

Teperman (1999) aponta que mesmo frente a condição de completa dependência que o *infans* se encontra ao nascer, ele não é absolutamente passivo. Deste modo, o bebê "responde às palavras e cuidados da mãe a partir de sua singularidade, suporta mais ou menos tempo de espera, fisga o desejo dos pais, 'fazendo-se comer' por eles, inaugurando o circuito pulsional" (p.152).

Sob uma perspectiva psicanalítica um pouco diferente da que viemos discutindo, porém ainda pensando um pouco mais a respeito da posição ativa do bebê, Zornig (2010, p.465) afirma que:

As pesquisas desenvolvidas sobre a primeira infância nas últimas décadas, principalmente estudos vindos da psicologia do desenvolvimento e da neurociência, nos apresentam um bebê ativo desde o nascimento, com competências e capacidades que lhe permitem interagir com seu entorno, diferenciar características de seus cuidadores, engajar-se em interações afetivas e até mesmo modular o tipo de

interação no qual se encontra. O bebê do século XXI é um parceiro ativo de suas interações com o mundo e com seus objetos e não mais pensado como passivo e reativo simplesmente. Em oposição ao que se acreditou por muito tempo, o bebê, desde o início, ao invés de estar centrado sobre si mesmo, engaja-se em trocas emocionais significativas com seus cuidadores.

Neste sentido, entendemos que o bebê, desde os primórdios de sua existência responde àqueles que cuidam de si e convocam que eles também respondam às demandas colocadas por este bebê. Assim sendo, a posição ativa que todo sujeito precisa sustentar, do modo como lhe for possível, ao longo de sua existência para lidar com seus impasses, parece se esboçar desde muito cedo. É assim que o processo de instauração do psiquismo vai se desenhando na vida do bebê.

Este processo constituinte da subjetividade tem fundamental importância, posto que ele é a matriz determinante para a estruturação psíquica do sujeito. Contudo, enxergamos que o sujeito é *não todo*, portanto, inacabado. Logo, sua constituição subjetiva pode ser compreendida também como um processo contínuo e interminável. O sujeito, então, prossegue em seu processo de constituição no decorrer de sua existência, (re)criando com o Outro/outro relações semelhantes àquelas que foram outrora estabelecidas com suas figuras parentais fundantes (Lima, 2010). Isto é, o sujeito é sempre ativo nesta dança infinita que vai se delineando entre ele e o Outro/outro.

Como sabemos, as funções parentais são elementares para que o processo de subjetivação possa ser operado no bebê, embora estas funções se organizem singularmente para cada sujeito. Cada experiência do tornar-se pai ou mãe é única, assim como cada experiência do constituir-se sujeito desejante também o é. Com essa proposição, entendemos que a parentalização seria este processo em que o bebê responde ativamente àquilo que vai se

desenhando a partir de seu encontro com o outro e com o mundo ao seu redor. Desse modo, os bebês "são chamados", "chamam" e "se fazem chamados" (Catão, 2009) por alguém que esteja dentro desse campo afetivo de proximidade e que possa auxiliá-los a lidar com o desamparo que os atinge.

A parentalidade, como nos apontou Julien (2000), cada vez mais se inscreve em uma ordem pública, na qual a terceirização dos cuidados com o *infans* passa a fazer parte do cenário contemporâneo. Logo, é possível perceber que, comumente, as funções primordiais para a constituição psíquica são operadas de maneira fragmentada, tendo em vista a diversidade de pessoas e/ou instituições responsáveis pelos cuidados com a criança. Parece-nos que os representantes das funções paterna e materna, nos tempos de hoje, são variáveis, não se restringindo ao universo dos pais. Assim, os avós, outros familiares mais próximos, e ainda, os diversos terceiros sociais que compõem a cena atual são convocados a auxiliar na operação destas funções. Posto isto, o processo da constituição psíquica também depende do modo como esses outros dispositivos e personagens podem sustentar e lidar com o exercício de tais funções no processo de subjetivação. Cada sujeito encontra uma forma única de se haver com estes desafios.

Nesta lógica, entendemos que o percurso entre a constituição da parentalidade e a parentalização dos cuidadores é uma via de mão dupla. A parentalidade, como vimos, é, em síntese, o processo psíquico que envolve se tornar pai ou mãe, para muito além do processo biológico e genético. Os avós já passaram por esse processo, cada um ao seu modo, no momento em que receberam cada um de seus filhos no mundo. Este processo se dá para cada filho de um modo singular. Então, a cada vez que um bebê é esperado, ele inaugura com sua chegada novos desafios, impasses, questões e experiências na vida daqueles que o receberão.

Em meio a todo este processo que vem sendo ilustrado, lançamos aqui nossa proposição de que o bebê se inventa desde muito cedo, e conseqüentemente, inventa formas de se haver com o mundo à sua volta, bem como com aqueles que cercam sua existência. Neste sentido, pode (ou não) haver um convite do bebê para que alguém próximo à ele o acompanhe nessa dança constituinte da subjetividade. A contingência é sempre possível, pois tanto o bebê quanto o Outro/outro são ativos neste processo, logo, o caminho a ser desenhado depende dos passos de ambos os lados.

No caso desta pesquisa, chamamos de *Parentalização dos Avós* os enlaçamentos subjetivos que levaram os avós a assumirem as funções de cuidadores de seus netos. Consideramos que as demandas de responsabilização pela criação dos netos direcionadas a estes avós podem advir do entrecruzamento de cinco esferas, sendo elas: 1) de seus netos, mediante a ausência física dos pais; 2) de seus filhos, em meio às dificuldades de operarem as funções parentais; 3) da justiça, que representa a esfera pública da parentalidade, de modo que, caso haja incapacidade dos pais de fornecerem as condições necessárias para o bem-estar da criança, a justiça designa alguém que possa "substituir" estes pais; 4) das relações sociais e posturas religiosas, que veiculam a figura ideal de avô que deve amar seus filhos e netos incondicionalmente, e, portanto, oferecer todo o apoio necessário às demais gerações, jamais negando-lhes suporte; e 5) dos próprios avós e de seus desejos inconscientes, que se veem entrelaçados por todos os demais campos, e ainda, envolvidos afetivamente com os filhos, netos e com a história familiar que compõe suas trajetórias.

Os avós, obviamente, não foram escolhidos de maneira aleatória, mas sim devido à proximidade e ao envolvimento com os seus netos. Ora, um bebê não pode existir sozinho, sem alguém que lhe cuide. Tudo isso vai permitindo que o campo da cultura e do Outro possa ir se configurando para um bebê. No processo de constituição do sujeito são muitos os

discursos que se apresentam, são muitos laços e muitas esferas operando. A *parentalização dos avós* é um processo que se desenha por todas as esferas mencionadas, ou seja, pelas próprias demandas dos avós, dos pais, dos bebês, da justiça e da sociedade.

Com base na discussão apresentada, há um ponto que merece ser sobrelevado antes do encerramento deste tópico. Como foi explanado, a *parentalização dos avós* é colocada em questão neste trabalho para além de um desdobramento do termo parentalidade, anteriormente discutido. Lançar esta discussão sobre o processo de *parentalização dos avós* foi algo que se apresentou como uma surpresa em nosso percurso. No entanto, de fato, o método psicanalítico já nos alertava que o caminho só poderia ser conhecido através da própria caminhada.

Os avós que cruzaram nossos trajetos e que serão em seguida apresentados, estavam sendo convocados por seus netos, por seus filhos, pela justiça, pelas demandas sociais e crenças religiosas, por seus próprios enlaçamentos com os filhos e netos, além de seus desejos inconscientes, a inaugurarem um novo lugar na vida de seus netos. Deste modo, os avós, pouco a pouco, foram transitando por diferentes posições (de "substitutos" dos pais, contudo, em uma posição não definida, nem definitiva, pois eles ora respondiam como avós, ora como pais), lugares (o lugar em cada geração) e funções (funções parentais primordiais) nas relações familiares com seus filhos e netos. As costuras que compunham o desenvolvimento deste processo eram feitas lentamente com base nas movimentações de cada uma das esferas.

Dada a importância do conceito de *parentalização dos avós*, aqui desenvolvido para as discussões realizadas nesta pesquisa, retomaremos mais adiante este ponto, por ora brevemente exposto. Por enquanto, asseguramos que o encontro entre a práxis e teoria possibilitou que novos olhares e novas formas de ver se inaugurassem..

3. O ENCONTRO FUNDAMENTAL: CASOS CLÍNICOS

Teve início e desatou a correr, com terrível velocidade, uma vida densa, variada, indescritivelmente estranha. Eu a recordo como uma história cruel, bem contada por um gênio bom, mas de uma veracidade dolorosa. Agora, ao reviver o passado, às vezes eu mesmo acho difícil acreditar que tudo tenha acontecido precisamente como foi (...). (Infância, Maksim Górkki, 2010)

Nossa proposta de trabalho foi sendo desenhada a partir do encontro com cada família e assim, tanto pudemos ser tocados por suas histórias, quanto tocamos em partes preciosas e íntimas de suas vidas. Recordando as palavras de Elia (2000, p.24), “na psicanálise, em decorrência das exigências estruturais do dispositivo do qual ela opera, o contexto da descoberta coincide com o contexto da verificação”. Ou seja, em psicanálise é caminhando que se faz o caminho e só os desafios do trajeto podem nos ajudar a chegar em algum lugar.

De acordo com Costa e Poli (2006), a psicanálise procura dar conta daquilo que se configura como uma limitação para a ciência, tendo em vista que a ciência se foca no objetivismo ao tentar eliminar o sujeito de seu paradigma. A psicanálise, como sabemos, segue em caminho contrário ao recolocar o sujeito em cena, mas de um modo um tanto quanto peculiar: como sujeito do inconsciente. Vale a pena destacar uma importante particularidade sobre a prática da pesquisa em psicanálise, pois “o ‘objeto’ desta pesquisa

possui a paradoxal característica de ser também ‘sujeito’” (Costa e Poli, 2006, p.14). Assim, na pesquisa em psicanálise, do outro lado do *sujeito objeto* representado pelo analisando, está colocado o *sujeito pesquisador* representado pelo analista.

Neste sentido, o caminho que nos guiou até cada família foi trilhado de modo que a pesquisa foi conduzida dentro dos padrões éticos exigidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS), conforme a Resolução CONEP nº 196/96 e a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 016/2000, de 20 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. O projeto foi submetido, examinado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia (CEP/UFU). Logo após a aprovação, foi feita uma busca na lista de espera para atendimentos infantis da Clínica de Psicologia desta mesma Universidade (CLIPS/UFU), por famílias em que os responsáveis pelos cuidados com as crianças fossem os avós. Em seguida, entramos em contato com estas famílias e esclarecemos sobre o tema de pesquisa e a voluntariedade da participação.

Três famílias cruzaram e guiaram esta pesquisa, nos ajudando a debruçar os olhos sobre o cenário contemporâneo em que os avós estão se tornando os responsáveis pelos cuidados, pelo sustento e pela criação de seus netos, bem como sobre os impasses que aí se apresentam. Ao longo deste capítulo, conheceremos as histórias de José Augusto e sua avó Abadia; dos irmãos, Hércules e Pablo, e seu avô João; e, de Nayara, sua mãe Nara, e sua avó Sandra⁴.

⁴Os nomes aqui expostos são fictícios a fim de garantir que as identidades dos participantes sejam inteiramente preservadas, como dita o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por eles.

Para o recorte clínico desta pesquisa os atendimentos com as famílias compreenderam todo o ano de 2014, com exceção de uma família que abandonou os atendimentos antes disso (João e seus netos, Hércules e Pablo), entretanto, as outras duas famílias permanecem sendo acompanhadas com o foco no cuidado clínico essencial que envolve a práxis e a ética da psicanálise. Os atendimentos clínicos foram realizados semanalmente, com duração de cinquenta minutos cada um. O local de realização das sessões foi na CLIPS/UFU. Como fora mencionado anteriormente, utilizamos o modelo técnico de Intervenções Psicanalíticas Conjuntas entre a criança e sua família.

Sabemos que as tentativas de Freud (1900/1996; 1911/1996; 1912/1996a; 1912/1996b; 1913/1996b; 1914/1996b; 1915/1996b; 1920/1996 etc.) de fornecer algumas recomendações técnicas foram de extrema importância para aqueles que se interessam pela Psicanálise, entretanto, o método freudiano não está circunscrito em tais recomendações, de modo que não se pode limitar a elas. É justamente devido à escassez destas recomendações que o método psicanalítico se faz impossível de ser reduzido à técnica, tendo em vista que a aplicação de uma técnica supõe que alguém domina e detém aquele conhecimento, universalizando o objeto e apagando qualquer vestígio de singularidade (Vorcaro, 2010).

Desse modo, Freud não incluiu seu método na gama de métodos explícitos e aplicáveis mediante um protocolo de técnicas, ao contrário, ele foi deixando suas descobertas por entre os caminhos trilhados nos casos clínicos. Coelho e Santos (2012) recordam essa ausência de procedimentos técnicos, entretanto apontam para uma rigorosidade que se apoia justamente nos pilares da fala (associação livre) e da escuta (flutuante), sendo regulada pelo impacto transferencial.

Ao lidar com um caso clínico estamos lidando com manifestações do inconsciente, mesmo quando não pretendemos abordá-lo diretamente, pois ele nos escapa e circunda as

relações entre analista e analisando. Para Hoppe (2000/2001) retirar o analista da experiência clínica é também colocá-lo no lugar de espectador, o que provoca um afastamento da singularidade do caso em psicanálise. Moura e Nikos (2000, p.73) evidenciam que a "singularidade de cada caso é parte não só da experiência situada pelo paciente, mas também pelo pesquisador, e esta última, tanto ou mais que a primeira, jamais poderá aspirar a uma forma de generalização, pois é limitada por suas próprias peculiaridades". Por isso, de acordo com Hoppe (2000/2001), o que forma o produto de um caso clínico em psicanálise conserva a ambiguidade de sua origem no encontro que se dá entre paciente e analista junto à nova possibilidade de significação, produzida através deste encontro.

Conforme elucida Vorcaro (2010), o analista carrega consigo a responsabilidade de recriar o método em cada caso, destacando as diferenças que separam um caso clínico de um método que venha exemplificar uma teoria pronta. Para a autora, "Freud decanta a clínica e transmite dela o caso. E interessa ressaltar que o caso não se limita ao paciente, mas refere-se ao encontro que a clínica promove" (Vorcaro, 2010, p.12).

Moura e Nikos (2000) são enfáticos ao esclarecerem que a construção de caso não pretende delinear uma realidade psicológica por meio do exame da história de fatos clínicos cronologicamente situados em discurso e conteúdo para dialogar a teoria em questão, mas ao contrário disso, a construção de caso visa a trazer luz à hipótese metapsicológica. Isto significa que:

Assim, podemos definir a construção do ensaio metapsicológico como uma refundação da experiência de análise, mas que ocorre em uma situação psicanalítica de pesquisa, onde o destino da transferência não é a liquidação, mas a sua instrumentalização. Há nela, como na experiência do divã, uma aprendizagem e o ensaio metapsicológico realiza o registro que a torna póstuma; ou seja, o pesquisador

psicanalítico dá seu testemunho por escrito, o qual destina-se ao terreno da metapsicologia, onde poderá servir de referência a outras pesquisas e à gestão de novos problemas e hipóteses de pesquisa. (Coelho & Santos, 2000, p.76)

Viganò (2010) esclarece que a discussão de caso funciona não só como um potente instrumento de formação, mas também como um modo de avaliar e melhorar a qualidade clínica do trabalho. Para o autor, o caso é uma construção democrática em que se faz preciso juntar as narrativas dos vários protagonistas, como familiares, instituições e operadores, junto às narrativas do participante e do pesquisador para assim, encontrar um ponto cego, ou seja, encontrar o ponto fundamental em que o saber não o alcança. A falta de saber, portanto, seria o lugar em que o sujeito pode emergir em meio aos seus sintomas e impasses. Viganò (2010) nos mostra que a construção do caso clínico se dá em um movimento dialético de inversão de papéis, visto que o paciente ou o participante é quem vai ensinar, enquanto o pesquisador e demais protagonistas da rede vão aprender.

O relato do caso clínico, segundo Vorcaro (2010), não cessa de significar, de modo que provoca a transmissão do saber adquirido e vivenciado, convidando-nos a erigir novos sentidos possíveis, em meio ao lastro daquilo que não se inscreve, ou seja, em meio ao Real de cada caso. Para a autora, através da atividade de escrita do caso clínico, o Outro do escritor é situado enquanto sujeito, suposto saber a quem se remete. Assim, é possível observar como o pesquisador ultrapassa sua transcrição, já que um saber inconsciente atravessa seu escrito. Assim, Vorcaro (2010) inclui o pesquisador no cenário da pesquisa, deixando claro que a narrativa do caso só se dá mediante a experiência vivida e posteriormente escrita pelo pesquisador, que deixa seu traço em cada ponta de seu trabalho, de modo que, então, o ato de escrever se torna tão importante quanto o próprio ato clínico.

Então, deixamos aqui nossos lastros, rastros e traços, que foram sendo escritos por entre as falas, palavras e silêncios; por entre as letras, frases apagadas e ideias re-criadas; por entre os encontros, sentimentos e fenômenos transferenciais; por entre as pulsações, movimentos corporais e pensamentos; por entre saberes atravessados, reinventados e construídos; enfim, por tudo aquilo que tocou, marcou e ressoou a partir deste encontro fundamental com cada uma destas histórias.

3.1 JOSÉ AUGUSTO E ABADIA: A VIOLÊNCIA DOS VÍNCULOS

Minha avó, grave, ossuda, tinha protuberâncias na testa e bugalhos severos. Anos depois contou-me desgostos íntimos: o marido ciumento afligira-a demais. Só aí me intei de que ela havia sofrido e era boa, mas na época do ciúme e da tortura não lhe notei bondade. (Infância, Graciliano Ramos, 1995)

José Augusto iniciou os atendimentos com seis anos de idade. Ele comparecia às sessões acompanhado pela avó, dona Abadia, de 68 anos. A avó criava o menino desde que o neto completara seis meses. A mãe do menino era usuária de drogas e o pai estava na prisão. A mãe de José Augusto vivia com o namorado de favor na casa dos patrões, mas este cenário se alterava com grande frequência. Ela quase não tinha contato com o filho e com a avó, por isso havia poucas informações sobre ela. Já o pai também não se comunicava com o filho, nem mesmo quando tinha direito a sair para visitas familiares. José Augusto tinha mais um

casal de irmãos. Os irmãos eram mais de dez anos mais velhos que ele, sendo que a irmã era casada e tinha uma filha pequena, por quem José e a avó demonstravam muito carinho. Já o irmão vivia por entre idas e vindas da prisão.

A queixa que motivou a avó a buscar pelo atendimento da criança foi a dificuldade na escola. O menino contava que não gostava nem da escola em que ele estudava, nem da professora, nem dos colegas. Nas atividades e brincadeiras que inventávamos juntos, ele demonstrava saber brincar de jogos que exigiam conhecimento sobre cores e formas, mas apresentava enormes dificuldades para ler e escrever e até mesmo para copiar seu nome em letras de fôrma. Os impasses na escola se tornaram mais sérios, quando no fim do ano letivo, José Augusto estava concluindo o segundo ano escolar, já com sete anos, e ainda não sabia escrever nem mesmo seu primeiro nome, de modo que foi trabalhoso conseguir que a escola o autorizasse a ingressar no terceiro ano e as professoras frisaram a gravidade da situação para a avó.

José Augusto nunca se interessou muito pelos brinquedos do armário; quase não brincava comigo e falava bem pouco. Nos primeiros atendimentos, José Augusto não me olhava, não queria falar comigo e para que ele desenhasse ou brincasse com algo era preciso que eu tapasse meus olhos e colocasse na minha frente uma folha de papel, para que ele tivesse uma garantia de que eu não o estava espionando. Já a avó estava sempre corrigindo o neto, querendo obrigá-lo a conversar comigo, a me olhar, a sentar direito, a tirar os dedos da boca, falar corretamente, brincar do jeito certo, não falar errado etc. Eu percebia que a avó sempre esteve muito agarrada à tarefa de educá-lo, por isso ela não conseguia parar de dar ordens, broncas e dizer do quanto era cansativo ter que dar conta de tudo sozinha.

Durante um longo tempo, toda vez que eu chamava a família para que entrássemos na sala de atendimento, a avó me perguntava: "eu preciso mesmo ir?" (*sic*). Para cada um dos

brinquedos que José Augusto se arriscava a pegar timidamente, a avó logo dizia: "depois você vai ter que guardar no mesmo lugar onde pegou!" (*sic*). A avó passava as sessões olhando várias vezes para o relógio, parecia não se desligar da contagem do tempo e deixava pistas do quanto era difícil para ela estar ali. Ficava claro que a avó não entendia por que ela deveria entrar para as sessões, já que para ela, o problema estava pontualmente localizado no neto, nas questões escolares e no fato de o menino ser "abandonado por todo mundo" (*sic*).

O menino tinha a fala um pouco enrolada, confundia algumas letras e não conseguia pronunciar outras, como o "R", mas era possível entendê-lo sem grandes esforços. A avó definia o menino como "um bobo que gosta de falar errado" (*sic*). José Augusto chupava o dedo polegar diversas vezes durante as sessões, apesar de demonstrar ter vergonha disso e várias vezes tentar disfarçar ou esconder o hábito, contudo a avó sempre o pegava no flagra e fazia questão de expor o comportamento do neto, deixando-o nervoso e envergonhado. A avó reclamava que o hábito do menino de chupar os dedos estava transformando e "estragando" o rosto do neto, "esse menino vai ficar parecendo um extraterrestre, de tão estranho e feio" (*sic*).

Dona Abadia tinha dificuldades para se recordar de fatos relacionados ao seu passado e à infância de José Augusto, pois segundo ela, sua cabeça teve que se preocupar com tanta coisa que não sobrava espaço livre para lembranças de datas e episódios distantes. A avó contava que as preocupações com a mãe do menino e com a criação dele a deixavam cada vez com a "memória mais fraca" (*sic*). Abadia recordou que a mãe de José foi uma boa mãe para os filhos mais velhos, uma vez que seu contato com as drogas aconteceu menos de um ano antes de ela engravidar do caçula. A avó afirmava que o neto era um coitado, que ele não tinha ninguém na vida além dela e que, caso ela viesse a falecer, o neto ficaria sem ninguém para criá-lo, pois ninguém gostava dele.

Na casa da avó, além de dona Abadia e José Augusto, morava mais uma tia do menino (filha mais velha de dona Abadia) com sua filha adulta. A casa era de dona Abadia, conquistada devido à herança do falecido marido. A convivência familiar não era nada fácil e a avó já chegou a expulsar sua filha e sua neta de casa, pois elas não tratavam bem José, o que deixava a avó muito irritada.

Estas foram as primeiras apreensões sobre a história da família. Entretanto, ainda surgiriam muitas coisas no cenário destes atendimentos, que ajudariam a entender a forma de vinculação entre o neto e sua avó.

3.1.1 O contato com a violência

Na primeira sessão com a família, perguntei à avó o que ela sentia pelo neto, ela rapidamente me respondeu: "eu sinto pena, sinto uma dó tão grande dele..." (*sic*), com os olhos marejados de lágrimas ela continuou: "eu sinto culpa também, porque às vezes se eu não tivesse aceitado ficar com ele no início, talvez a mãe dele tinha virado outra coisa, não acabado do jeito que acabou" (*sic*). Quando perguntei ao menino o que ele achava disso, ele respondeu: "acho chata essa história, queria ter outra!" (*sic*).

Nos primeiros meses de atendimento, José Augusto se esforçava para desviar o olhar do meu, para não falar comigo e para não brincar de nada, por isso a aproximação com ele foi difícil e lenta. Além disso, a avó dificultava as coisas, dado que começava a despejar broncas no menino, tentando forçá-lo a falar comigo, principalmente sobre as questões escolares.

Certa vez, perguntei a José Augusto se a avó ficava sempre lhe dando broncas, ele logo começou a rir e disse que ela adorava fazer isso. A avó se irritava e dizia que o neto era um "menino bobo, que só gosta de reclamar" (*sic*). O menino dava risadas do que a avó falava sobre ele. Eram risadas carregadas de raiva.

A avó sempre se aborrecia muito com o comportamento do neto, de modo que ao longo do atendimento, o tom de voz dela aumentava para falar com o neto e os sermões não cessavam. A avó chamava a atenção do neto sem parar. Não havia trégua. Não havia sossego para brincar. O menino não podia brincar de nada, não podia tocar nada, não podia tirar nada do lugar. O menino não podia nem mesmo se calar, pois a avó estava sempre com uma ordem pronta exigindo que o menino se comportasse como o esperado. Era como se a avó não pudesse tirar os olhos de cima do neto, afinal ela não podia deixar de olhá-lo e descuidar-se, como fez com a mãe dele. Havia aí um gozo escópico em questão. O olhar excessivo da avó era a garantia que ela tentava construir de que com esse menino ela não iria fracassar.

Eu falava sobre esse excesso de regras e normas que estava sempre em jogo, e também sobre o excesso de cansaço, sobre o excesso de medo. Falava sobre esse excesso que transbordava e marcava as sessões, limitando-as ao mínimo: ao mínimo de brinquedos, mínimo de lembranças, mínimo de palavras, mínimo de olhares... Tudo era muito vigiado, muito controlado.

Desde muito cedo, a violência dos vínculos aparecia no ambiente. Logo no segundo atendimento, o menino pegou um pequeno fogareiro de brinquedo nas mãos e o destruiu, na justa medida em que escutava as repreensões e ordens da avó. Em seguida, ele pegou uma bola de plástico no chão e arremessou na avó. Ele fez isso repetidas vezes. A avó ficou furiosa, mas o neto não cessava o despejamento de sua raiva. Comecei a pontuar sobre o quão difícil era suportar todas as brigas, ordens, ameaças, proibições, medos e fantasmas que

estavam presentes na relação da avó com o menino. Enquanto isso, o menino pegou as folhas em cima da mesa, amassou-as e rasgou-as uma por uma. Na sequência, José Augusto pegou o elefante de brinquedo, pegou um bastão e começou a enfiar na boca do elefante; depois pegou os cabos das colheres grandes e enfiou violentamente na boca do elefante. Nesse dia ele conseguiu soltar sua voz e sua raiva: "eu vou enfiar tudo!! Toma! Toma! Abre essa boca que eu vou enfiar mais, abre tudo que eu vou rasgar. Toma! Toma! Você quer mais? Quer? Toma! Toma!" (*sic*). Ele pegava mais brinquedos que possuíam cano longo, como o martelo, algumas ferramentas, o microfone, lápis de cor, dentre outros, e enfiava na boca do elefante dizendo: "eu vou enfiar mais, eu vou rasgar, e você cala essa boca, fica quieto! Toma isso, toma! Vira de trás que eu vou enfiar na sua bunda agora!" (*sic*). Ele deitou o elefante de lado, pegou uma faca e o cortou todo, pronunciando: "agora eu acabo com você, mas vê se não morre agora, espera que eu vou te cortar mais!" (*sic*). A avó logo começou a ordenar que o menino interrompesse a brincadeira e ficasse quieto. José Augusto permaneceu com as agressões ao elefante até matá-lo. Quando o elefante morreu ele o deixou de lado por alguns segundos, todavia logo voltou-se até ele dizendo: "trata de voltar a viver, você não vai morrer agora, não vai! Levanta logo senão eu te mato, seu bosta!" (*sic*).

O elefante foi cortado, violentado, agredido, estilhaçado de todas as formas possíveis, mas ainda assim esse elefante não podia morrer, a ele não foi dada tal escolha e privilégio. Era uma ordem rigorosa continuar vivo, não havia como fugir disso. Já era possível perceber o quanto a relação de aprisionamento de um ao outro se evidenciava, porquanto nem mesmo morrer era possível. Era preciso permanecer ali como o depósito de agressões e hostilidade de um para o outro, uma vez que esta era a forma de estar junto e de servir como companhia.

A violência esteve presente ao longo de todo o tratamento com esta família. Aos poucos apareciam os relatos da violência vivenciada por José Augusto na escola, junto aos

colegas e professores, além da violência vivida nas ruas, quando a família se via rejeitada socialmente pela precariedade de suas condições financeiras. Também apareciam de modo violento os sentimentos experimentados pela família com relação aos retornos esporádicos da mãe, em condições físicas e sociais difíceis de serem acolhidas, bem como a violência das dores e dos medos vividos com relação ao adoecimento da avó. Enfim, era a violência com que esse menino chegou na vida da avó; a violência com que esta avó viveu sua história como mãe e também como avó; a violência que diz respeito às infinitas trocas de sexo por drogas e que trouxeram José Augusto ao mundo; a violência impositiva do excesso de regras; a violência da obrigação de fazer, com o neto, algo diferente do já fora feito com todos aqueles criados pela avó, embora em condições muito semelhantes.

A violência era um tema central nos encontros com esta família e fazia parte não só da relação entre o neto e a avó, como também das relações entre o neto e os outros ao seu redor e entre a avó e todos que com ela conviviam. A forma de se manterem ligados um ao outro, para Abadia e José Augusto, era via violência.

3.1.2 O boné, o skate e outros fantasmas

Houve uma sessão em que José Augusto contava que queria muito comprar um boné e a avó não o deixou, pois ela acreditava que "boné é coisa de mala" (*sic*) e associava isso ao fato de que o irmão mais velho do menino sempre gostou de boné e acabou virando bandido. Em outra sessão, o menino me contou que ganhou um skate, contudo, a avó o proibiu de

brincar, pois para ela "só malandro brinca com skate" (*sic*). O menino chegava esgotado desse excesso fantasmático que o rodeava.

Eu sentia que a avó estava sempre tentando manter o neto longe de tudo aquilo que remetia aos filhos e netos que fracassaram aos olhos dela, e ao mesmo tempo, tentava mantê-lo longe de tudo aquilo que a fazia reviver seu próprio lugar de fracasso, como mãe e avó. Parecia que o sujeito José Augusto não podia aparecer, só podia aparecer o José Augusto idealizado pela avó e que carregava consigo a obrigação de ser diferente de todos os outros, de gostar de coisas diferentes e de dar à avó a possibilidade de um lugar diferente daquele de fracasso.

Em outra sessão, José Augusto retomou o assunto do boné, me contando que a avó deixou ele comprar um boné, entretanto foi ela quem escolheu o modelo e ele não gostou. Havia uma enorme necessidade de controle da avó sobre o neto e um grande receio da avó de reviver histórias difíceis, que a remeteram a momentos dolorosos de sua vida, a perdas, medos e derrotas. O marido de dona Abadia teve problemas sérios com o excesso de álcool. Além do marido, ela também perdeu um filho com cirrose pelo uso abusivo de álcool. Abadia ainda se mostrava angustiada e envergonhada por ter uma filha alcoólatra (a filha que mora com ela), por ter outra filha usuária de drogas (a mãe de José Augusto) e um neto "traficante, bandido e que vive preso" (*sic*) (irmão de José Augusto).

Abadia retomava seus fracassos como esposa, mãe e avó e temia que José Augusto fosse mais um fracasso em sua vida. Abadia colocava o neto na posição de uma testemunha do fracasso dela de viver; destes vários fracassos em sua vida. Tudo aquilo que ela não conseguiu com as demais gerações, ela esperava conseguir com ele. O menino carregava consigo o fracasso de todos os demais, inclusive o da avó. José Augusto tinha que se esforçar muito para escapar de tudo isso.

A avó demonstrava grande preocupação com relação a quem cuidaria do pequeno José Augusto quando ela viesse a falecer e com qual renda ele sobreviveria. Abadia era viúva há dezesseis anos e sobrevivia com a renda da pensão do falecido marido, sustentando a casa e o neto. Dona Abadia nunca trabalhou fora e nunca teve outra renda senão a do marido. Ela tinha problemas no joelho, no coração e no pulmão, o que a atrapalhava muito a andar por falta de fôlego e disposição, além das dores que sentia ao se esforçar, entretanto a medicação era cara e não sobrava dinheiro para comprá-la. O orçamento deles era bem limitado, tanto que mesmo com a saúde debilitada, a avó precisava levar o neto à escola à pé, pois eles não tinham dinheiro para o ônibus.

Sinto que o elo entre José Augusto e dona Abadia era permeado por questões diversas. Não houve consentimento mútuo para que um vivesse com o outro. Cada um deles foi empurrado para dentro da vida do outro. A vida da avó se resumia em investir no neto e no anseio de criá-lo. O medo da avó de partir e deixar o neto sozinho no mundo tomava conta das sessões em vários momentos. O menino reagia a tudo isso com destruição e raiva.

Os atendimentos seguiram com poucas palavras, tanto da avó quanto do neto, por um bom tempo, porém, vagarosamente, eu e José Augusto começamos a brincar mais juntos e a conversarmos um pouco mais, até que não era mais necessário que eu fechasse e tapasse os olhos. Eu já podia olhá-lo. Com a avó também não foi diferente, sem pressa, ela se sentia mais à vontade para trazer lembranças de sua história.

Abadia demonstrava o quanto estava aterrorizada pela possibilidade de mais uma vez não conseguir ter sucesso na criação do neto. Para ela, o boné e o skate não eram simplesmente um boné qualquer e um skate qualquer, eles carregavam consigo um peso enorme e a faziam recordar fantasmas antigos que não a deixavam em paz.

3.1.3 A falta e as faltas

Para esta família, as faltas às sessões remontavam à insuportabilidade da falta constituinte do sujeito de desejo. Nada podia faltar, pois quando algo faltava tudo se tornava insuportável e ameaçador. A separação era vista como destruidora e inaceitável. A castração era intolerável.

No décimo atendimento, após duas faltas consecutivas e sem justificativa da família, a avó chegou muito nervosa contando que a escola não conseguia mais lidar com o menino, uma vez que ele irritava todos à sua volta, sem contar que ele destruía os objetos escolares dele e dos seus colegas de classe, ameaçava professores e pedagogos e não se interessava por nenhuma atividade escolar. Não era só na escola que as coisas não iam bem. A avó contou que em casa tudo estava indo de mal a pior.

O menino estava batendo na sobrinha bebê; golpeando, chutando, arremessando objetos na avó e na tia; xingando, respondendo e machucando qualquer um que tentasse lhe impor limites. A avó relatava que quando a tia batia na criança com o cinturão, ele pedia que ela batesse mais e mais forte, pois ele não estava sentindo nada. A avó dizia que o menino deveria ser "benzido", já que "só podia ser coisa de um espírito ruim no corpo dele!" (*sic*); ela também dizia que o menino "nasceu parecendo um grilo" (*sic*) e que ela nunca viu um bebê tão feio. Eram infinitas agressões. Enquanto a avó falava em um tom muito nervoso, agitado e repleto de ódio, José Augusto batia, xingava, arranhava, arremessava bolas e objetos na avó, apesar de nada tê-la feito pausar seu despejamento. O menino arranhou o braço da avó com varetas tão profundamente, que ela chegou a sangrar e mesmo assim, José não conseguiu

fazê-la se calar. A avó devolvia as agressões do neto arremessando a bolsa no rosto dele e tentando chutá-lo. Nesta sessão, a avó refletiu:

se ele é desse jeito hoje, imagina com dez ou onze anos... capaz dele mesmo me matar! Eu não sei mais o que fazer com esse menino, já basta a mãe dele que nunca teve ideia, que não quis ele e nunca nem olhou *pra* ele como se fosse filho. Ela sempre me deu trabalho, e agora, ainda tem mais ele; ele *tá* acabando comigo! Eu não vou dar conta. Já estou desistindo! Vou dar é só uma comidinha *pra* ele e olhe lá... Só *pra* ele não morrer de fome. Tem tanta coisa sopitando dentro de mim que uma hora eu caio dura e morta no chão. Ele ainda me mata! Se fosse pra eu bater nele o tanto que eu preciso, com tudo que tenho dentro de mim, eu batia até matar! Mas eu não posso, senão eu vou presa, por isso eu tenho até medo de bater, eu prefiro pedir *pra* tia dele bater nele, porque tem tanta coisa aqui dentro de mim, tanta raiva desse menino, que capaz de eu matar ele, bater até matar mesmo... (*sic*). (10º Relatório de Atendimento da Família)

Avó e neto conviviam com esse clima de destruição constantemente. Era como se um precisasse do outro o tempo todo, para que cada um pudesse endereçar ao outro toda essa violência que transbordava e tudo que fazia da vida deles algo tão insuportável. Era assim que eles davam continuidade a suas vidas.

Eles não se separavam nem no momento de dormir. Abadia tinha insônia e dormia em média duas horas por noite. Com isso o neto lutava contra o sono e fazia de tudo para acompanhá-la madrugada a dentro. Os dois não conseguiam se separar nem de quarto, nem de cama. Havia um laço de alienação entre os dois de modo que eles estavam sempre deixando pistas do quanto eles precisavam um do outro; do quanto eles viviam uma loucura a dois.

A morte sempre foi um tema recorrente nas sessões. A avó estava sempre tentando preparar o menino para quando ela morresse, como se houvesse um desejo da avó de ter um objeto que a conduzisse sem tanto medo para a morte, para que não fosse tão solitário esse caminho. O neto não aguentava mais esse lugar de ser a testemunha viva e a companhia da avó para seu fim. José Augusto via a avó como amparo concreto e a avó buscava sua mortificação o tempo todo, mas se grudava ao menino para ter motivo para viver. Eles não conseguiam se desgrudar, já que a morte tanto os assombrava. O menino precisava vigiar a avó (até em seu sono) para que ela continuasse a existir para ele. Eles não suportavam mais precisar um do outro para viver e querer o outro tão próximo de si, por isso a única possibilidade de separação parecia ser a destruição um do outro.

Após alguns meses de trabalho, José Augusto começou a demonstrar o quanto ele gostava do espaço que construímos juntos, um espaço onde o laço odioso poderia aparecer e onde ele lutaria para separar-se desse laço complicado. Por outro lado, ele também deixava escapar seu medo da dependência de estar na sessão: ele não queria depender de nada, pois depender o remetia a estar colocado frente a uma condição imaginária de ser destruído.

A trajetória clínica da família era marcada por um ciclo que consistia na presença da avó, do neto e da violência, sendo que, na sequência disto, quando parecia surgir algum tratamento possível para lidar com tanta violência e as coisas aparentavam se acalmar, vinham as faltas e com elas o retorno às posições iniciais. Era sempre assim. Quando a violência timidamente se esvaía e abria uma fenda que permitia esvaziar um pouco tudo aquilo que transbordava, de repente, a família faltava à algumas sessões ou havia algum impedimento que me levava a desmarcar os atendimentos. Um destes impedimentos foi, por exemplo, a reforma da clínica psicológica que interrompeu os atendimentos por mais de um mês, e

deixou a avó muito irritada, dizendo que a terapia era em vão, que o neto estava pior do que nunca e que não sabia se continuaria indo às sessões.

Era como se as ausências tivessem o peso e a dor de um abandono, de perder tudo o que havia sido construído ali. Era como se tudo ficasse ameaçador demais, e com isso, eles retornassem para a posição em que chegaram, no início do tratamento. Eles demonstravam que não suportavam ser abandonados, nem perder mais alguém, mais alguma coisa. Era absolutamente intolerável lidar com a separação e com a ameaça de perda. Nada poderia lhes faltar, nem mesmo a minha presença.

Esta avó viveu vários impasses ao cuidar de seu neto, sendo que um dos principais impasses estava justamente relacionado à separação simbólica entre os dois. Era preciso ajudá-los a operar a função de separação simbólica entre eles, bem como ajudá-los na interrupção deste gozo de matar e destruir que circulava livremente na relação dos dois. Algumas vezes era possível interromper circunstancialmente este gozo, realizando suspensões e pequenas pausas. Isso parecia fazer surtir um alívio na relação entre avó e neto, mas as faltas apareciam na sequência disso: eram as faltas tentando encobrir a falta.

Avó e neto não toleravam mais depender um do outro, e, ao mesmo tempo, não viviam um sem o outro. Em certas ocasiões uma pergunta era endereçada à José Augusto, contudo era a avó quem respondia por ele. Com algumas intervenções foi possível pontuar sobre o quanto um estava grudado ao outro simbolicamente e o quanto os lugares dos dois estavam incrivelmente indiscriminados.

Aos poucos, um terceiro surgia nesta relação. Minha presença permitia colocar alguma coisa entre eles, mesmo que fosse apenas uma presença, o que, de certo modo, permitia uma maior aproximação com a criança, pois foi a partir daí que José Augusto passou a perguntar

minhas opiniões sobre as cores nos desenhos e me ajudar a apontar o lápis sem destruí-lo. Enfim, o menino se via menos ameaçado frente à possibilidade de instauração de uma outra relação que fosse novamente sufocante e destrutiva, ou seja, ele começava a entender que não era preciso repetir o que acontecia na relação entre ele e a avó, eram possíveis novas formas de se relacionar. Isso nos dava mais espaço para estarmos juntos nas sessões e instalava certo espaço entre ele e a avó.

Agora ele já podia falar sobre o que quisesse, colorir com as cores que preferisse, contar os fatos de que se recordasse... ele podia ser um ali e isso não o destruiria. Entretanto, para a avó as coisas ainda estavam um pouco mais difíceis, o que acabava afetando o neto e alterando o cenário com frequência. Tudo era muito inconstante.

3.1.4 A pipa e o alfabeto

A pipa foi um importante intermediário em nossos encontros. Apesar de ser um assunto que a avó também tentava proibir, aos poucos, foi possível entrar em contato com a pipa por uma outra via, que não fosse a via do embate. Lentamente, caminhamos por um trajeto em que falar sobre as pipas inaugurou a possibilidade de desenhá-las e depois de construí-las. José Augusto poderia então ver surgir com a pipa a possibilidade da articulação de um desejo. Desta vez a avó não iria fazer como houvera feito com o boné: escolhido justamente o que não agradava o neto, retirando de cena o desejo do sujeito José Augusto, ao invadi-lo com a imposição de seus medos e fantasmas. A pipa seria sonhada, falada, desenhada e construída conforme José Augusto desejasse.

O menino começou a desenhar pipas e a contar histórias sobre pipas, o que deixava a avó furiosa, pois para ela "soltar pipa é coisa de gente que não tem mais o que fazer na vida" (*sic*). Conteí ao menino que eu nunca havia soltado pipa e que queria que ele me explicasse como se construía uma pipa. Isso o deixou muito empolgado. Toda semana José Augusto me contava algo novo sobre pipas. Toda semana desenhávamos pipas e conversávamos sobre elas.

Um dia, José Augusto me contou que havia se cansado de desenhar pipas. Foi quando eu lhe propus que, em nossas sessões, tentássemos construir uma pipa com aquilo que tínhamos disponível na sala de atendimento (papel, tesoura, lápis de cor, barbante etc.). Iríamos tentar fazer esta pipa voar. Assim, ele poderia me explicar melhor como funcionavam as pipas e me ensinar o que ele sabia.

Deste momento em diante, todos os atendimentos foram marcados pela tentativa de fazer as nossas pipas voarem. Quando faltavam alguns minutos para terminar a sessão, nós íamos para o lado de fora da clínica e revezávamos na tarefa de mantê-la no ar por mais tempo. Nossas pipas eram de papel sulfite enfeitados com lindos desenhos que decidíamos juntos quais cores teriam e como seriam. Eram desenhos feitos a quatro mãos. Entretanto, não havia estrutura de sustentação para nossa pipa; ela só se mantinha no ar porque amarrávamos um barbante a ela e a puxávamos para o alto enquanto corríamos na lateral da clínica. Era uma quase pipa, que quase voava.

Eu percebia que cada vez mais José Augusto demonstrava curiosidade pelo espaço do outro, a que ele não tinha acesso. O menino começou a fazer perguntas sobre como eram meus outros pacientes, o que fazíamos juntos e se eles tinham dificuldades na escola. Eu dizia que cada um era de um jeito. O menino tentava imaginar como eram as sessões e me fazia mais perguntas. Fui tentando explicar-lhe que cada criança e cada família tinham um espaço único dentro daquela sala e que meu trabalho era singular com cada uma delas, já que

ninguém é igual a ninguém e não era possível invadir o que cada um construía. Tudo aquilo que ali era trabalhado e construído ficava guardado na vida, na imaginação e na lembrança de cada um de nós. Eu explicava que mesmo se todas as crianças brincassem com a casinha ou desenhassem uma pipa, cada uma o faria ao seu modo, portanto, seria uma aventura nova todas as vezes. Ele adorava ouvir sobre isso e indagar mais e mais sobre esse tão precioso espaço que é só do outro e também só do um.

Em diversas sessões nós não conseguíamos finalizar nossa pipa e então ele me pedia que eu a guardasse na gaveta para terminarmos na semana seguinte. Eu explicava que aquela sala era compartilhada e utilizada por muitos psicólogos e crianças, logo, se a pipa ficasse ali poderia acontecer de ela sumir. Ele achava super legal imaginar quem pegaria sua pipa, o que faria com ela etc. Todavia, a pipa sempre estava na gaveta, do mesmo modo e no mesmo lugar em que a guardamos. A avó se incomodava bastante com o menino "só querer saber de fazer pipa na consulta" (*sic*).

Tentei chamar a avó para nos ajudar com as pipas. Ela se recusou por muito tempo, mesmo com o menino implorando que ela o ajudasse a desenhar. Abadia dizia que não sabia nem pegar no lápis, que nunca teve oportunidade de desenhar e que aprendeu apenas o básico na escola, logo não sabia "ler coisa grande e complicada" (*sic*). Houve apenas uma sessão em que a avó aceitou se sentar na mesinha infantil e se arriscou a tocar nos lápis de cor, mas sempre dizendo que não levava jeito para aquilo e que não iria colorir nada.

Neste dia, Abadia recordou algumas lembranças de sua época de escola, falou que não havia dinheiro para lápis de colorir e que seu maior arrependimento foi ter deixado os estudos para se casar. Pedi que ela falasse mais sobre esse tempo, sobre como era sua vida antes do neto. Ela rememorou que se casou aos 16 anos com o primeiro marido, com quem teve três filhos e viveu junto por sete anos; depois disso, ela se separou e cerca de um ano após a

separação já se casou com o falecido marido (avô de José Augusto), sendo que, com ele, a avó foi casada por mais de vinte anos, até que ele faleceu dezesseis anos atrás. Com este marido ela teve uma única filha, a mãe de José Augusto. Ela conta que criou todos os netos, com exceção de uma "que a mãe sempre teve mais juízo e não largou pra cima de mim" (*sic*).

José Augusto era o último neto sobre a responsabilidade de dona Abadia, o que fazia renovar nela o desejo de não fracassar e agarrar-se a esta última chance que lhe fora dada. A avó queria muito "acertar" com esse menino; queria muito fazer algo diferente do que havia feito com os outros que criou. Contudo, mesmo em meio a essa esperança de algo novo, Abadia acabava revivendo sua culpa por ter "feito tudo errado" (*sic*) com a mãe dele e com todos os outros. A avó revivia seu fracasso, seus medos e sua angústia. Com isso, Abadia impunha regras de tudo aquilo que estava proibido para o neto, tudo aquilo que apontava para os erros anteriores, como o boné, o skate, a pipa... Com isso, ela repetia sua rigidez e mantinha as falhas alocadas em algo externo.

Houve um momento de nossos encontros em que as questões escolares de José Augusto sempre estavam presentes nas reclamações da avó sobre o que tornava este neto tão insuportável para ela. A avó não conseguia lidar com as dificuldades do neto na escola. Ela o agredia verbalmente, chamando-o de "moleque burro e estúpido que não aprende nada, deve ter problema mental..." (*sic*). Ele não conseguia tirar boas notas, não sabia o alfabeto e não se recordava do ordenamento dos números. Aliás, o menino não sabia reconhecer letras e números destacados da sequência que ele havia decorado.

Não havia singularidade nas letras e nos números. Tudo aparecia como um grande bloco embaralhado em sua cabeça, do qual nenhum item poderia ser retirado separadamente. Além disso, suas decorebas não duravam grande tempo; ele memorizava apenas por alguns

minutos e logo se perdia nessa confusão toda. Com isso, a avó não dava trégua e despejava toda sua raiva neste neto que, do mesmo modo que ela, era um fracasso na escola.

A queixa escolar aparecia como uma questão fundamental neste caso. O maior arrependimento da avó foi não ter estudado, logo havia uma imposição para que o neto fosse bem na escola. Todavia, o menino e ela eram iguais, ele também não "levava jeito para essas coisas" (*sic*), frase que a avó usou para se referir a si mesma com relação aos estudos, e que cabia bem na relação do neto com a aprendizagem. Havia sido muito difícil para a avó conseguir aprender o pouco que pôde em sua escolarização. Para o neto não era nada diferente. Ela caçoava do menino e devolvia tudo o que viveu consigo mesma, na relação com seu igual: o neto.

O menino arriscou-se a se aventurar na tarefa de tentar ser diferente de sua avó. Quando a avó dizia que não gostava de algo, ele respondia: "mas eu gosto!" (*sic*). Em seguida, José também passou a apresentar grande interesse por aprender a escrever seu nome; ele não me dizia isso, porém ficava observando quando eu escrevia e tentando repetir. Um dia, perguntei se ele queria que eu escrevesse em letras grandes para que ele copiasse. Ele disse que gostaria. José tentou várias vezes escrever seu nome corretamente, errando bastante no começo, mas acertando e exibindo sua conquista para mim e para a avó após algumas tentativas.

Abadia pediu que o neto me contasse que sua mãe o visitou. Foi a primeira vez desde que começamos com os atendimentos. Segundo a avó, o neto ficou muito entusiasmado de ver a mãe; a abraçou e pulou de alegria durante todo o tempo em que ela esteve presente. O fato deixou a avó irritada, ela reclamava que "a mãe dele sumiu no mundo, não quis nem saber dele e, mesmo assim, quando ela aparece o menino faz a maior festa, como se fosse a melhor coisa do mundo ver aquela *tranqueira*" (*sic*).

Abadia criticava o estado "decadente" da filha, mas ao mesmo tempo se mostrava preocupada com ela; me perguntou sobre instituições que ela poderia frequentar, dispositivos de saúde e até sobre atendimentos psicológicos para a filha. Bastava uma aparição e pronto: as esperanças se renovavam. De fato, a filha não era o que Abadia queria que fosse, embora ainda trouxesse à tona a possibilidade de reparação do fracasso de Abadia como mãe, além de assegurar a garantia imaginária de que esta avó precisava: que José Augusto não iria ficar sozinho neste mundo.

Em outra sessão, ele me perguntou se eu havia "decorado o alfabeto inteiro" (*sic*); eu respondi que sim e ele pediu que eu o desenhasse em um papel; quando escrevi todas as letras em uma folha, ele me pediu para levar a folha para sua casa. Na sessão seguinte ele pediu que eu fizesse outra, pois a antiga havia amassado. A avó começou a elogiar o neto e chegou a pedir que eu atendesse a mãe do menino, uma vez que se o menino mudou tanto, logo talvez ainda fosse possível conseguir que a mãe mudasse também.

A avó sutilmente me fazia um pedido: que eu cuidasse desta mãe, do modo que ela não conseguiu cuidar, para que esta mãe pudesse cuidar de José, quando a avó não estivesse mais presente. Ora, para a avó eu me tornava um objeto cobiçado. Abadia não soube aprender e também não sabia ensinar. Tudo isso era dolorido e insuportável demais, pois o fracasso escolar do neto fazia retornar o fracasso da avó. Era preciso que alguém fizesse o que Abadia não conseguia fazer. Para a avó, se eu fosse capaz de ensinar o alfabeto para José Augusto, significava que eu poderia ser capaz de fazer o que ela não houvera conseguido nem com a filha, nem com o neto.

Minha presença representava uma trégua, uma fenda entre Abadia e o neto. Cada vez mais José Augusto se preocupava em distribuir bem o tempo da sessão para que ele pudesse fazer tudo o que queria. E ele começava a querer muita coisa. Ele já era capaz de ter o espaço

dele nas sessões, de dizer de si e de inaugurar uma nova forma de se relacionar com o outro. Era possível desejar algo para além do desejo da avó.

O menino se interessou pelo jogo de dardos e por vários outros jogos, contudo ele não suportava perder os jogos. Perder ainda era muito ameaçador e destrutivo. Algumas vezes ele interrompia sua participação no jogo para não perdê-lo e desorganizava tudo à sua volta quando se dava conta de que seria derrotado, em uma tentativa desesperada de parar tudo, para que ele não precisasse perder nada. Após este momento dos atendimentos, a família faltou por três semanas seguidas sem justificar com antecedência. Quando eu entrava em contato com a avó, ela dizia que estava com problemas de saúde e não pôde comparecer.

Quando a família retornou, a avó me contou sobre o quanto sua saúde houvera piorado, o que a deixava angustiada com relação ao futuro do neto sem ela por perto. Era a morte assombrando a família. O menino estava super irritado com este assunto; não queria papo comigo, destruiu a pipa que há tantas sessões nos acompanhava e pediu para ir embora incontáveis vezes. Estava evidente a dificuldade de separação dos dois. Um não conseguia se desgrudar do outro sem que a ameaça de destruição, abandono e morte viesse à tona, por isso neste dia minha presença entre os dois não era bem vinda, pelo contrário, era ameaçadora.

A avó contou que durante o tempo em que a família se ausentou, o menino havia estudado bastante o alfabeto que fiz para ele. Abadia pediu que eu fizesse outro novo alfabeto porque o anterior já estava desgastado. Eu o fiz. Entretanto, enquanto José Augusto tentava recordar as letras junto comigo, a avó perdeu completamente a paciência com os erros do neto e começou a responder quais eram as letras corretas interrompendo o menino. Abadia falava alto e despejava críticas sobre "a lentidão de José Augusto para aprender" (*sic*). As dificuldades escolares do neto eram insuportáveis demais para ela, uma vez que traziam à tona

as dificuldades vivenciadas por ela. O alfabeto aparecia como o espelho do insuportável de ser visto e recordado pela avó.

Os dois estavam muito grudados, como se fossem uma coisa só, uma pessoa só, duas faces da mesma moeda. Eu perguntava a letra para o neto, mas era a avó quem respondia aos berros. Ora, a alienação era tão forte que um respondia pelo outro. Frente ao perigo da morte, eles se agarravam à promessa de viver um para o outro.

Já na sessão seguinte, a avó estava empolgada me contando o quanto o neto estava indo bem na escola, tinha "tomado gosto por estudar" (*sic*) e estava recebendo elogios das professoras. O menino ficou todo contente com o elogio e me disse que iria trazer seu caderno para mostrar-me um desenho que ele fez e a professora achou bonito. Ser olhado e investido por outras pessoas, de um outro modo era algo que permitia novas formas de significação de seu mundo subjetivo. A criança não era mais o "burro da turma, que não aprendia nada" (*sic*), ele agora, era alguém que podia aprender, que portava um saber sobre si mesmo.

José me convidou para fazer uma nova pipa. Abadia se queixou do menino "só querer o que não presta" (*sic*). Falei sobre a dificuldade que era para a avó ver o neto querer algo que ela não queria; vê-lo constituindo seu próprio querer, independente do dela. José Augusto conseguia desejar algo para além da avó, mas a avó não sabia lidar com isso.

Diante de tudo isso, José Augusto estava pronto para me fazer um pedido: ele queria uma pipa de verdade e precisava que eu o ajudasse a construí-la nas sessões. Combinamos tudo: quem traria cada um dos materiais e como faríamos, passo a passo a tão sonhada pipa. Contudo, surgiu um medo no garoto: ele dizia que nunca houvera construído uma pipa de verdade e que não sabia se daria conta. Pensamos sobre quais seriam as dificuldades e ele

encontrou a solução: "a gente se vira, você pesquisa um pouco na internet e eu vou tentando descobrir lá na rua. Vamos conseguir!" (*sic*).

Durante o atendimento ele me perguntou que cor eu iria querer o papel de seda, qual o tamanho a pipa teria, entre outras questões. Respondi que seria ele quem iria decidir; ele poderia fazer a pipa como sonhara, ao seu modo. A avó não conseguia gostar da ideia; ela reclamou bastante e pronunciou: "esse menino desperdiça as sessões falando só de pipas" (*sic*). Para Abadia era muito difícil ver o neto inaugurar um espaço dele, em que os fantasmas da avó já não o amedrontavam tanto.

José Augusto já havia conseguido falar sobre pipas, desenhar pipas, colorir pipas, sonhar com sua pipa, além de construir várias pipas que não voavam, mas, agora, o menino precisava de uma pipa que pudesse voar. Ele demandava isso. Apesar de José Augusto saber que voar não era coisa fácil, ele queria se arriscar a tentar. Nosso caminho ainda continuaria se esbarrando com a impossibilidade do voo por algum tempo, embora ainda não soubéssemos disso.

3.1.5 Desejo de morte: tudo igual, mas tudo diferente

Voltamos a falar sobre o desejo de morte e sobre a vontade de matar um ao outro que retornava diversas vezes ao longo do tratamento. Abadia e José Augusto ainda não conseguiam viver um sem o outro; eles ainda estavam muito colados, apesar de que, em alguns momentos, era possível interromper ou manter tudo isso em suspenso. Desse modo, a

colagem simbólica que existia entre a avó e o neto fazia com que a violência e a agressividade, que funcionavam como uma forma de se manter conectado ao outro, estivessem sempre presentes, mesmo quando latentes. Era como se um quisesse matar o outro, mas para matá-lo tivesse que morrer também, já que viver um sem o outro ainda era impossível.

Neste ponto de nossa trajetória juntos, logo após os planos de construção de uma pipa que fosse capaz de voar, a Clínica Psicológica entrou em período de reforma e as sessões foram suspensas até que houvesse autorização para entrar no prédio. Ficamos seis semanas sem nos encontrarmos. Após este longo intervalo, quando finalmente iríamos retomar a construção da pipa, José Augusto não pôde levar os materiais para a construção da pipa, pois sua avó não permitiu.

O cenário estava tenso: o menino tímido e arredio; a avó muito nervosa, falando ininterruptamente, sem nenhuma pausa, como se ela não pudesse parar de falar nem mesmo para respirar. Abadia contava aflita sobre o quanto José Augusto estava difícil e sobre como estava exausta. Foi uma sessão angustiante. A avó afirmava que "entregaria o jogo" (*sic*), uma vez que ela teria chegado ao seu limite, e inclusive, já havia ido até na escola, pedindo ajuda e informando que eles poderiam comunicar ao conselho tutelar que ela não queria mais o neto. Abadia suplicava por uma separação real, já que a separação simbólica não estava sendo possível. Eles não suportavam mais depender um do outro, porém também não suportavam viver um sem o outro.

A avó dizia que precisava usar aquela sessão para falar tudo o que estava "entalado" (*sic*), caso contrário ela iria explodir. Qualquer tentativa de José em dizer algo provocava fúria em Abadia, que não hesitava em fazer piadinhas sobre a questão escolar do neto, que havia se agravado e ele corria o risco de repetir o ano: "é o mais burro da escola; não

aprendeu nem o nome dele, isso porque o primeiro nome é fácil, imagina se fosse difícil... Todo mundo da escola vai fazer chacota dele; nem um ET é tão burro assim!" (*sic*). O menino não media sua força e chutava, batia, beliscava, xingava, jogava objetos, enfim, devolvia as agressões verbais da avó com agressões físicas. Abadia não se diferenciava e logo começou a tentar dar tapas, chutes, lançar a bolsa e beliscar o neto. Um não conseguia parar de provocar o corpo do outro, sendo que o jeito costumeiro nesta relação era via agressão física.

Esta cena relembrava muito o que acontecia nos primeiros atendimentos. A defesa que ambos utilizavam para tentar interromper a invasão que o outro lhe provocava, era pela via da agressão verbal e física. A agressividade era a língua da casa. O modo de continuar existindo e provocando o outro era através da agressividade. Após as interrupções de nossos contatos, Abadia e José Augusto sempre retornavam muito parecidos com o modo de funcionamento de quando os conheci, no início do tratamento. Contudo, eles já não eram os mesmos. Tudo parecia igual a antes, mas eles não podiam excluir tudo o que haviam vivido neste período, portanto, tudo não era exatamente como antes.

A avó falava que tinha vontade de matar o neto, todavia explicava que quando ela tentava bater no neto para corrigi-lo, era ela quem quase morria, visto que ela já não tinha força, fôlego e nem saúde para o esforço que isso exigia. Pontuei que até para que ela matasse o neto, era ela quem quase morria. Ora, matá-lo era uma forma de não se desligar de José; de não permitir que ele se separasse dela durante a vida, pois a separação carregava o peso de uma destruição imensurável. A ligação era tão forte e indiscriminada que ambos estavam sempre quase morrendo frente à ameaça de perder o outro.

Nesta sessão, a avó falou sem parar, e o neto, que inicialmente devolvia as agressões com chutes, murros, beliscões e tapas; depois pareceu se cansar e procurar uma trégua. O menino tapou seus ouvidos e repousou sua cabeça por entre as pernas da avó. Era ali que ele

se abrigava e se acalmava, no meio das pernas da avó. Abadia continuou despejando tudo o que podia, embora seu tom de voz tenha se abrandado levemente. Fiz um apontamento a respeito daquele lugar curioso que permitia um tom menos estridente na sessão, sem contar no aconchego que o menino parecia ter encontrado ali.

O medo da morte e de José Augusto ficar abandonado foi muito presente neste dia, em que Abadia denunciava sua impossibilidade de matar o neto que vivia dentro dela, como eterno companheiro para sua morte. A avó ressaltava que ninguém em sua família aceitaria ficar com o neto, ninguém o suportaria, além dela. Para ela, seu fim estava cada vez mais próximo. José Augusto sendo derrotado na escola; Abadia sendo derrotada na vida; ambos preferindo a morte a ter que lidar com a falta do Outro. A castração era mesmo insuportável.

A avó falou que não queria continuar com os atendimentos e que seria uma boa forma de castigar o neto, uma vez que ele gostava de comparecer às sessões. Foi uma sessão que me deixou abalada. A ideia do fracasso e do abandono tomou conta não só da família, mas também de mim, em minha relação com eles. Um nó na garganta me deixava sem lugar, de fora daquele pacto mortífero tão intenso e também sem conseguir denunciar que não seria possível tapar o buraco um do outro. Não havia lugar para mim. Meu lugar era um não lugar. Abadia interrompia a possibilidade de que houvesse uma fenda entre os dois.

O grande impasse desta família estava justamente na natureza da separação, na convocação de um poder separador. Havia uma grande sincronia entre a geração dos filhos e a geração dos netos. A avó repetia com o neto o que vivera com a filha. Ela explicava que tentou de tudo e fez tudo o que poderia ter feito para que algo diferente se constituísse, entretanto, ela tentou tudo de novo, do mesmo modo, revivendo com o neto partes doloridas do passado que tanto lhe assombravam. Ficava explícito que a figura dos netos nesta família

tinha a chance de ter uma família, mas não tinha um lugar dentro da família, assim como fora com seus pais.

Na sessão seguinte a avó chegou muito agitada, contando que havia brigado com todos à sua volta. Brigou com a professora e com a diretora da escola do neto, em uma tentativa desesperada de que o neto não fosse reprovado, sendo que, por fim, ela conseguiu negociar que o menino passaria de ano, com a condição de frequentar o reforço extraturno. Brigou com todos os seus filhos; expulsou de sua casa a filha e neta que moravam com ela, pois elas estavam "maltratando e humilhando" (*sic*) José Augusto.

Segundo a avó, em uma calorosa discussão, sua filha lhe disse que todos os filhos de Abadia sempre odiaram tê-la como mãe, além de também ter lhe dito que dona Abadia deveria morrer logo e parar de dar trabalho para os filhos. Abadia contou que não deixou a agressão verbal da filha ficar impune e logo retrucou dizendo que deveria ter abandonado todos os filhos, que são "um bando de fracassados, alcoólatras e viciados, que só deram desgosto, vergonha e trabalho" (*sic*). Abadia também brigou com o vizinho que havia reclamado de José Augusto gritar próximo à sua janela e com uma colega de escola do neto que ameaçou fazer uma ocorrência contra o comportamento agressivo do menino.

Em todas as brigas o intuito era um só: defender o neto das críticas alheias, afinal, esse espaço era só dela. Abadia não aceitava ouvir reclamações sobre o neto e tomava isso como uma afronta a ela mesma, de modo que estabelecia confrontos enérgicos, manifestando comportamentos muito similares aos do neto em suas brigas. Ela xingava, gritava, ameaçava e se estressava com todos os que dirigissem qualquer crítica ao menino, afirmando "esse povo não tem moral para falar dele, são todos muito piores que ele... eu não admito!" (*sic*).

A dificuldade de separação se evidenciava. Era quase impossível discriminar um do outro. A avó estava colada ao neto; o neto enlaçado pelo pacto imposto pela avó. Além disso, a relação da avó com seus filhos e netos carregava as marcas do fracasso de um modo muito dolorido: tudo que vinha dela não "prestava para nada", só dava desgosto, causava vergonha, asco e repúdio! Isso se fazia transmitido às gerações seguintes. Filhos e netos eram inscritos nesse enredo de fracasso desde seus nascimentos. José Augusto quando nasceu já era "o menino mais feio da maternidade, parecia um grilo" (*sic*). Isto é, com ele se inaugurava mais uma linhagem que se destacava por tudo o que tinha de pior.

O trabalho com esta família consistiu em tentar suspender esse gozo de matar e destruir como única alternativa possível de enlaçamento, além de tentar colocar entre eles minha presença, como esperança de algo que pudesse abrir espaço para a falta. A família sentiu minha falta no período que não pudemos nos encontrar, mas a encarou como um abandono. Pois bem, sabemos que este é o modo deles de funcionamento e comigo não seria diferente. Após o abandono, a família retornou, também ao seu modo, com a ameaça de abandonar de volta. Foi apenas uma ameaça, afinal eles optaram por continuar o tratamento por mais algum tempo. É claro que foi preciso certo investimento. Foi preciso marcar presença mesmo na ausência, ou seja, nas semanas que não seria possível haver atendimento, era preciso que eu ligasse e de certa maneira, sublinhasse que eu ainda existia e não os havia deixado.

Abadia e José ainda não estavam prontos para irem embora um do outro, nem tampouco para irem embora daquele espaço que construímos juntos... Foi preciso continuar o tratamento para além deste recorte utilizado na pesquisa, para que juntos, pudéssemos tentar elaborar novos sentidos para o que significava separar-se um do outro, simbolicamente.

Também precisávamos finalmente construir uma pipa que tivesse estrutura para voar, ao contrário das pipas que fizemos juntos neste período, que como José Augusto dizia "era uma pipa de mentirinha", incapaz de voar sem que alguém a puxasse de muito perto pelo barbante, ao correr para o rumo que o próprio condutor escolhesse. Era fato: nossa pipa não conseguia voar, não era possível de nenhuma forma, ela exigia de nós algo diferente. Precisávamos de uma pipa que pudesse alçar voos altos e se arriscar em territórios distantes, sendo que, mesmo com a condução de alguém, esse alguém manteria certa distância e não teria total controle sobre os rumos que a pipa poderia tomar. Era preciso perder o medo de fazer uma pipa que pudesse voar, só que para isso, precisávamos perder o medo de errar em meio a essa trabalhosa confecção!

Encerramos o recorte utilizado para esta pesquisa com a certeza de que, após um ano de trabalho junto a esta família, embora por vezes, José Augusto e Abadia se parecessem exatamente iguais com relação à forma de funcionamento psíquico de quando eles deram início ao processo terapêutico, eles, contudo, estavam diferentes. José Augusto e Abadia alcançaram partes inexploradas de si mesmos. A avó pôde contar sua história, acessar suas lembranças, seus medos e seus fantasmas. O menino pôde sonhar com pipas, desejar voar sozinho e se arriscar em novas formas de se relacionar. Isso era inegável: eles não caberiam mais nas mesmas fôrmas em que chegaram. Por isso, tudo parecia igual, porém nada estava igual.

Um pequeno trecho da clássica obra de Lewis Carroll (2002) *Alice no País das Maravilhas*, caberia muitíssimo bem para pesarmos sobre o modo como caminhamos com este caso. O trecho se chama "Conselho de uma Lagarta":

A lagarta e Alice ficaram olhando uma para outra algum tempo em silêncio. Finalmente a Lagarta tirou o narguilê da boca e se dirigiu a ela numa voz lânguida, sonolenta.

“Quem é você?” perguntou a Lagarta.

Não era um começo de conversa muito animador. Alice respondeu, meio encabulada: 'Eu... eu mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos sei quem eu era quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então.'

'Que quer dizer com isso?' esbravejou a Lagarta. “Explique-se!”

'Receio não poder me explicar', respondeu Alice, 'porque não sou eu mesma, entende?' - 'Não entendo!', disse a Lagarta.

'Receio não poder ser mais clara', Alice respondeu com muita polidez, 'pois eu mesma não consigo entender, para começar; e ser de tantos tamanhos diferentes num dia é muito perturbador.'. (p.45-46)

Ao longo da fantástica aventura de Alice, a personagem se transformou infinitas vezes, se reinventou, cresceu, encolheu, retornou ao mesmo tamanho. Todavia, retornou de uma outra forma. Alice já não poderia mais ser a mesma menina que era antes de vivenciar todas essas experiências. Era um caminho sem volta. A menina se deparou com vários embaraços, medos e imprevistos no decorrer de sua história. Mesmo frente a todos os perigos e peripécias, a garotinha experimentou uma aventura única e inacreditável. Ora, a trajetória de Alice guardava importantes semelhanças com o que José Augusto e Abadia vivenciaram no decorrer de nossa caminhada juntos.

Já poderíamos seguir em frente com a convicção de que o trabalho não havia sido em vão. O fracasso era só mais um fantasma. Todos nós estávamos diferentes, talvez menos amedrontados, talvez mais esperançosos... Então seguimos!

3.2 HÉRCULES, PABLO E JOÃO: HISTÓRIAS DE ABANDONO E SOLIDÃO

Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor. Depois as mãos finas se afastaram das grossas, lentamente se delinearam dois seres que me impuseram obediência e respeito. Habituei-me a essas mãos, cheguei a gostar delas. Nunca as finas me trataram bem, mas às vezes molhavam-se de lágrimas - e os meus receios esmoreciam. As grossas, muito rudes, abrandavam em certos momentos. O vozeirão que as comandava perdia a aspereza, um riso cavernoso estrondava - e os perigos ocultos em todos os recantos fugiam, deixavam em sossego os viventes miúdos. (Infância, Graciliano Ramos, 1995)

Os irmãos, Hércules e Pablo, compareciam aos atendimentos acompanhados pelo avô, João. Hércules tinha quatro anos e Pablo, sete. O avô era quem tinha a guarda dos meninos desde que eles nasceram, pois a mãe era usuária de drogas e o pai estava preso. O trecho da belíssima obra de Graciliano Ramos, *Infância*, que dá início a esta seção, chama a atenção por descrever de forma singela e autêntica, embora não sem dor, as mãos que tocaram o corpo e a vida do personagem desde muito cedo, nos primórdios de sua existência e constituição. No

caso dos irmãos, Hércules e Pablo, as únicas mãos que lhes envolveram foram as mãos finas da mãe e as mãos grossas do avô. Entretanto, as mãos da mãe os abandonaram cedo demais, permanecendo somente as mãos grossas do avô para envolvê-los e criá-los.

Os meninos tinham também uma irmã caçula, que ainda estava sob os cuidados da mãe. João não quis ficar com a guarda da neta, porque ele se considerava incapaz de criar uma menina, dizendo que "*menina-mulher* não pode ser criada por um avô sozinho, precisa ter uma mulher por perto" (*sic*). A neta tinha menos de dois anos de idade e era filha da mãe dos meninos com um outro pai, que também estava preso e não chegou a conhecer a menina. Os irmãos não haviam conhecido o pai. Era João quem assumia todas as responsabilidades relacionadas aos netos desde seus nascimentos.

Houve um tempo em que a mãe dos meninos esteve morando na casa de João, junto a seus filhos. Todavia, este cenário se alterava com grande frequência. João contava que não soube da última gravidez de sua filha: "ela estava morando na rua e só reapareceu com a bebê nos braços" (*sic*). Depois disso, a mãe morou com João e os filhos até a menina completar um ano e sete meses, quando a situação novamente se modificou, pois a mãe passou a bater de forma muito violenta em Hércules e Pablo, sendo que o avô preferiu se mudar com os dois netos, deixando a mãe e a neta caçula sozinhas. O avô contava que sua filha tinha mais paciência e cuidado com a netinha do que sempre houvera tido com os meninos. Ele dizia com grande pesar que "dos meninos ela nunca gostou; por ela nem sei se eles estariam vivos... ela só pegava eles no colo quando eu obrigava; ela mesma odiava, chorava e queria largar logo. Ela queria era voltar correndo para a rua..." (*sic*).

João estava sempre tentando controlar o uso de drogas da filha. Ele contava que ela vendia até sabonete usado para comprar drogas. Houve uma vez em que o avô chegou em

casa e ela estava fazendo comida para a bebê no próprio chão, com lenha e tijolos, uma vez que ela tinha vendido o fogareiro e o gás que ele havia comprado no dia anterior.

A ficha de atendimento inicial estava no nome de Pablo, o irmão mais velho. A queixa principal que continha no registro era referente a sérias dificuldades na escola. Desde o primeiro contato com a família, via telefone, João falava sobre o quanto os atendimentos seriam importantes para toda a família. Ele agradecia muito pela oportunidade de poder ser atendido, dizendo que era abençoado e sortudo por ter conseguido a vaga, e ainda, por ser um atendimento familiar em que os dois netos poderiam comparecer. Os agradecimentos constantes do avô marcavam as primeiras sessões.

Estas eram as primeiras informações sobre a história desta família. Aos poucos, foi possível entrar em contato com alguns elementos que se tornaram fundamentais para uma análise mais aprimorada dos impasses que circulavam na vida do avô e de seus netos. Vamos saber um pouco mais sobre os primeiros contatos e impactos.

3.2.1 O primeiro contato: impacto, desordem e caos

Já na primeira sessão foi possível perceber a ansiedade da família com relação aos atendimentos. O atendimento estava agendado para as 11:00 horas da manhã, contudo, antes das 8:00 horas daquela manhã João e os netos já estavam na sala de espera aguardando para serem chamados. João contou que fez confusão com o horário, no entanto, de toda forma, ele preferia chegar antes da hora marcada a se atrasar.

Quando os chamei para entrar, Hércules pulou a divisória e começou a correr pelo corredor gritando muito alto. Os irmãos pareciam estar muito agitados e desorganizados. Depois que entramos, me apresentei e indaguei sobre o nome de cada um deles. Em seguida, perguntei suas idades, entretanto eles não souberam responder. O avô respondeu por eles: Hércules tinha quatro anos, Pablo, sete. Eles tentaram mostrar a idade com a contagem dos dedos, foram inúmeras tentativas, mas eles realmente não sabiam quantos anos tinham e não sabiam demonstrar suas idades com os dedos. Esta foi a primeira cena de nosso primeiro atendimento.

Depois disso, mostrei o armário para os meninos e perguntei do que iríamos brincar. No mesmo instante em que eu abri a porta do armário, os irmãos me empurraram para o lado e jogaram todos os brinquedos que estavam dentro do armário no chão. Não sobrou sequer uma única vareta dentro do armário. Por entre a alvoroçada retirada dos brinquedos, os meninos gritavam bastante. O barulho era estridente, tanto o barulho de todos os objetos caindo ao chão, quanto o barulho dos gritos e risadas. Não havia mediação para o caos. Eles não me escutavam e não escutavam o avô. Não havia voz alguma que pudesse dar continência a tudo aquilo.

Era muito difícil conseguir ouvir e entender o que João tentava dizer em meio a tanto barulho, mas vagarosamente foi possível conhecer um pouco mais da história das crianças. O avô falou sobre o motivo que o levou a buscar ajuda para seus netos. Ele contou que os meninos não conseguiam aprender absolutamente nada na escola: não sabiam contar, não sabiam identificar as cores, não sabiam ler e escrever, além de não conseguirem nem mesmo desenhar a letra de seus nomes sobre o tracejado. O avô estava bastante preocupado, principalmente com a situação de Pablo, que já estava no segundo ano escolar obrigatório.

Hércules e Pablo foram para a creche com menos de um ano de idade e sempre a frequentaram por período integral.

Pablo falou um pouco sobre a raiva que sentia por não conseguir aprender nada. Ele contava que sentia muito sono durante as aulas e que o tempo demorava muito a passar quando ele estava na escola. O menino dizia que não sabia como seus colegas conseguiam aprender tanta coisa, enquanto ele não conseguia aprender nada. Segundo o garoto, tudo o que estava escrito no quadro se misturava e ficava bagunçando em sua cabeça. Já Hércules não quis falar nada sobre a escola, ele estava muito ocupado esparramando e jogando para cima todos os brinquedos da sala.

O fato das crianças não saberem quantos anos tinham foi algo que havia me impressionado bastante. Isso me levou a investigar melhor as dificuldades escolares dos irmãos ao longo de nossas brincadeiras. Quando fomos desenhar juntos, pedi que eles pegassem uma folha e um lápis para entregar-me. Entretanto, eles não sabiam quanto era um. Hércules e Pablo pegaram várias folhas e vários lápis; em seguida, me perguntaram se aquele tanto era um e se eles tinham pegado a quantidade correta. Ao longo dos desenhos, pedi que eles me entregassem uma determinada cor de lápis de colorir, porém eles também não sabiam identificar nenhuma das cores. A dificuldade e o embaraço dos meninos era desconcertante. João explicou que os netos não sabiam reconhecer animais, símbolos, letras, cores, formas e que as professoras emitiam reclamações todos os dias, deixando o avô sem saber o que fazer.

Depois de algum tempo de conversa, perguntei quantos irmãos e irmãs Pablo tinha, ele respondeu "seis" (*sic*). O avô tentou ajudá-lo dizendo que ele só tinha dois irmãos. Hércules começou a rir do irmão mais velho, e logo me revelou que sabia contar até mil, ele começou: "oito, dois, cem, treze, mil!!! Viu tia?! Eu sei tudo!" (*sic*). Pablo zombou do caçula e tentou se lembrar da sequência dos números, apesar de não ter conseguido, novamente emitindo apenas

números aleatórios. Posteriormente, Pablo me contou que não conseguia se recordar da ordem dos números, pois "tudo é muito parecido" (*sic*). Eu conversei com eles sobre o quanto era difícil aprender tantos números, tantas cores, tantas letras, enfim, tantas coisas ao mesmo tempo. No entanto, confesso que fiquei surpresa com o alto nível de dificuldade das crianças. Pablo já havia concluído todos os ciclos da educação infantil e o primeiro ano regular, inclusive.

João tentava justificar o prejuízo dos netos ao dizer que ele não tinha tempo nem conhecimento para ajudar os meninos na escola, que ficavam atrasados com relação às demais crianças. Além disso, o avô também acreditava que o alto nível de dificuldades escolares dos netos estava diretamente relacionado ao fato de ter ocorrido abuso de álcool e drogas durante a gravidez e amamentação deles. João não sabia ensinar e ajudar os netos, já que ele nunca fora alfabetizado. A mãe não era presente e também não havia frequentado a escola. Os meninos não conseguiam aprender e não recebiam ajuda de ninguém. Nenhuma das três gerações havia sido alfabetizada até aquele momento.

O avô trabalhava como entregador de bebidas em uma empresa da cidade, seu turno começava às sete da manhã e não tinha horário para terminar. Desse modo, os meninos ficavam na escola nos períodos da manhã e da tarde, e no período da noite ficavam em casa com o avô. Quem levava e buscava as crianças na escola era o serviço de transporte escolar, contratado pelo avô.

Ainda na primeira sessão, me lembro de que tentei impor alguns limites e conversar com Hércules e Pablo pedindo para que eles se acalmassem um pouco, não se machucassem, não quebrassem nada e não gritassem tanto, já que as salas ao lado precisavam de silêncio. Nesse momento da sessão, consegui conversar um pouco mais de perto com as crianças que me explicaram sobre como eram suas vidas na casa deles. Eles me esclareceram que "a única

coisa boa que tem lá é o vovô" (*sic*). Os dois falaram sobre a mãe ser uma pessoa muito nervosa e violenta e mostraram algumas cicatrizes que tinham pelo corpo, recordando episódios em que a mãe os havia machucado bastante. Eles também desabafaram sobre o quanto achavam chato e perturbador terem que ir para a escola. Quando fui dirigir uma pergunta ao avô, percebi que ele havia pegado no sono. Ele deitou sua cabeça sobre a mesa e adormeceu. Precisei chamá-lo mais de uma vez para que ele se despertasse, quando a sessão chegou ao fim. Ao acordar, ele disse: "senti só como é ter que cuidar desses dois? Eu vivo cansado!" (*sic*).

Eu sentia o cansaço do avô em meu próprio corpo. Mesmo após o término do atendimento, minha cabeça permanecia doendo e ecoando o excesso de barulho que havia me invadido. Não foi nada fácil este primeiro encontro. O caos, a desordem, a bagunça e as dificuldades escolares haviam impactado significativamente.

Havia muito trabalho pela frente.

3.2.2 Uma novidade: a presença de um terceiro

O trabalho com esta família não foi nada fácil durante um longo tempo. As sessões permaneciam extremamente caóticas, o barulho não podia ser contido, o caos transbordava. De um lado, as crianças destruíam tudo o que encontravam pela frente; de outro o avô dormia profundamente e cada vez era mais difícil acordá-lo quando as sessões terminavam.

Hércules era muito agitado e não conseguia ficar quieto por nem mesmo um segundo. Já Pablo, apesar de ser muito inquieto, aos poucos foi conseguindo me olhar e conversar comigo, mantendo em suspenso todo aquele tumulto. Ainda não era fácil escutar as falas do avô em meio ao barulho, e ele acabava adormecendo. Não havia sossego. Era como se não houvesse borda alguma, não era possível dar continência ao caos e tudo simplesmente explodia para fora em uma pulsão destrutiva direcionada aos objetos. Era avassalador, não havia lugar para a angústia, pois ela estava espalhada em todos os cantos da sala, assim como os brinquedos.

Todas as vezes em que eu tentava abrandar a situação ao pedir que eles se acalmassem e se organizassem um pouco, Hércules ficava emburrado, chorava, dava birras, gritava ainda mais alto. Enquanto isso, Pablo se irritava e pedia para ir embora. O avô falava que os castigaria quando chegassem em casa, dado que eles estavam "passando dos limites" (*sic*). Demorou um tempo para que eu pudesse entender que não havia como a sala ficar em ordem e as crianças ficarem em silêncio enquanto não houvesse nenhum indício de ordem e silêncio em suas vidas.

Para todos nós era difícil estar nas sessões. O avô tinha que conseguir sair mais cedo do trabalho, o que era bem complicado. As crianças tinham que sair mais cedo da escola, visto que estudavam em período integral, e além disso, tinham que suportar ver um monte de brinquedos com que eles não sabiam brincar, já que brincar com brinquedos era algo novo. Para mim era insuportável lidar com aquele excesso de barulho, caos, gritos, brinquedos espalhados etc. No entanto, era aquela a condição em que a família vivia e se apresentava, logo, era naquela condição em que eu deveria acolhê-los.

O avô era muito bravo com os meninos. Mesmo assim, os netos o desafiavam a todo o tempo. Esse movimento desafiador também se direcionava a mim em algumas sessões.

Quando eu fazia alguma pergunta a Hércules, ele primeiro me encarava, em seguida chegava tão perto que quase encostava seu rosto no meu, depois, respondia gritando muito alto. Eu explicava que estava escutando-o e enxergando-o, que ele não precisava gritar tão alto para que eu o escutasse, nem chegar tão perto para que eu o enxergasse. Eu permanecia olhando-o firmemente, mas só depois de algum tempo ele recuava. Ele parecia querer saber se eu o suportava tão de perto.

A relação de Hércules com o seu corpo era desconcertante. O menino não sossegava um único segundo, ficava remexendo o corpo a todo momento, como se estivesse levando um choque e não pudesse parar de se mexer. Ele tremia, dançava, pulava, deitava no chão, remexia, corria, chutava o ar, enfim, não tinha fim a movimentação de Hércules dentro de si mesmo. Ele quase não falava comigo. O menino, às vezes, nem parecia me ouvir falar, sendo que quando ele me escutava, ou ele me ignorava, ou me desafiava a suportá-lo de muito perto. Já Pablo me espiava de longe e parecia estar mais atento ao que acontecia ali. Ele se interessava pelos assuntos e ficava sempre atento, mesmo quando tentava demonstrar que estava me ignorando.

Na quarta sessão, Hércules deu uma grande birra cujo motivo foi que quando chegou ao fim da sessão, o menino se irritou com o tempo ter acabado e começou a chutar os brinquedos, esparramá-los e arremessá-los por todos os lados. O garoto se jogou no chão e gritou bastante, dizendo que nunca mais voltaria ali. Em seguida, ele bateu a porta algumas vezes e ameaçou fugir. Era urgente tentar interromper ou suspender, por algum período, aquela forma tão desordenada de estar consigo mesmo e com os outros à sua volta.

Foi neste momento que surgiu a necessidade de estabelecer uma regra fundamental para nossos encontros: naquele espaço ninguém poderia entrar e sair da sala gritando pelos corredores quando bem entendesse. Nós tínhamos um acordo e esse acordo teria que ser

respeitado por todas as partes, uma vez que aquele ambiente se tratava de uma espaço público com vários atendimentos acontecendo ao mesmo tempo, portanto, havia regras institucionais às quais eu também estava submetida. Quanto ao acordo, eu expliquei que ninguém era obrigado a comparecer às sessões, nem tampouco a entrar para a sala de atendimento, porém quem optasse por estar ali, iria ficar até o momento em que eu encerrasse a sessão, ou então até o momento em que a pessoa optasse por ir embora. Entretanto, após sair da sala, só deveria retornar na semana seguinte.

Hércules mal me deixou terminar de falar e já saiu correndo pelos corredores gritando que nunca mais voltaria àquele lugar. Antes de fechar a porta e deixá-lo de fora, eu repeti em tom baixo e firme o que eu havia acabado de lhe dizer, ressaltando que ele houvera feito sua escolha e poderia retornar para dentro da sala apenas na semana seguinte. Hércules ficou transtornado com o estabelecimento deste limite. O menino começou a dar murros e chutes na porta, além de berrar que odiava a tudo e a todos. Continuamos por algum tempo guardando os brinquedos. Todavia, o barulho de Hércules atrapalhou as salas ao redor e foi necessário pedir ao avô para levar Hércules até a sala de espera, enquanto eu e Pablo terminávamos de juntar as coisas. Pablo logo desabafou: "viu, tia, ele é desse jeito! Ninguém aguenta ele, meu vovô vai bater nele, mas não adianta. Ele não tem jeito!" (*sic*). Perguntei como era lidar com isso todo dia. Ele respondeu: "ah tia, a gente fica doido né, dá vontade de bater nele, mas se eu fizer isso, quem apanha sou eu!" (*sic*).

Este foi um atendimento muito difícil, barulhento e esgotante. Eu nunca havia visto tanta bagunça, tanta coisa espalhada e sem lugar. Nesse dia, me questionei muito sobre como eles suportavam essa condição confusa, caótica, estraçalhada, esparramada, sem formato, sem nome, sem jeito de chegar perto. Porém, desse dia em diante muita coisa iria começar a mudar.

Na sessão seguinte, os irmãos haviam chegado bem mais calmos e organizados. O pequeno Hércules logo na hora de entrar para a sala de atendimento já disse: "tia, hoje eu vou guardar todos os brinquedos e vou me comportar bem!" (*sic*). A partir dessa sessão os meninos e eu passamos a ficar na mesinha desenhando, enquanto o avô conseguia dizer um pouco mais de si e recordar partes importantes de sua história. O barulho e o caos haviam encontrado um pouco de continência. Mesmo assim, algumas vezes, o avô ainda aproveitava o espaço das sessões para dormir e descansar um pouco. Ele dizia: "eu já falei demais, vou aproveitar que você está com os meninos e vou tirar um cochilo" (*sic*).

O avô nunca havia tido ninguém para ajudá-lo na tarefa de estar com as crianças para que ele pudesse descansar. Tudo isso era inédito e certamente fazia que o avô pudesse se sentir menos sozinho, pela primeira vez em sua vida. João podia se retirar de cena com a certeza de que a violência e as agressões não iriam tomar conta do cenário. Com isso, ele podia descansar em paz, mesmo que apenas por alguns minutos. Essa é a dimensão de confiança que começava a aparecer na relação transferencial.

Era a primeira vez, tanto para os meninos, quanto para o avô que havia alguém, além deles mesmos, fazendo parte e marcando presença no enredo de suas histórias. Os irmãos e o avô não estavam sozinhos. Surgia uma presença que não era tão ameaçadora, fugaz, instantânea, instável e efêmera, como era a presença da mãe e das outras mulheres que passaram pela vida do avô e das crianças, como namoradas e professoras, respectivamente.

Havia uma terceira presença ali junto a eles que instituía alguns limites e dava alguma forma para a grande desordem que os consumia. Havia uma presença que representava uma trégua para aquele avô, que podia enfim descansar e adormecer. Era este o lugar que eu conseguia ocupar, pelo menos por alguns momentos, junto a esta família. O lugar de um terceiro que inaugurava sua aparição na vida destes sujeitos. Contudo, ainda precisávamos

conhecer e entender um pouco mais de perto a história e os movimentos de João, que pouco falava e muito dormia durante as sessões.

3.2.3 A dança da solidão

João tentava evitar falar sobre sua filha e sobre o pai de Hércules e Pablo. Ele utilizava gestos e falava sussurrando em voz baixa quando eu lhe dirigia alguma pergunta sobre os pais dos meninos. Ele também falava em voz muito baixa sobre sua preocupação com relação ao fato de que os netos nunca receberam cuidado algum de ninguém, a não ser dele mesmo, sendo que ele muitas vezes se viu sem saber o que fazer com os meninos.

No início do trabalho terapêutico, o avô contou que tinha uma namorada, mas segundo ele, não havia tempo livre para namorar, visto que "a vida parou desde o nascimento de Pablo e agora tudo se resume em trabalhar para sustentar os meninos..." (*sic*). A namorada e João moravam em casas separadas, pois o avô acreditava que ninguém, além dele, suportaria conviver com as aparições descontroladas da filha e com a desorganização dos meninos. Um pouco mais adiante, João chegou contando que ele e a namorada tinham terminado o relacionamento, porque ela não tinha paciência nem carinho com os meninos. O avô dizia que: "não dá *pra* ter do lado uma pessoa que não entende a situação que a gente vive, que não me ajuda e não quer saber dos meninos... mais cedo ou mais tarde iria acabar de qualquer forma..." (*sic*).

João se via sozinho com os netos, não havia à quem recorrer para pedir ajuda. Ele era o único que havia cuidado dos garotos e a única pessoa que se preocupava com eles. João também deixava evidente que só ele suportava sua filha e todos os embaraços por ela provocados em sua vida. Não havia mais ninguém além dele que pudesse aguentar toda aquela situação, tanto com relação à filha, quanto com relação aos netos. Até então, João se via sozinho nessa dança da solidão.

Certa vez, o avô contou um pouco mais de sua história. Ele lembrou que sua filha sempre foi muito ligada a ele desde pequena. A mãe da menina era uma prostituta e por isso não quis criar a filha, já que precisava continuar trabalhando. João recordou que sempre quis ter a filha perto dele e que nunca aceitaria que o proibissem de estar com a menina. Ele recordava que costumava dizer a seguinte frase para a mãe de sua filha: "o que eu quero é só o que está dentro de você, porque de você mesma eu não quero nem saber, *pra* mim você não é nada, mas a minha menina eu quero *pra* mim!" (*sic*). Ele criou a filha desde pequena, apesar de a menina ao se tornar adolescente, ter optado por voltar a viver com sua mãe, por um curto tempo.

João não se interessava pela mulher que a mãe de sua filha representava, pois tinha interesse apenas pela condição de ser pai e ter sua filha consigo. Era uma posição fálica: não era o desejo pela mulher, como aquilo que viria evocar o desejo deste homem, que estava em jogo, mas sim, o desejo pelo que esta mulher poderia lhe dar.

O avô, por ser negro, se lembrava de ter sofrido muito preconceito por parte da família da mãe de sua filha. Ele contava que ninguém o aceitava e que, inclusive, a família ficou profundamente envergonhada e preocupada com o fato de a menina poder nascer negra, como ele. João recordava que tentaram impedi-lo de conhecer e conviver com sua filha, porém, segundo o avô, ele só teve a sorte de poder ter convivido com a filha já que ela nasceu negra e

a família da mãe da menina se recusou a criá-la e a aceitá-la. A filha era negra e também fora excluída daquela família tal como ele. A marca da solidão de João e do quanto ele se via sempre sozinho não cessava de (re)aparecer.

João explicava que a mãe conviveu muito pouco com a filha nos primeiros anos, visto que resolveu permanecer trabalhando como prostituta e não quis se envolver muito com a menina. Ele também contava que sua filha e a mãe sempre brigaram muito, todas as vezes em que se viam. O avô comentou que depois que sua filha se tornou adulta ela resolveu cortar relações com a mãe, uma vez que as brigas entre elas tinham ficado cada vez mais sérias e insustentáveis.

O avô acreditava que os problemas de sua filha em relação ao uso de drogas tinha suas raízes aí. Para ele: "só Deus sabe o que essa menina já deve ter visto a mãe fazer! Qualquer um ficaria traumatizado e perturbado da cabeça..." (*sic*). João dizia que a mãe de sua filha tinha muitos clientes, fazia uso de drogas com alguns destes clientes e não poupava a menina, no período em que elas moraram juntas, de estar junto de tudo isso.

Em um dos atendimentos, João deixou escapar um grande sorriso ao me contar que havia tido uma boa conversa com sua filha, na qual ela aceitou participar mais da vida de Hércules e Pablo. Segundo ele, a conversa se estendeu por longas horas, sendo que sua filha havia lhe prometido que iria interromper o uso de drogas e tentar ser uma boa mãe. O avô contou tudo isso com um largo sorriso no rosto, demonstrando estar orgulhoso e esperançoso. Contudo, algumas semanas depois, ele chegou ao atendimento muito chateado, contando que a filha havia retornado ao uso de drogas e estava cada vez mais debilitada, agressiva e dependente.

O avô rememorava que os meninos eram muito parecidos com a mãe deles quando era pequena. De acordo com João, a mãe dos meninos sempre deu muito trabalho na escola, não conseguia aprender nada, não conseguia ficar quieta e ninguém suportava cuidar dela. O avô refletia também que sua netinha mais nova "também segue no mesmo caminho" (*sic*). Para o avô, "a menina é muito custosa e birrenta, não tem quem dê conta dela" (*sic*).

Havia uma marca importante na relação de João com a filha e com os netos: ele estava sozinho neste barco e ninguém mais aguentaria tudo o que ele teve que aguentar ao longo da criação dessas duas gerações. Era assim que ele se via, completamente solitário. Não havia mais ninguém no mundo que pudesse dar conta de tudo aquilo. Não havia nenhum momento em que ele poderia se ausentar, descansar e deixar que outro alguém o ajudasse nessa missão. Todavia, a possibilidade de comparecer às sessões e dormir sobre a mesa enquanto as crianças eram cuidadas por mim, representou algo completamente novo para João. Ele começava a imaginar uma dança a dois, diferente de tudo que ele já havia experimentado em sua vida.

3.2.4 Outras danças

Com o tempo o avô se arriscava a sonhar outras formas de dançar a dança da vida sem tanta solidão e com a possibilidade de encontrar alguém para dividir as belezas e dificuldades das danças a dois. Com Hércules e Pablo não era diferente. A novidade da presença de um terceiro que pudesse impor limites e conter o caos abria infinitas possibilidades de significações e subjetivações do mundo que os rodeava.

Ainda com relação aos meninos, cada vez mais a esperança e a vontade de conhecer coisas novas emergiam e ganhavam espaço. Começamos a desenhar juntos, nos sentar lado a lado e poder conversar com tranquilidade e em um tom de voz que fosse bem distante da gritaria de antes. O ambiente já não era tão ameaçador, violento e caótico como o que eles haviam se acostumado em casa e na escola. Os meninos se sentiram olhados e cuidados como nunca antes. Eu os ensinei a pegar no lápis de cor e ensinei-os a desenhar bonecos de palitinho. Aquilo tudo parecia ser um momento mágico para os irmãos, que se encantavam com a brincadeira de desenhar e diziam que nunca haviam visto desenhos tão lindos. Todos os dias, ao encerrar a sessão, Hércules e Pablo pediam para levar os desenhos para casa porque queriam mostrar para os coleguinhas de sala e para a mãe deles o quanto eles já conseguiam desenhar bonito.

Pablo permaneceu desenhando e me mostrando seus desenhos com muito orgulho de suas conquistas durante todo nosso tempo juntos. Já Hércules se aventurou em novas brincadeiras, apesar de ainda com dificuldades. O pequeno Hércules se arriscou a descobrir "como que imagina?" (*sic*). E juntos, tentamos produzir um espaço potencial para que o menino pudesse criar e inventar suas próprias brincadeiras.

Eu tive dificuldade para entender a pergunta e a demanda de Hércules quando ele me dizia: "mas tia, como que imagina?" (*sic*). O menino fazia esta indagação todas as vezes em que tentávamos extrapolar as brincadeiras para além dos brinquedos que ali se apresentavam. Inicialmente, tentei responder do lugar daquele que ensina e porta consigo um saber sobre aquilo que o paciente lhe indaga, apesar de não ter sido suficiente para nenhum de nós dois. O menino voltava a me perguntar: "mas tia, como que imagina? Tem que fechar o olho ou não precisa?" (*sic*). A construção imaginária destes irmãos ainda era muito dispersa. Não foi fácil entender que, de fato, o analista não poderia ser aquele que iria ensinar algo, mas ao contrário

disso, somente poderia ser aquele que viveria e permitiria que o paciente vivesse e experimentasse junto com ele o que seria imaginar.

Com esta família, ficava evidente o quanto era urgente ajudá-los na construção da condição narcísica, na qual, vagorosamente, caminhamos um pouco na direção de uma espécie de jogo do espelho, em que eles começavam a se ver naquilo que seria o desejo do Outro. Eles começavam a me colocar no lugar daquilo que lhes faltava e daquilo que eles gostariam de ter para si, todos eles - inclusive o avô. Assim, a condição de esvaziamento de si mesmos, que era tão grande e sem fim, cautelosamente pôde ir dando lugar a construções idealizadas, identificações imaginárias e investimentos narcísicos.

João começou a me chamar para comer pizza com ele e os netos aos domingos à noite, me chamou para comparecer com eles no desfile do congado e até para conhecer a cidade em que ele havia nascido e sido criado. O avô também perguntava onde eu morava, se eu tinha filhos e se eu era casada. Sempre que possível o avô me fazia algum elogio, ele dizia: "você é tão calma que até quem está perto sente a tranquilidade, por isso que você leva jeito para lidar com criança... Uma moça delicada assim vai dar uma ótima mãe" (*sic*).

Foi complicado lidar com esse amor transferencial que o avô me dirigia. No início, tomei os convites do avô como pessoais e fiquei sem saber como lidar com a situação. Aos poucos, foi possível compreender que este amor dizia sobre as idealizações imaginárias que o avô construía com relação a ter alguém por perto, sobretudo alguém que fosse uma boa mãe, além de ser uma mulher que pudesse ser tanto sua companheira, quanto uma pessoa que cuidasse de seus netos. Na verdade, João idealizava alguém que pudesse ser simplesmente tudo o que lhe faltava: uma boa mãe, uma companheira, uma cuidadora, uma educadora, e, inclusive, a presença de um terceiro entre ele e os netos. Isto é, uma mulher só serviria para esse avô se ela pudesse ser tudo o que ele não teve.

Isso não acontecia somente com João, de modo que Hércules e Pablo também desejavam ser cuidados, olhados e investidos. Então, os três, - João, Hércules e Pablo, descobriam a possibilidade de serem olhados, cuidados e investidos como jamais haviam sido em suas vidas. A figura da mulher que iria oferecer um pouco de alívio, paz e descanso para o avô poder adormecer com sossego, se juntava à figura da mulher que iria compreender, ter paciência e cuidado com os netos, esboçando assim o que seria esse objeto tão magnânimo do desejo de João, que começava a ser mapeado. Do mesmo modo, para as crianças, a figura da mãe que eles gostariam de ter tido se juntava à figura de alguém de pudesse fazer o avô feliz, fundando, portanto, um objeto de desejo aos olhos de Pablo e Hércules.

Pablo me pedia infinitas vezes para que ele pudesse entrar sozinho comigo para as sessões, enquanto o avô e o irmão aguardavam na sala de espera. Hércules tentava me impedir de conversar com o avô e com Pablo, enquanto começava a contar histórias sem fim e pedia para se sentar no meu colo. O avô não se cansava de tentar descobrir um pouco mais sobre minha vida pessoal e sobre os lugares que eu gostaria de frequentar.

Durante algum tempo me vi colada ao lugar de objeto idealizado por essa família e também com dificuldades para suportar a possibilidade de perder este lugar. Minhas intervenções com esta família foram pouco calorosas em algumas ocasiões, como se houvesse uma tentativa de impor certa distância, além de tentar evitar as perguntas pessoais e os convites para os finais de semana. Deste modo, o que acontecia era que, ao mesmo tempo em que eu me via fugindo dessa suposta captura que a família me dirigia, por outro lado, eu acabava reafirmando meu lugar de objeto cobiçado. Todos nós precisávamos nos movimentar para que novos lugares surgissem.

João, Pablo e Hércules haviam me colocado no lugar do melhor e mais desejado objeto que eles poderiam querer. Contudo, o reverso deste lugar era a própria marca de

abandono e solidão que reaparecia em todos os momentos da história e do trabalho com esta família. Cada um desejava ter para si alguém que pudesse ser tudo e não menos que isso. Os três disputavam algo que não existia, nem poderia existir. Eles desejavam alguém impossível. Era como se aquele objeto estivesse ali para que a condição de falta pudesse, em algum momento, aparecer. Era a mãe, a mulher, a companheira, a professora, a cuidadora que sempre faltaria. Neste sentido, o abandono e a solidão se revelavam na face reversa de tudo isso. A dimensão da idealização surgia acompanhada pela tentativa de barrar a separação, evitando o abandono e a solidão. Entretanto, o elemento de salvação já carregava consigo a marca do fracasso, posto que era impossível. A idealização era só uma forma de tentar bordejar o impossível.

Em meio à demanda de querer mais companhia, mais presença, mais amor, estava circulando também a possibilidade de cada um desses sujeitos inaugurarem seus desejos. Havia chegado a hora de trabalhar com esta família as dimensões da falta e da separação. Sim, a falta necessária à constituição subjetiva, fundante e inaugural. A falta que eles imaginavam poder abafar através da minha presença em suas vidas representava que algo lhes faltava e, com isso, eles poderiam desejar algo que tamponasse essa falta. Era uma invenção imaginária de uma família feliz e completa em que todos se esforçavam muito para me agradar, me elogiar e me amar, para que assim, como contrapartida, eu também os amasse e não os abandonasse. Eu me via agora no lugar de objeto *a*, objeto causa de desejo para o outro.

Juntos, nós pudemos descobrir que era da vida que eles demandavam tudo isso e não de mim. Com a evolução do trabalho, cautelosamente, ficava mais evidente que eu não era o fim, mas o meio para que o desejo e sua condição de falta pudessem emergir. Mas, ainda era preciso ajudá-los a discriminar o eu e o Outro, isto é, era preciso trabalhar com esta família a dimensão da separação. No processo de constituição subjetiva, o sujeito procura encontrar no

Outro aquilo que lhe falta, aquilo que fora perdido ao se tornar sujeito do desejo do Outro. É como se o Outro pudesse eternamente tamponar tudo aquilo que falta ao sujeito e este era o lugar em que eles tentavam me colocar. Contudo, sabemos que tal idealização imaginária não é efetiva. Deste modo, aos poucos, as marcas desta impossibilidade emergiam trazendo com ela o medo do abandono e da solidão que atravessava a história desta família.

A separação começa a se esboçar no momento mesmo em que o sujeito percebe que o Outro, assim como ele, também é não todo, portanto, faltante. Com isso, o surgimento da falta no Outro faz vir à tona a própria falta do sujeito, em meio à constatação da sua impossibilidade de complementar o Outro (Lacan, 1964/2008). Tudo isso começava a ocorrer em nossa relação transferencial. Entretanto, tudo isso parecia muito embaraçado e ameaçador para estes homens.

A família infelizmente foi levada a interromper os atendimentos logo após este momento do nosso trabalho. Não tivemos nem como nos despedir pessoalmente, pois a vida da família havia sofrido mudanças repentinas e o contato se cortou. Certo dia o avô ligou avisando que não compareceria, dado que a mãe dos meninos havia sido presa e o avô precisou se organizar para cuidar da netinha, além de ter precisado se mudar de casa subitamente, já que alguns traficantes estavam ameaçando-o. Ele parecia aflito e desesperado no telefone, sem saber como proceder com o retorno da situação de confusão, ameaças, violência e medo.

Neste contato, João informou que havia ampliado seu turno de trabalho para conseguir arcar com as despesas relativas à escolinha para sua netinha e explicou que não poderia mais comparecer em nosso horário. Tentei estabelecer inúmeros contatos com a família, mas todos os números de telefone estavam com o sinal cortado. De repente, nunca mais nos vimos e nunca mais nos falamos.

Viver a experiência de descobrir tanta coisa através do trabalho com esta família foi incrivelmente desafiador e instigante. A análise pessoal e as supervisões foram dando conta de contornar as minhas questões particulares que ressoavam nas dificuldades de condução do caso. E de repente, um caso que era tão difícil de lidar foi se tornando um caso muito especial para todos nós.

No entanto, as contingências da vida mais uma vez trouxeram à tona separações que eram vividas em um campo de ameaça intenso. O trabalho terapêutico de repente havia se interrompido. Assim, por entre as inúmeras tentativas de contato que não se concretizavam, era possível ir entendendo que, na verdade, o encerramento abrupto já estava presente como uma marca de todo o trabalho, logo, nem sempre seria possível produzir algo que mediasse esta situação.

3.3 NAYARA, NARA E SANDRA: MARCAS DE PASSADOS SILENCIADOS

Naquele tempo a escuridão ia se dissipando, vagarosa. Acordei, reuni pedaços de pessoas e de coisas, pedaços de mim mesmo que boiavam no passado confuso, articulei tudo, criei o meu pequeno mundo incongruente. (Infância, Graciliano Ramos, 1995)

Nayara iniciou os atendimentos com quatro anos de idade. Inicialmente, a menina comparecia às sessões acompanhada por sua avó materna e por sua mãe. A mãe, Nara, tinha 24 anos de idade e quase não se comunicava nos primeiros atendimentos da família. A avó,

Sandra, era quem mais falava e quem traduzia as falas de Nara e Nayara, permitindo que elas pudessem se fazer entendidas e ouvidas em suas dificuldades de pronúncia, pois tanto Nara quanto Nayara tinham grandes dificuldades relacionadas à fala. A família justificava a dificuldade de Nayara com relação à comunicação, alegando que a criança havia começado a falar há pouco mais de um ano e, segundo a família, em alguns momentos da vida da pequena essa fala era interrompida ou regredia. Já os problemas relativos à fala de Nara eram justificados pela avó com o fato de ela ter a língua presa e a fala enrolada desde criança.

Nara era uma jovem tímida, que conversava muito pouco e dizia que estava indo às sessões por um pedido de sua mãe. Mais uma vez, o pedido de ajuda psicológica vinha dos avós, como nos outros casos. Entretanto, com esta família se inaugurava a possibilidade de ouvir, olhar, acolher e entender um pouco mais sobre a segunda geração, isto é, a geração dos pais.

Nas sessões iniciais, Nara ficava sempre sentada em algum canto e só falava algo se eu lhe fizesse uma pergunta dirigida, pois caso contrário, ela esperava que sua mãe respondesse por ela ou gesticulava sinalizando que não sabia o que dizer. Nara havia sido diagnosticada com obesidade mórbida "no último grau de gravidade" (*sic*) e aguardava por uma cirurgia de redução de estômago na fila de espera do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela tinha dificuldades para se locomover e para se comunicar e, além disso, dizia ter depressão há muitos anos, mas nunca chegou a fazer tratamento.

Nayara era uma criança que brincava bastante e estava sempre sorrindo. Ela chegou aos atendimentos com a queixa inicial de suspeita de violência sexual advinda de um irmão mais velho, filho de seu pai com outra mulher, supostamente realizado na casa do pai. Na ficha de Nayara constavam também queixas relacionadas à masturbação excessiva, insônia, prejuízo escolar e brincadeiras agressivas. Era o nome e os telefones da avó que constavam

nos dados sobre o responsável pela criança. Não havia nenhuma menção sobre a mãe da menina.

A avó havia começado a trabalhar recentemente para ajudar no sustento da filha e da neta, sendo que antes disso, ela ficava responsável pelos serviços do lar. Sandra parecia estar sempre aflita e preocupada com questões judiciais que envolviam Nayara. Ela me fazia infinitos pedidos de laudos, pareceres e relatórios que pudessem informar que a criança estava sendo devidamente cuidada pela mãe e que toda a situação traumática de sua vida era decorrente da convivência da menina com o pai.

As demandas da avó dirigidas a mim eram muitas e demorou um tempo para que eu pudesse entendê-las e não me manter presa a elas. Aliás, o mesmo aconteceu com Nara e Nayara, que chegaram aos atendimentos por um pedido de Sandra e permaneceram um longo tempo vinculadas ao que Sandra lhes demandava. Apesar de nenhum documento ter sido emitido, não foi fácil para a família aceitar e entender que meu lugar junto à Nayara não era esse, de adivinhar seus traumas, emitir pareceres e lhe fornecer alta rapidamente. Delongou bastante para que todos pudessem compreender que o tratamento levaria tempo e que eu não seria mais uma juíza dessa situação.

3.3.1 Primeiros contatos: a primeira história e a presença de Sandra

Inicialmente a história de Nayara era contada principalmente pela avó e, em algumas ocasiões, pela mãe, mas sempre de forma muito confusa. Foi necessário certo tempo de

trabalho para que fosse possível compreender melhor alguns fatos e questões que envolviam o nascimento e a criação de Nayara, bem como para que a história de Nara e Sandra também pudessem ser contadas e recordadas. A primeira versão da história desta família e o motivo que a levou a buscar pelos atendimentos psicológicos foi apresentada enquanto a presença da avó nas sessões era mais frequente.

Nas sessões iniciais, a avó insistia para que Nara falasse sobre a história de Nayara e a ajudava a ir relembrando os fatos. Nara contou que quando engravidou de Nayara foi morar em outra cidade onde residia o pai da criança. Nara e o pai de sua filha não tinham um relacionamento sério e se conheciam há pouco tempo quando Nara descobriu a gravidez. O pai de Nayara logo a pediu em namoro e disse que eles morariam juntos, pois ele gostaria de acompanhar o crescimento da filha.

Nara contou que durante a gravidez teve vários desentendimentos com o rapaz e que chegou a se separar dele mais de uma vez antes mesmo do nascimento de Nayara. Segundo Nara, quando as separações aconteciam, ela retornava para a casa de sua mãe. Entretanto, logo em seguida, o pai de Nayara a procurava e com isso os dois reatavam o relacionamento, de modo que Nara voltava para casa dele junto com a filha.

A casa de Sandra era o local onde Nara encontrava abrigo nos momentos em que as coisas não estavam indo bem com seu companheiro. A jovem não se recordava de quantas vezes procurara a casa da mãe nas situações de briga com o pai de sua filha. Ela dizia que foi tão grande o número de repetições deste fato que já havia "perdido as contas" (*sic*). Sandra acolhia Nara todas as vezes, embora não gostasse do rapaz, nem da situação de ter a neta e a filha morando em outra cidade.

Nara dizia que as discussões entre ela e o pai de sua filha eram cada vez mais frequentes e calorosas. Nara se recordava de que em uma determinada discussão cujo motivo inicial era quem deveria trocar as fraldas de Nayara, que estava suja e chorando muito, acabou provocando um sério rompimento entre eles. Nara pegou suas coisas e mais uma vez voltou imediatamente com a filha para a casa de sua mãe. Quando o pai de Nayara a procurou, ela novamente reatou o relacionamento com ele e decidiu retornar para a cidade em que residia com o rapaz. Assim que Nara chegou lá, o rapaz havia sugerido que ela fosse a uma entrevista de emprego. Nara alegou que no tempo em que ela esteve fora, ele trocou as fechaduras da porta e a colocou para fora de lá. Nara precisou voltar para a casa de Sandra sem a filha. Com isso, o pai de Nayara registrou uma queixa contra Nara, por abandono da menor.

De acordo com Sandra, o pai de Nayara trabalhava promovendo "encontros" (*sic*) entre homens e mulheres, além de ter um bar de forró que funcionava em sua própria casa no período noturno. Nayara fora criada em meio a este ambiente, em que a vida noturna era muito agitada e durante o dia não havia ninguém que tivesse disposição para trocar suas fraldas. A sujeira e os dejetos que vinham de Nayara eram insuportáveis para seus pais. Um esperava que o outro a limpasse; os dois estavam cansados demais para terem que lidar com tudo o que uma bebê necessitava e exigia. Nara reclamava que a filha chorava demais. Ela dizia: "ninguém aguentaria tanto choro, sem parar, dia e noite! Qualquer um teria desesperado e se cansado daquilo tudo..." (*sic*).

Nara se queixava que vinha sendo traída pelo companheiro desde o nascimento da filha e que já não aguentava mais conviver com isso. Segundo ela, o ambiente de prostituição em sua própria casa acabava facilitando a situação para que o pai de Nayara tivesse várias amantes. Nara acreditava que, por não ter condições financeiras para sustentar a filha, nem

tampouco conseguir proibir a única forma de ganhar dinheiro do rapaz, ela deveria aceitar calada as traições dele.

Era com grande mágoa e muita raiva que Nara contava sobre as amantes e as traições que ocorriam debaixo do mesmo teto em que ela e o companheiro moravam com a filha. Ela dizia que "mulher nenhuma ia ter aceitado uma situação daquela, até que eu aguentei muito tempo sendo feita de trouxa e otária" (*sic*). A mãe, que quase não falava, por entre suas poucas palavras escapadas, dizia sobre as dificuldades que ela enfrentou tanto em sua relação com o pai de sua filha, quanto com relação às mudanças e exigências que a maternidade inaugurou em sua vida.

Nara contou que ficou mais de um ano sem ver a filha, pois o pai havia proibido qualquer tipo de contato entre a família de Nara e a pequena Nayara. Os poucos contatos que ocorreram ao longo deste tempo foram mediados pela polícia ou pelo Conselho Tutelar. Inicialmente os contatos ocorreram através das grades dos portões e foram bem rápidos. Quando a menina completou cerca de dois anos e meio, o Conselho Tutelar da cidade do pai de Nayara liberou que fossem realizadas visitas mensalmente em um espaço do próprio conselho, já que a família de Nara não tinha lugar para ficar naquela cidade.

Nesse período, Sandra recordou de ter começado a notar sinais de maus tratos na menina. De acordo com a avó, a neta apresentava queimaduras de cigarro, marcas de cinto nas pernas, além da região da vagina avermelhada e vários machucados na boca. A avó tentou fazer denúncias, contudo afirmava que todas as suas denúncias não foram levadas a sério pelos órgãos responsáveis. Sandra dizia que o pai da menina tinha influência na cidade, por isso elas não conseguiam acusá-lo de nada.

As histórias pareciam carregar consigo algo de estranho. Era como se as coisas não fizessem sentido do modo como eram contadas nas sessões. Todas as vezes em que eu tentei perguntar ou questionar algum fato, era a avó quem tomava frente das respostas, mesmo quando as perguntas eram destinadas à Nara. Havia algo mal contado e obscuro por entre as falas que emergiam. Contudo, era preciso tentar ouvir e entender o que estava sendo dito para além das histórias mal contadas. De fato, o que marcava as primeiras sessões era o olhar da avó sempre preocupado, aflito e com anseio de cuidar de sua neta, bem como sua demanda por ser ajudada neste processo. Sandra fazia um pedido de ajuda para tudo o que dizia respeito não só à Nayara, mas também para o que dizia respeito à Nara e seu lugar de mãe.

A avó contava sobre o quanto lutou para ter a neta por perto. Ela falava sobre seu desespero e seu medo de perder Nayara para sempre, além de recordar também que se viu "enlouquecida e adoecida" (*sic*) só de pensar em tudo que a menina poderia ter vivido no período em que elas perderam o contato. Pouco tempo antes do início dos atendimentos, Sandra havia sido diagnosticada com depressão e estava fazendo tratamento com um psiquiatra. A avó temia por tudo o que poderia ter acontecido à neta em sua ausência.

Após esse longo período turbulento, quando Nayara estava com cerca de três anos de idade, houve um acordo judicial no qual se decidiu que todas as primeiras semanas do mês a menina ficaria sob responsabilidade da mãe e da avó. Durante este tempo, Sandra começou a espionar de longe as brincadeiras da neta e suspeitou novamente que a menina estivesse sendo vítima de violência sexual. A avó dizia que as brincadeiras da neta com suas bonecas imitavam cenas de sexo violento. Além disso, a avó se queixava de que a neta chegava da casa do pai sempre machucada, com ferimentos na vagina e na boca; tinha medo de dormir sozinha, dizendo que havia um homem malvado escondido debaixo da cama, com um pau

para machucá-la; e ainda costumava urinar na roupa sempre que se assustava, falar palavrões de cunho erótico e tentar furar as bonecas até rasgá-las.

O olhar da avó sobre a neta não descansava mesmo quando Sandra não estava por perto da menina. Estes eram os primeiros indícios do quanto a presença da avó, mesmo em sua ausência ou distância, era algo que iria ressoar sobre os atendimentos e sobre as histórias de Nara e Nayara. A avó precisava olhar a neta mesmo de longe, já que os pais da menina tiveram dificuldades de lidar com as responsabilidades que envolviam o cuidado com a pequena no princípio de sua vida. Além disso, Nara parecia ainda não dar conta de olhar e cuidar de sua filha sozinha, sem que houvesse alguém para ampará-la e apoiá-la nesta tarefa.

Ao longo das primeiras sessões, Nayara experimentava brincar com todos os brinquedos que estavam no armário, variando muito rapidamente de brinquedos e brincadeiras. Entretanto, algumas vezes Nayara fazia brincadeiras violentas com as bonecas, jogando-as longe e batendo em suas faces. Ela também brincava com um jacaré que engolia todas as bonequinhas menores, de modo que a criança se esforçava para enfiar dentro do jacaré todos os brinquedos pequenos. A avó costumava interpretar as brincadeiras da neta e tudo o que a menina fazia, levava a avó a gesticular ou a sussurrar explicações sobre o "significado traumático" (*sic*) daquela brincadeira. A avó, que já traduzia as falas da filha e da neta, agora traduzia as brincadeiras e movimentos da menina.

De acordo com a avó, a descoberta sobre a violência sexual foi confirmada pouco antes do início dos atendimentos. Sandra dizia que no quarto aniversário da neta, ela e Nara foram à casa do pai da menina, pois haveria uma festinha e o juiz havia permitido que elas participassem. Após a festa, a madrasta de Nayara contou que encontrou o irmão mais velho da menina, filho apenas do pai de Nayara, deitado em cima dela, penetrando o pênis na menina e tampando sua boca para que ela não gritasse. A madrasta, primeiramente, se

comprometeu a prestar depoimento junto à polícia, no entanto, algum tempo depois desistiu e negou tudo o que havia dito.

Desde então, a menina ficou sob os cuidados da mãe e da avó que a proibiram de manter qualquer contato com o pai e os irmãos. A avó queria a guarda da neta para si. Havia uma construção imaginária de Sandra de que a queixa contra o abandono da menor, registrada pelo pai de Nayara, pudesse prejudicar juridicamente a obtenção da guarda por parte de Nara. Além disso, a avó queria que o pai da menina nunca mais pudesse vê-la e dizia que faria de tudo para impedir qualquer tipo de contato.

A avó lutava pelo bem-estar e pela segurança de sua neta com unhas e dentes, de acordo com aquilo que ela imaginava ser o melhor para Nayara. Conforme Sandra dizia "o melhor para Nayara sempre vai ser ficar perto da mãe dela, todo filho precisa de ficar com a mãe e eu vou lutar por isso até o fim" (*sic*). Com isso, Sandra também lutava para que Nara fosse capaz de cuidar de Nayara e para isso se lançava como ponto de apoio para Nara para que esses movimentos pudessem acontecer. Sandra era uma figura importante para a relação entre Nayara e Nara.

3.3.2 A dinâmica nas sessões

Como vimos anteriormente, Sandra foi a pessoa que resolveu buscar ajuda psicológica para a neta e também foi ela quem resolveu lutar pela guarda e pelo bem-estar de Nayara. Sandra não sabia, contudo, que enquanto ela aparentemente fazia um pedido de cuidado com

relação à sua neta, na verdade ela também pedia ajuda para si e para a filha. Ou seja, Sandra, assim como todos os demais avós que cruzaram seus caminhos com esta pesquisa, chegou aos atendimentos com uma queixa inicial direcionada para os sintomas e dificuldades da neta. Somente com o tempo e com o andamento do trabalho é que foi possível ir dando lugar para que emergissem as questões que envolviam avó, mãe e neta, para muito além dos sintomas localizados na criança.

A avó foi a principal relatora da história que trouxera Nayara ao mundo, a primeira tradutora das falas de Nara e Nayara, a mantenedora dessas duas gerações, isto é, era ela quem trabalhava para sustentar financeiramente sua filha e a neta. Sandra era o ponto de ligação entre Nara e Nayara. A avó convocava Nara para estar nas sessões, bem como a convocava para assumir seu lugar de mãe junto à filha.

Sandra comparecia às sessões iniciais sempre alternando uma presença com uma ausência. Era como se a avó marcasse sua presença ressaltando o quanto aquele espaço era fundamental para todas elas, além de se apresentar como a responsável por Nayara. Por outro lado, Sandra também marcava sua ausência esperando que Nara ocupasse este lugar, deixando espaço para que isso pudesse acontecer.

Assim, contratransferencialmente, o que ocorria era que eu escutava os relatos da avó, porém muito ansiosa por finalmente poder ouvir a segunda geração. Ora, a geração dos pais sempre aparecia somente pela via dos relatos dos avós e dos netos, mas nunca havia aparecido de fato, podendo contar suas próprias histórias. Isso tudo era algo inédito. Com isso, eu tive dificuldades para lidar com a presença de Sandra nas sessões. Era como se a sua presença trouxesse à tona partes vitimadas e acusadoras, pois a avó acusava a mãe por sua ausência e por suas falhas. Desse modo, o silêncio de Nara se instaurava e meu desejo de ouvi-la não se satisfazia. Para mim, enquanto a avó era a acusadora, Nara era a vítima. Eu ainda não

conseguia enxergar que, de certa forma, a avó foi fundamental, com suas presenças e ausências intercaladas, para a constituição de um espaço em que a mãe pudesse surgir. Eu me satisfazia com a ausência da avó, acreditando que somente sem a sua presença nas sessões é que seria possível ouvir Nara.

As sessões tinham funcionamentos diferentes conforme a presença ou a ausência de Sandra. Com relação à Nayara, quando a avó comparecia, ocorria uma dinâmica interessante: enquanto a avó se ocupava de por tudo para fora, despejando sua fala preocupada, interpretativa e interminável, a menina se ocupava de por tudo para dentro, entupindo as bonecas de objetos diversos até que não restasse mais nada que coubesse dentro delas. As sessões eram marcadas pelo excesso das palavras de Sandra, do "entupimento" de Nayara e do silêncio de Nara. Estas eram as posições de cada uma nas sessões iniciais: a avó falante, a mãe calada e a criança entupindo as bonecas. Nayara também interpretava em um sentido lúdico tudo o que precisava ser engolido à força.

A menina que havia sido proibida de ver a mãe e a avó, agora se via proibida de ver o pai e os irmãos. Nayara não tinha voz nenhuma naquela família e ocupava o lugar de um objeto de guerra entre o pai e a mãe; entre o pai e a avó. A menina era a única coisa que mantinha a ligação entre os dois lados dessa disputa: o lado do pai e o lado da mãe. A história de Nayara emergia, primeiramente, segundo as narrativas da avó e com poucas palavras advindas de Nara e Nayara. Mãe e filha ainda não haviam conseguido ter suas próprias vozes e dizer sobre si mesmas.

Com o passar do tempo, cautelosamente, fui conseguindo entender melhor tanto a fala da mãe, quanto a fala da criança. Aos poucos, foi possível perceber os movimentos discretos e tímidos de Nara, bem como estar mais próxima dela e de Nayara. Quando a avó estava presente nas sessões, Nara tinha mais dificuldades para se comunicar diretamente comigo e

quase não me dirigia a palavra e o olhar. Nas sessões em que a avó se ausentava, Nara se sentava no chão e brincava bem próxima à Nayara e a mim, ou ficava sentada na mesinha infantil, também bem perto, desenhando flores e casinhas. Já nas sessões em que a avó estava presente, a mãe se sentava em uma cadeira distante e só falava quando Sandra solicitava.

Ao longo de quase todo trabalho junto a esta família, Nayara dava um grande trabalho para ir embora. Ela chorava, pedia para "ficar mais um pouquinho" (*sic*), pedia para "voltar amanhã" (*sic*), se agarrava à porta dizendo que faltou brincar com algum dos brinquedos, por isso precisava ficar ali por mais tempo. Nara, muitas vezes, se via sem saber o que fazer, principalmente quando Sandra não estava presente. Levou bastante tempo para que a mãe se sentisse mais confiante com relação a impor sua autoridade e a estabelecer alguns limites à sua filha.

O cenário inicial parecia ser composto por uma história confusa, pois de certo modo, os lugares eram todos muito indiscriminados e confusos também. A avó queria a guarda da neta para si e era ela quem contava a história tanto da filha, quanto da neta. A mãe, Nara, era uma jovem que brincava de casinha, desenhava flores e se arriscava a tentar falar um pouco sobre si, quando Sandra estava longe, mas quando Sandra estava por perto, era ela quem parecia estar ausente e distante. Nayara era proibida de falar sobre sua vida antes de estar na casa da mãe e de sentir a falta do pai. A menina parecia se sentir invadida por todo esse excesso de palavras, leis, proibições, processos e brigas que circulavam em sua vida.

Nayara não conseguia suportar uma brincadeira extensa, que tivesse início, meio e fim. A menina estava sempre fugindo de contar uma história mais longa e enquanto brincava de uma coisa, logo já se ocupava do que viria a brincar alguns segundos à frente. As primeiras sessões de Nayara eram marcadas pelo "entupimento" dos brinquedos e era comum também haver um despejamento de tintas coloridas e um amontoamento de papéis. Era uma cor sobre

a outra, um papel sobre o outro, sem nenhuma separação, sem nenhuma discriminação. Nara se esforçava para ficar ausente, alegando que não queria atrapalhar a sessão da filha. A avó tentava decifrar os passos de Nayara e isso parecia incomodar a todos durante o atendimento: era como se aquilo que não podia ser falado nem sequer recordado, se fizesse presente com a própria presença da avó.

A história de Nayara aparecia em meio a inúmeros papéis e disputas judiciais, com advogados, pareceres, recursos, enfim, no cerne de uma grande batalha. Já Sandra, que muito falava sobre a neta, pouco falava sobre si mesma, evitando assuntos relacionados ao seu passado, sua história e sua vida. Sandra contou apenas que se separou do pai de seus filhos muito nova e que o rapaz nunca a ajudou com o sustento e com a criação dos meninos (Nara e o irmão mais novo). Anos mais tarde a avó se casou novamente, contudo, ela se recordava que viveu anos muitos difíceis e solitários, em que ela trabalhava muito para conseguir alimentar os filhos. Nara e o irmão praticamente foram criados pela mãe de Sandra, já que ela quase não tinha tempo de estar com os filhos em meio aos seus dois turnos de trabalho diários. Quanto à Nara, a jovem se mantinha muito calada, de modo que sua história ainda não era contada por ela mesma.

Havia muito ainda para se ouvir sobre estas três mulheres. No entanto, era preciso que cada uma delas pudessem falar de si mesmas, com suas próprias vozes e pudessem trazer à tona seus passados silenciados.

3.3.3 A voz de Nara

Após quase dois meses do início do trabalho com esta família, Sandra afirmou que não poderia mais comparecer aos atendimentos, uma vez que tinha conseguido um emprego que a manteria ocupada o dia todo, impossibilitando-a de ir às sessões. Mais uma vez a avó teria que trabalhar longas horas por dia para garantir o sustento e a alimentação de sua filha e agora, também de sua neta.

Com isso, Nara e Nayara não teriam mais alguém que falasse por elas, o que inaugurava um espaço em que elas próprias iriam contar suas histórias. Sandra, pouco a pouco, transferia algumas responsabilidades do cuidado de Nayara para Nara, sendo que o lugar que a avó ocupava de ser a responsável por Nayara nas sessões podia ser então experimentado por Nara. A avó apostava suas fichas em Nara e acreditava que a filha iria dar conta de assumir o lugar de mãe de Nayara.

Por um bom tempo, Nara continuou bastante calada, apenas desenhando e brincando junto à filha durante todo o período das sessões. Um dia, entretanto, a mãe chegou muito preocupada contando que o juiz havia decidido que a menina teria que ficar com o pai por uma semana de cada mês. Nara não sabia explicar direito o que ocorrera na última audiência com o juiz. Ela se queixava que não conseguia entender o que a advogada, o juiz e os promotores lhe explicavam. Nara estava aflita e temia que o pai não devolvesse a filha, além de demonstrar preocupação com relação à menina sofrer novamente situações de violência. A mãe havia me entregado o telefone da advogada, alegando que ela gostaria de falar comigo.

No contato com a advogada, ela esclareceu que o processo de Nayara não constava nada relativo à violência sexual ou a qualquer tipo de violência contra a menina. Ela explicou ainda que havia somente um processo simples sobre a guarda da menor. A advogada estava aflita e confusa, pois dizia que todas as visitas do Conselho Tutelar à casa do pai apontavam o lar como um ambiente acolhedor e propício para a criação da menina. Por outro lado,

nenhuma das denúncias advindas de Nara e Sandra puderam ser provadas, sendo consideradas infundadas e não inclusas no processo.

Ao contrário disso, as denúncias feitas pelo pai da menor haviam sido todas comprovadas e por isso a advogada estava abandonando o caso, uma vez que suspeitou de estar sendo enganada pela família da mãe da menina. A profissional comentou que o pai de Nayara conseguiu provar que Nara era prostituta quando ela engravidou da menina, e que a mãe havia abandonado a filha para voltar a se prostituir em uma outra cidade. De acordo com a versão da advogada, somente quando Sandra descobriu que Nara havia abandonado a filha é que a mãe retornou à casa de Sandra tentando reativar o contato com a filha. Já havia vários meses que Nara não convivia com a criança, sendo que o restabelecimento do contato só ocorreu por imposição de Sandra.

Apesar do meu grande anseio por poder ouvir Nara desde os momentos iniciais, este foi um momento em que eu percebi minha dificuldade para escutá-la e acolhê-la, posto que me vi procurando culpados ou inocentes na história da menina. Era como se eu realmente pudesse ser mais uma juíza para a história de Nayara, exatamente como Sandra demandou inicialmente. Libertar-me das demandas de Sandra, mesmo quando ela estava ausente, foi algo que levou certo tempo. Este tempo foi precioso também para que Nayara e Nara pudessem se soltar mais das marcas que a avó havia deixado de sua presença, mesmo em sua ausência.

Tudo o que não podia ser contado e recordado por Nara aparecia nas sessões como uma necessidade de se calar, se ausentar e de não dizer sobre tudo o que já vivera. Os conteúdos eram proibidos de serem acessados, como se fossem elementos para mais uma condenação moral. Nem Sandra, nem Nara, tampouco Nayara deixavam as lembranças dos seus passados emergirem nas sessões. O passado dessas mulheres parecia ter sido sofrido

demais. Para ela, recordá-lo era sinônimo de reviver a dor que elas já haviam silenciado em seus peitos, embora suas marcas não tivessem se apagado.

O lugar de saber sobre o que era melhor ou não para a menina já estava ocupado por incontáveis personagens. Eu finalmente podia enxergar isso e abandonar a batalha por uma cadeira de honra nessa disputa pela palavra final. Mal sabíamos o quanto essa subversão na forma de olhar, escutar e acolher seria fundamental para o trabalho. De repente, as certezas iam desaparecendo e as dúvidas se multiplicando. Sinal de que o não saber podia então emergir.

Com isso, Nara pôde revisitar suas lembranças, seu passado e finalmente contar sua história. Nara dizia sobre sua mãe tê-la pedido para não falar sobre qualquer coisa que pudesse comprometer minha "avaliação" (*sic*) sobre o caso, e por isso, ela permanecia muda. Nara, vagorosamente, pôde expressar o quanto se sentia injustiçada por ter ficado com todas as responsabilidades relativas ao cuidado com a filha. Ela se queixava por ter que passar a maior parte do tempo sozinha com a menina e ainda cuidando das atividades domésticas de sua casa. Ela desabafava: "todo mundo pensa que é fácil cuidar da Nayara, mas ela não fica quieta nenhum minuto. Eu tenho que fazer tudo com ela e ainda cuidar da casa. Ninguém me ajuda e ainda me chamam de inútil" (*sic*). Cuidar da filha era algo muito difícil para Nara. A jovem pedia ajuda, já que estar nessa missão sozinha era algo assustador e cansativo.

Nara contava que não conseguia emprego regulamentado por ser obesa e sofrer preconceito por parte dos contratantes. De acordo com Nara, isso contribuía para que ela passasse mais tempo em casa, sendo cobrada por manter a casa em ordem e realizar todas as tarefas domésticas de todos os moradores de sua casa. Ela dizia que não podia reclamar, pois não contribuía para a renda doméstica e era sua mãe e seu padrasto que lhe sustentavam, inclusive pagando sua faculdade e a escolinha de Nayara.

O pai de Nayara não pagava pensão e não ajudava com praticamente nada. Nara recordava que, durante o ano todo que mantivemos os atendimentos, o pai pagou apenas um óculos de grau para a menina e ajudou com uma conta de farmácia da filha. Mais uma vez, ela se via em uma posição de vítima e dizia que tinha que aceitar tudo o que lhe era imposto sem poder reclamar, pois acreditava que o fato de não estar contribuindo financeiramente com o sustento do ambiente em que vivia, lhe conferia uma posição silenciada.

Nara recordou que sempre foi obesa e teve dificuldades para encontrar namorados que a aceitassem. Ela contava que sua primeira relação sexual aconteceu tardiamente, uma vez que todas as suas amigas e colegas de classe já haviam perdido a virgindade, menos ela. Isso a deixava chateada e envergonhada. Um dia, Nara disse que se cansou de ser a única virgem da turma e foi almoçar na casa de uma amiga que tinha um irmão mais velho. Nara já havia beijado esse garoto alguns anos atrás e segundo ela, o rapaz era "bastante mulherengo e não rejeitava ninguém" (*sic*).

A jovem se lembrava de que estava determinada com sua decisão e que nada a faria desistir. Assim, Nara pediu a amiga para falar com o irmão e explicar-lhe a situação. O irmão a chamou para o quarto dele e então a sua primeira relação sexual aconteceu. Ela dizia que sentiu muita dor, contudo aguentou calada, sem reclamar para que ele não desistisse dela. Nara recordava que chegou em casa sangrando e sentindo dor, apesar de feliz por finalmente não ser mais virgem. A jovem alegou não ter sentido prazer em sua primeira vez; a satisfação foi absolutamente narcísica.

A mãe revisitava seu passado e dizia que seus envolvimento afetivos não tiveram grandes sucessos. Ela falava que por longos anos foi muito apaixonada por um vizinho, no entanto ele tinha namorada e ficava com ela só de vez em quando, sem que ninguém soubesse. Nara contava que seus namorados tinham vergonha de assumi-la por ela ser obesa,

por isso ela sempre foi rejeitada e trocada por outra mulher mais bonita e magra. Tudo isso dizia muito sobre a posição subjetiva em que esta jovem se colocava em suas relações com todos os homens que passaram por sua vida. Nara era sempre a vítima desses homens cruéis que a desprezavam. Ela se via como um nada, um ninguém, um abjeto que poderia ser rejeitado e descartado a qualquer momento.

Certa vez, Nara resolveu sair de casa e ir morar com uma amiga, quando ela tinha cerca de dezenove anos. Essa amiga trabalhava como prostituta e apresentou os primeiros ambientes e clientes para Nara. Com isso, ela passou a se prostituir e a ter alguns clientes fixos e outros esporádicos. Um dos clientes esporádicos era o homem que viria a ser o pai de Nayara. Nara não falava muito sobre o motivo de ter resolvido sair de casa nesta ocasião. A jovem apenas se lembrava de que: "minha mãe não me entendia, *tava* cada vez mais difícil morar com ela, eu precisava sair de lá..." (*sic*).

Nara recordava que o pai de Nayara, assim que descobriu sua gravidez a proibiu de continuar na profissão e a levou para a casa dele. Ela fez o teste de DNA, para autenticação da paternidade. Quando foi confirmado que a menina era filha dele, ele a pediu em namoro e foi conversar com os pais de Nara para que eles pudessem morar juntos na cidade dele. De acordo com Nara, sua mãe nem desconfiava de tudo isso. Aliás, Nara dizia que sua mãe nunca soube de toda a história, do modo como contava nas sessões. Somente com as audiências de Nayara é que Sandra soube um pouco mais sobre a vida de Nara. Mas as duas não falavam sobre isso. O passado era mesmo algo difícil de ser recordado para as mulheres dessa família.

Nara se lembrava de que o pai de Nayara a obrigava a manter relações sexuais com ele, mesmo contra sua vontade. Ela dizia que fingia sentir prazer para que "ele acabasse mais rápido" (*sic*). Conforme os relatos de Nara, quando eles foram morar juntos "o tesão acabou" (*sic*) e ela se sentia sendo usada por ele. A jovem mãe recordava que tinha brigas frequentes

com o companheiro e que o rapaz passou a levar suas amantes, que eram prostitutas, para dentro de sua casa. Nara não aguentou a situação e fugiu para a casa noturna em que trabalhava, em uma cidade próxima.

Neste período, o pai de Nayara ficou muito nervoso com Nara e tentou buscá-la de volta algumas vezes para que ela cuidasse da filha. Nara dizia que se recusou a voltar para a casa dele, pois sabia que nada mudaria. Em seguida, o pai registrou queixa de abandono de Nayara e proibiu o contato entre Nara e a filha. Nara lembrava que durante certo período essa situação não chegou aos ouvidos de Sandra. Todavia, o rapaz resolveu avisar a avó sobre o sumiço de Nara. Sandra exigiu que Nara retornasse para casa e deu início ao conflito judicial com a tentativa de reestabelecer o contato com Nayara.

Nara não conseguia lidar com tudo aquilo. A mãe não suportava mais as obrigações relacionadas ao cuidado de Nayara. Nara queria buscar alívio para tudo o que ela não estava mais dando conta. Esta era uma questão que se repetia em todos os três casos atendidos para esta pesquisa: aqueles que ficavam responsáveis pelos cuidados com as crianças se sentiam exaustos e pediam por algo que os aliviasse disso tudo. Nara, contudo, de fato foi atrás desse alívio, retornando para a vida de prostituição e abandonando a filha. O pai de Nayara tentou levá-la de volta para junto da filha, mas não obteve sucesso. Foi Sandra quem conseguiu levar a filha de volta para perto de si e tentar convocá-la para o lugar de mãe de Nayara.

Nara rememorava o quanto foi difícil retornar à casa de sua mãe e dizia: "ela não se preocupava comigo nem queria saber sobre tudo que eu vivi. Ela só me culpava dizendo que eu provoquei muita coisa ruim para a minha filha" (*sic*). Conforme Nara, desde então Sandra a proibiu de sair de casa para frequentar festas e bares, a levou para a Igreja e a matriculou na faculdade. Nara gostava muito da faculdade, apesar de ficar chateada por não poder sair com seus colegas de turma, posto que sua rotina se resumia a cuidar da filha e de casa, além de

fazer trabalhos da faculdade e frequentar as aulas. Nara também se posicionava como vítima das convocações de Sandra.

Desde que Nara interrompeu seu trabalho como prostituta, a jovem nunca mais teve nenhum namorado e nenhuma relação sexual. Contudo, depois de um longo período de trabalho, Nara pôde voltar a falar sobre seu lado mulher e sobre seus desejos. Aos poucos, Nara descobria que a posição de mãe e a posição de mulher não coincidiam e percebia que não havia como abafar uma para que a outra pudesse existir. Nara falava sobre seus impasses relacionados a ser mãe, bem como sobre seus impasses relacionados a ser mulher.

A mãe conseguia dizer sobre os dias em que tinha vontade de devolver a filha para o pai e nunca mais vê-la e também falava sobre o quanto era difícil a posição de Sandra, sempre intermediando a relação entre Nara e Nayara. Certa vez, Nara chegou contando que havia conversado com Sandra e lhe explicado que não queria que a avó se intrometesse em tudo, pois, de acordo com a visão da mãe, a avó estava desautorizando Nara e mimando Nayara. Nara estava recuperando seu lugar de mãe, sua posição de autoridade com relação à filha e à sua mãe, e, inclusive, sua possibilidade de falar sobre o cansaço que a filha lhe causava. A relação entre as três estava sendo redesenhada, pois as posições, pouco a pouco, estavam se modificando e tomando outras formas.

Pouco tempo depois a jovem começou a conversar com um rapaz pela internet e manteve um namoro à distância por dois meses. Sandra não sabia de nada. Já Nayara, contava que sua mãe estava namorando e falava a noite toda no celular. Era um segredo entre mãe e filha. A avó estava de fora disso. Contudo, Nara contou que logo o rapaz começou a namorar uma mulher magra e bonita, mas também falou que ele continuava telefonando nas madrugadas para dizer que não a esqueceria.

Isso foi fundamental para que Nara pudesse novamente se ver interessada em um homem e se sentir uma mulher interessante. Depois desse rapaz surgiram outros que despertaram o interesse de Nara. Apesar de sempre as marcas da rejeição se fazerem presentes: Nara era preterida, não escolhida, deixada de lado. Os impasses de Nara relacionados ao seu próprio corpo eram visíveis e marcavam as sessões.

Nara havia precisado fingir para a mãe, para o pai de Nayara, para seus parceiros sexuais, para os advogados, juizes, enfim, para uma porção enorme de gente. Nara precisou fingir sobre o que sentia, sobre o que era, o que havia feito e vivido, entretanto, naquele momento, Nara não precisava mais fingir estar ausente das sessões. Ela já podia falar de si, soltar a sua voz e se fazer entendida em sua fala.

Ouvir a voz de Nara e dar a ela a possibilidade de contar sobre sua própria história, seu passado, seus sentimentos, seus impasses, enfim, sobre sua própria vida foi essencial para que ela pudesse se sentir mãe de Nayara, além de voltar a se sentir mulher e revisitar seus desejos. Nara pôde estabelecer limites com Nayara e também com Sandra, resignificando não só sua posição de mãe e mulher, mas também sua posição de filha.

A menina-mãe, vítima de si mesma, de seu corpo, de sua mãe, de sua filha e de seus homens, agora contava sua história sem suprimir as partes difíceis. Ora, esta era uma história toda difícil e manter-se em silêncio já não era o caminho mais fácil. Com isso, Nara podia colocar os pontos, vírgulas, aspas, reticências e pausas de sua história onde melhor coubessem. Ela era a autora de sua vida, de seu passado, de sua história. Aos poucos, Nara podia enxergar que um autor é aquele que escreve as páginas de sua vida e não aquele que é somente escrito. Sair do lugar de vítima e assumir o lugar de um sujeito ativo era algo muito importante para Nara.

3.3.4 Os fantasmas do passado: homens cruéis, histórias difíceis

Com o passar do tempo, foi possível conversar sobre os homens que passaram pela vida de Nara e também de Nayara. Além disso, embora já sem a presença de Sandra nas sessões, foi possível saber um pouco mais, através dos relatos de Nara, sobre os homens que passaram pela vida da avó. Nara recordava sobre sua infância, a ausência de seu pai e a história que sua mãe havia lhe transmitido sobre o princípio de sua vida.

De acordo com Nara, seus pais se separaram quando ela ainda era criança, sendo que desde então, seu pai nunca mais ajudou com o sustento dela e de seu irmão. Ela dizia que o pai "sumiu no mundo" (*sic*) deixando sua mãe sozinha e sem condições de criá-los. Sandra nunca havia trabalhado fora de casa e dependia completamente da renda do marido. A avó precisou sair de casa, mudar de cidade e regressar para a casa de sua mãe com seus dois filhos. Nara contou que ela e o irmão passavam o dia todo com a avó enquanto Sandra trabalhava. Nara e o irmão não gostavam de morar com a avó que era "muito rígida e cheia de regras" (*sic*). Quando Nara completou dez anos, Sandra começou a namorar o homem que viria a ser o padrasto de Nara. A avó logo se casou com o companheiro. Ela e os filhos foram morar com ele. Nara recordava que não gostou muito da ideia no início, mas que achava bem melhor do que morar com a avó.

Nara e Sandra haviam saído das casas de suas mães ainda novas. Contudo, estas duas mulheres precisaram retornar e pedir abrigo às suas mães, pois, como dizia Nara "os homens dessa história achavam que separar da mãe significava separar do filho também" (*sic*). Nara e

Sandra precisaram do apoio, da sustentação e do abrigo de suas mães para embarcar na tarefa de também se tornarem mães. Foi justamente nesta posição que Sandra chegou aos atendimentos. Sandra estava na posição daquela que não só sustentava financeiramente a filha e a neta, mas daquela que as mantinha ligada uma à outra, servindo de apoio, abrigo e base para que ali surgisse uma relação de cuidado, afeto e vinculação entre mãe e filha.

A jovem mãe se lembrava sobre Sandra ter sido uma mulher muito solitária até encontrar o novo companheiro. Segundo Nara, sua mãe só vivia para trabalhar e não se divertia quase nunca. Nara contava sobre o quanto sentiu falta de seu pai e quantas vezes tentou se contatar com ele, entretanto, ele se mudou de cidade, se casou novamente e teve mais dois filhos, mantendo a nova família longe do contato de Sandra, Nara e o irmão. Ela dizia que conviveu muito pouco com seu pai e só soube de seu falecimento dois anos após o ocorrido. Após a morte do pai, os irmãos de Nara iniciaram uma tentativa de reaproximação, contudo a jovem considerou que já era tarde demais e não deu espaço para que tal aproximação acontecesse.

Poder falar sobre o pai de Nara e sobre os homens que marcaram a vida de Sandra abriu espaço para que a pequena Nayara também pudesse falar de seu pai. Muito aos poucos, a menina podia se recordar de seu passado, da antiga escolinha, dos amiguinhos, dos vizinhos, enfim de sua família antes de ela ir morar com sua mãe. Nayara falava sobre suas bonecas, sobre sua avó e bisavó paternas, sobre a tia da escolinha e principalmente, sobre os dois irmãos mais velhos e sobre o pai.

Nara, à princípio, se mostrou incomodada com a menina dizer que estava com saudades de seu pai e de tudo que fazia parte de sua vida. Mais uma vez o passado aparecia como algo difícil de lidar para estas mães, sobretudo quando trazia à tona os impasses destas mulheres com os homens com quem se envolveram. Era como se houvesse um pacto

silencioso que mantinha tudo que houvera sido insuportável de vivenciar adormecido e calado dentro delas.

Contudo, aos poucos, Nara também pôde ir recuperando e resignificando tudo o que houvera mantido guardado dentro de si. O trabalho realizado com mãe e filha permitiu que elas descobrissem juntas as dificuldades de silenciar o passado e tentar suprimi-lo de suas lembranças. As duas também descobriram juntas, apesar de cada uma ao seu modo e no seu devido tempo, a resgatar as partes difíceis de suas histórias, a falar sobre saudade, a dizer sobre tudo o que viveram antes daquele momento.

As sessões contribuíram para que houvesse um espaço tanto para Sandra, quanto para Nara e Nayara, em que seria possível falar sobre a dor das perdas e o medo de perder. Com isso, o encerramento das sessões foi se tornando algo menos ameaçador e complicado para Nayara. A pequena podia finalmente criar uma história que incluísse o pai, os irmãos, os avós paternos e até a madrasta. E mais, nessa mesma história ainda cabia sua mãe, sua avó materna, seu tio e seu avô. Eram histórias e brincadeiras com início, meio e fim.

Nara, muito cautelosamente, foi se reaproximando do pai de Nayara e permitindo que ele estivesse mais presente na relação com a filha. Ela dizia que fora criada sem pai e não queria que o mesmo acontecesse com a filha. Nara permitia que o pai visitasse a filha e até chegou a deixar a menina sair com ele, mas sempre exigindo que ela ou Sandra estivessem presentes. O vínculo entre Nara e o pai da menina se tornava menos problemático e os conflitos judiciais ficavam menos intensos, uma vez que era possível estabelecer acordos. Os homens que ocupavam o lugar de vilões cruéis nas histórias destas mulheres eram recordados de outras formas e a possibilidade de estabelecer novos vínculos menos sofridos (re)surgia.

Os fantasmas da traição, do abandono, da rejeição e de todas as mágoas que isso provocava puderam ser liberados do baú com sete chaves no qual estavam trancafiados. Sem dúvidas, as marcas de tudo o que estas mulheres haviam vivido permaneciam doloridas e difíceis de serem cuidadas, posto que o contato com estas feridas ainda era algo que margeava o insuportável. No entanto, o espaço das sessões possibilitou um importante esvaziamento dessa condição de abafamento de si mesmas, contribuindo para que houvesse uma resignificação destas dores, marcas e mágoas, permitindo que coisas novas surgissem.

3.3.5 Avó, mãe e filha: novos arranjos

Como vimos, Sandra aparecia nas sessões como uma avó com sede de lutar pelo que houvesse de melhor para Nayara, sem dúvidas de que o melhor para sua neta era estar com a mãe. Contudo, era exatamente este ponto que exigia um enorme esforço de Sandra: a avó precisava lutar para que a mãe quisesse estar com a filha e cuidar da menina. Ora, a presença de Nara não só nas sessões, mas de volta na vida de Sandra e Nayara era algo que inaugurava a possibilidade de restabelecer o laço e o vínculo entre essas três gerações. Sandra se agarrava à oportunidade de poder convocar Nara para ocupar o lugar de mãe de Nayara.

Nara, pouco a pouco, saía da posição de vítima de sua própria história, e com isso, podia recuperar seu papel de autora de sua vida. A *menina-mãe* que desenhava casinhas e flores nas sessões junto à filha já não era mais alguém que vivia reclamando das responsabilidades que sua mãe lhe convocava, nem tampouco das tarefas que a maternidade lhe exigia. Nara pôde estabelecer uma nova relação com Nayara, de modo que, em

determinado momento, a mãe viu surgir a necessidade de manter Sandra um pouco mais afastada da relação entre ela e a filha, pois não precisava mais de Sandra como intermediária e ponto de ligação com Nayara. Ela queria recuperar seu lugar de autoridade com a filha. A mãe parecia estar pronta para cortar o fio conector, uma vez que uma conexão de outra ordem já havia se instalado.

Nayara aprendeu a respeitar a mãe e inaugurou seu espaço de relembrar e reinventar sua história. A atividade preferida de Nayara se tornou brincar de casinha. A casinha da menina era sempre enorme e contava com toda a família, tanto do pai, quanto da mãe, morando sob o mesmo teto. Eu era a única pessoa que tinha uma casa separada. Nas brincadeiras de Nayara, eu morava sozinha e era sua vizinha. A menina me visitava várias vezes por sessão. Nayara também me telefonava pedindo que eu a visitasse, informando que estava com saudades. Nayara experimentava através das brincadeiras uma construção lúdica diferente, na qual era possível visitar, rever e falar sobre aqueles que faziam falta.

No entanto, em determinadas sessões, Nayara chegava nervosa e irritada dizendo queria matar seu pai, porque ele havia se esquecido dela. Assim, foi possível conversar sobre o quanto era sofrido ser esquecida pelo pai, que prometia visitas, passeios e viagens, no entanto, quase nunca cumpria o combinado, posto que surgia algum outro compromisso que o impedia de estar com a filha. Como vimos, mãe e filha eram atravessadas pelas marcas doloridas de serem trocadas por algo mais interessante. Entretanto, nesta ocasião era permitido falar sobre as dificuldades de lidar com isso.

Nayara, logo em seguida, arrumou uma filha boneca inseparável para suas brincadeiras. A menina se tornara mãe e não abandonava a filha boneca por nenhum segundo nas sessões. Depois disso, enquanto Nara se permitia despertar seu lado mulher, trazendo as lembranças de seu passado à tona, Nayara concluía: "agora falta só um marido pra mim, a

filha eu já tenho. Vou achar um marido e sair com ele *pra* passear, enquanto isso você fica cuidando da minha filha!!" (*sic*). A menina estava muito identificada com sua mãe. Era como se a pequena revivesse, através da história de sua mãe, a possibilidade de que uma mulher existisse concomitantemente, embora não coincidentemente, com a existência de uma mãe.

Nayara pôde ouvir não só a história de sua mãe, mas também a sua própria história, que emergia, conforme as lembranças de Nara eram acessadas. Além disso, a menina pôde ouvir os impasses de sua mãe com relação à posição de filha e pôde descobrir que as mães não nascem mães, elas se tornam mães. Ela também descobriu que as avós não nascem avós, esse percurso é todo constituído. Todos nós aprendíamos muito com aquelas descobertas fundamentais.

Nara contou sobre como a filha chegou em sua vida, como sua vida mudou com a presença da filha e como a relação entre ela e Nayara foi sendo construída desde os primeiros momentos. Nayara pôde sentir raiva por tudo o que ouvia, pôde ficar brava. A menina sentiu ciúmes da mãe com os rapazes com quem ela conversava e tudo isso pôde ser dito, acessado e significado no decorrer do trabalho terapêutico.

A pequena Nayara também começou a fazer perguntas sobre como eram as coisas quando ela nasceu, onde a mãe dela morava, se a mãe e o pai foram namorados, se eles iriam se casar algum dia etc. As sessões estreavam um espaço de diálogo entre mãe e filha. Era um espaço de compartilhamento de histórias. Um espaço em que o passado podia emergir e ser (re)significado. Com isso, a menina pôde falar sobre a violência do abandono, da saudade, da rejeição, do excesso de disputas... Nayara seguia sua vida com as inquietações, dúvidas e perguntas que rondam a fantasia e o crescimento de todas as crianças, em meio ao processo de descobrir o mundo, desvendar sua origem e inventar-se.

A menina não era mais o objeto de guerra entre a mãe e o pai, nem tampouco entre a avó e o pai ou entre a avó e a mãe. Nayara pôde ir se discriminando desse objeto. A pequena tinha conquistado seu lugar nas sessões, na vida da mãe e na história entre sua mãe e seu pai. Nara, cautelosamente, foi capaz de construir seu lugar de mãe, se autorizando a embarcar nessa missão e se implicando na criação da filha. Sandra pôde assumir uma posição um pouco mais distante, de modo que não era mais ela a peça de encaixe elementar que conectaria Nara e Nayara. Sandra podia, enfim, assumir seu lugar de avó, uma vez que Nara era a responsável por Nayara.

Sandra, Nara e Nayara puderam finalmente significar suas lembranças confusas, como no trecho da obra *Infância*, de Graciliano Ramos, que deu início a esta seção. Essas três mulheres puderam *dissipar a escuridão* e o silêncio que envolviam sua origem, puderam *reunir pedaços de si mesmas que boiavam no passado confuso*, puderam *articular tudo* como lhes fosse possível *e criar seus pequenos mundos incongruentes*, como todos os mundos!

4. DISCUSSÃO

Sabemos que nenhum texto dá plenamente conta da experiência, porque o texto é da ordem da limitação da linguagem e a experiência é muito mais ampla que a gente pode de algum modo colocar em palavras. Sofremos quando escrevemos na tentativa de termos um texto completo, e penso que é um sofrimento em parte desnecessário porque sempre vai ficar incompleto (...) Clínica e texto comportam um plus de sentido que mobiliza o autor e o psicanalista, e que gera no leitor um efeito interpretante, movendo-o a novas descobertas em uma cadeia inesgotável de significado. O desafio é saber como fazer uma passagem de uma para outra. (Bernardo Tanis, 2011)

Este capítulo promove um encontro entre o que foi vivenciado no decorrer da experiência da pesquisa e do caminho teórico escolhido com aquilo que pôde ser extraído da prática clínica. Aqui, portanto, são evidenciadas as marcas fundamentais dos casos clínicos, na forma de seus impasses e pontos que colocam a teoria em questão. Ou seja, este é o momento de tentar margear ou dar algum formato para o não saber que nos esbarrou, nos compôs e nos atravessou no decurso desta caminhada.

Esta fase do trabalho é, sem dúvidas, essencial para que tudo aquilo que se apresentou no formato de pontos cegos nos diversos passos percorridos, pudesse ser tratado, de algum modo, retomando o objetivo que se contornava. A pergunta norteadora deste trabalho se

situava justamente na função exercida pelos avós responsáveis pela criação de seus netos junto aos seus filhos e netos. Assim, no encontro com estas famílias, foi possível perceber que avós, filhos e netos também se indagavam sobre seus lugares e suas funções dentro de suas famílias. De alguma forma, a questão fundante desta pesquisa parecia se esbarrar em indagações que também estavam inseridas no cerne destas famílias e abarcavam diferentes gerações.

O encontro com estes sujeitos instalou a possibilidade de compreender que, de fato, o sujeito é inacabado, logo, inventar-se é uma missão eterna e interminável. Conforme a contínua dança entre o sujeito e o Outro vai sendo instaurada, emerge-se então, a possibilidade de inventar um corpo, um lugar na família, uma história e tantas outras invenções vão sendo necessárias na infinidade deste compasso. Tornar-se pai ou mãe também é uma invenção fundamental, assim como tornar-se avô ou avó.

Em meio a estas questões, foi imprescindível tentar abordar as transformações na organização dos laços familiares na contemporaneidade, uma vez que os sujeitos de hoje estão inseridos fora do modelo nuclear e patriarcal da família moderna que antecederam o presente tempo. Todo o conteúdo que discutimos no primeiro capítulo trazia à tona o panorama que fora se alterando ao longo dos anos nas configurações familiares, como os lugares do feminino e do masculino, os novos arranjos familiares, as novas formas de conjugalidade e de parentalidade, entre outros. Neste sentido, a teoria nos apontava que, frente às diversas transformações que observamos concernentes à organização familiar, muita coisa havia mudado e se flexibilizado com o passar do tempo, contudo outras tantas ainda se estruturaram do mesmo modo.

As funções primordiais da família, como vimos, são inalteráveis. As famílias plurais, isto é, a multiplicidade de organizações familiares, não são suficientes para impedir, de

antemão, que as funções parentais possam vir a se constituir. Pois bem, a família da contemporaneidade não tem a mesma cara que a família moderna, mas ainda é a responsável pela transmissão da cultura, nomeação e inscrição do bebê na ordem do Outro (língua).

Como fora discutido, para que a criança se constitua como sujeito desejante é preciso que um Outro a reconheça e a tome como objeto de desejo, antecipando que ali poderá emergir um sujeito. No cenário atual, por diversos motivos, vem se tornando comum observar impasses e dificuldades com relação à assunção desta função. Este é um ponto que foi margeando o desenvolvimento deste trabalho, erigindo em meio à prática clínica e se tornando substancial.

No entanto, sabemos que as funções primordiais para o processo de constituição psíquica continuam sendo operadas em nosso tempo. Na contemporaneidade, tempo de fluidez, estas funções vem se pulverizando, se considerarmos os múltiplos personagens responsáveis pelos cuidados do bebê. Observamos que os representantes das funções paterna e materna, hoje em dia, são personagens transitórios: ora os pais, ora os avós, ora outros familiares, ora os diversos terceiros sociais. O Outro se dispersou na cena contemporânea por entre incontáveis personagens, instituições e dispositivos!

Vale a pena destacar que, de antemão, a pulverização supramencionada não institui qualquer relação de causa e efeito relativa à inoperância das funções primordiais, visto que não estamos atribuindo a isso nenhuma acepção patológica. Para seguir adiante, neste momento, foi preciso retomar a ideia de que a posição ativa do sujeito é desenhada desde os seus primeiros contatos com aqueles que circulam ao redor de sua vida.

O processo de constituição psíquica, como destacamos diversas vezes, envolve tanto o bebê, quanto aqueles que dele cuidam. Portanto, depende da condição desse bebê de vivenciar

seu desamparo, respondendo e convocando, como lhe for possível, alguém para estar junto de si neste processo. Além disso, depende do modo como esses outros que rodeiam o bebê podem sustentar, também de acordo com suas possibilidades, o exercício de tais funções no processo de subjetivação. Isso significa afirmar que, do mesmo modo que as funções parentais são construídas de forma singular para cada sujeito, por conseguinte, o bebê também responde de maneira singular àqueles que encarnam estas funções.

Nos casos que cruzaram o caminho desta pesquisa, as funções parentais estavam diluídas entre a geração dos avós, a geração dos pais, além dos terceiros sociais que fazem parte do cenário de hoje. Com a prática clínica foi possível perceber que havia alguns embaraços relacionados às funções e posições de cada geração na composição familiar. Eram três gerações interligadas: a primeira geração representada pelos avós, a segunda geração composta pelos filhos, e a terceira geração figurada pelos netos. A segunda geração parecia não conseguir se sustentar frente à criação da terceira geração, com isso, era endereçado um pedido de apoio à primeira geração. A primeira geração se via enlaçada pelas demandas de seus filhos e netos, bem como pelas demandas sociais, religiosas e jurídicas, além de suas próprias demandas e desejos inconscientes.

Os avós são convocados a se responsabilizarem por seus netos geralmente por designações jurídicas, entre outras tantas questões psíquicas, familiares, emocionais e sociais, como fora discutido no segundo capítulo. A lei jurídica, entretanto, muitas vezes não se articula à Lei simbólica. Nem sempre os avós estavam dispostos a assumirem estas funções junto a seus netos. Muitas vezes ocorria uma substituição jurídica, legal ou mesmo apenas formal dos pais ausentes, por aqueles avós mais próximos ou com maiores condições para cuidarem de seus netos, embora a substituição simbólica nem sempre acontecesse. Este ponto

nos chamou a atenção e nos instigou a permanecer questionando o cenário que nos era apresentado.

Em vista disso os avós, quando convocados a se responsabilizarem pela criação de seus netos, nem se entregavam de *corpo e alma* para esta missão, nem tampouco a recusavam. De certo modo, era como se estes avós estivessem sempre esperando que seus filhos um dia fossem capazes de constituírem-se pais de seus próprios filhos. Assim, a primeira geração parecia se envolver com a criação dos netos, mas sempre tomando cuidado para que a segunda geração pudesse permanecer presente no discurso, na memória, na esperança, nas expectativas... Enfim, os avós traziam seus filhos para a vida de seus netos, do modo como lhes era possível, e não deixavam de acreditar que um dia esses filhos pudessem estar presentes por si sós.

Havia uma aposta desses avós de que seus filhos poderiam constituir-se pais ou mães. Havia uma aposta dos avós de que a parentalidade dos pais pudesse ser construída. Isso não poderia ser sem consequências. Desta forma, os avós deixavam brechas e abriam espaços para que os pais pudessem retornar para junto de seus filhos. Avós e netos aguardavam o reaparecimento da segunda geração e mantinham as esperanças de que eles um dia voltariam. Foi o que observamos nos três casos atendidos que foram aqui relatados.

A proposição inicial deste trabalho apontava para uma reinstalação da parentalidade dos avós junto aos netos, uma vez que eram eles quem estava envolvido com as tarefas de cuidado, sustento e criação dos netos, em meio à ausência dos pais. Entretanto, com a prática clínica pudemos ver que não era precisamente deste modo que as coisas aconteciam. A parentalidade dos avós não poderia ser reestreada junto aos netos, posto que seus desejos não passavam exatamente por aí. De fato, os avós assumiam as responsabilidades parentais e transitavam por entre as funções primordiais que deveriam ser realizadas no processo de

constituição psíquica, porém essa assunção parecia ocorrer de modo contingente e provisório, até que os filhos pudessem, enfim, assumi-la.

Como sabemos, para Lacan, "o desejo é uma relação de ser com falta." (Lacan, 1954-1955/1987, p.280). É graças à falta e à experiência do desejo que o sujeito se lança como algo inacabado, não todo e nunca plenamente satisfeito. Neste ponto, havia um impasse que ressurgia em alguns momentos. Os avós estavam divididos entre o desejo de que os filhos se constituíssem pais e a falta que isso instalaria, posto que eles não mais seriam a peça principal de ligação entre as duas gerações seguintes. Assim, a aparição dos filhos, de certo modo, poderia causar mal-estar a alguns destes avós, uma vez que a posição magnânima e imprescindível em que se encontravam, tanto para os filhos, quanto para os netos, ameaçava se dissolver.

No primeiro caso apresentando, José Augusto e Abadia, os impasses relacionados a este ponto se explicitavam com mais clareza. A ausência da segunda geração era vivida como um sofrido abandono tanto pela avó, quanto pelo neto. A presença da segunda geração instaurava um cenário em que a avó poderia ser descartada, o que trazia à tona suas angústias. Esta avó não suportava a ideia de perder o neto, tampouco a de ter um neto perdido na vida. José Augusto representava a última esperança da avó de que alguém estivesse com ela até que seu fim chegasse. A morte aparecia como um importante significante e era vivida como um modo de gozar, não como um fim. Isso se repetia nas sessões, posto que era difícil de ser elaborado. A avó se fundia ao menino e se agarrava à ele com esperanças de salvá-lo e de salvar-se. Os dois guerreavam muito para que pudessem sobreviver: esta era a forma que eles encontravam de existir um para o outro.

No caso de João e seus netos, as aparições da filha foram muito pouco consistentes, mas mesmo assim possibilitavam reacender no avô esperanças de que ela assumisse uma

posição de proximidade e cuidado com relação à Hércules e Pablo. Neste caso, não pudemos observar a condição de ameaça sentida pelo avô com relação à presença da filha, justamente pelo fato de que as aparições dela eram muito fugazes. Contudo, eram perceptíveis os movimentos do avô de criar muitas expectativas com relação à constituição da parentalidade de sua filha.

Já no caso em que a segunda geração pôde ser ouvida, ficou evidente a posição em que Nara se encontrava, ao demonstrar não poder se sustentar sozinha sem a presença de sua mãe por perto. Sandra se agarrava à presença de Nara, pois a avó sabia que se a filha decidisse embarcar em uma vida longe dela e da filha, a missão de resgatá-la seria muitíssimo complicada. A avó era a ponte de ligação entre Nayara e Nara. Foi necessário um longo trabalho para que a constituição da parentalidade pudesse ir sendo desenhada para Nara, para que, pouco a pouco, ela pudesse se tornar mãe de Nayara, para além da determinação biológica. Com isso, muito cautelosamente, Nara precisou traçar alguns limites relacionados à Sandra e Nayara, já que as posições estavam muito embaralhadas, e discriminá-las foi uma tarefa difícil para todas as três.

Nos três casos evidenciava-se exatamente a constatação de que a segunda geração não conseguia se manter sozinha. Era preciso um pilar de apoio e sustentação, representado pela primeira geração: os avós. Contudo, o pilar que parecia ser firme e fornecer todo o suporte necessário às demais gerações, era justamente composto pelas figuras que procuravam por ajuda psicológica, pois o fardo parecia ser pesado demais para que eles permanecessem carregando sozinhos. Os avós chegavam aos atendimentos psicológicos fragilizados, aflitos e cansados. A primeira geração não estava conseguindo lidar com estes impasses sem algum apoio, com as pilastras ameaçando desabar a qualquer momento.

Era como se estes avós não conseguissem suportar o medo de terem que reviver com os netos as dificuldades e embaraços que foram outrora vivenciados com a chegada de seus filhos em suas vidas. A ideia do fracasso retornava como um fantasma assombrador. O que eles não haviam conseguido operar com relação aos seus próprios filhos ressurgia em suas relações com os netos, pela via das fantasias imaginárias destes avós.

No caso de Abadia e José Augusto, o medo do fracasso estava sempre presente. A avó temia que o neto fosse mais um fracassado na vida, como todos os filhos e netos que ela criou, tal qual ela própria. João também temia que os netos seguissem o mesmo caminho escolhido por sua filha, já que a ideia do fracasso escolar estava presente como uma marca que atravessava as três gerações. Sandra se mostrava aflita com a possibilidade de sua filha fracassar como mãe, assim a avó se mantinha como uma vigia sempre a postos para dar a sustentação na relação entre a filha e a neta, já que a relação era frágil demais e ameaçava desabar. Esta era a garantia imaginária que a avó havia construído para conseguir suportar ser a ponte provisória que enlaçava as outras duas gerações.

A queixa inicial dos casos atendidos estava localizada nas crianças, embora essas crianças chegassem acompanhadas por seus avós exaustos, que pediam suporte já que eles mesmos não estavam mais aguentando operar como o suporte dos filhos. A segunda geração sempre estava presente nos discursos dos avós e netos. Esta era sua marca, seu legado: se fazer presente na ausência.

Desse modo, com as interlocuções entre teoria, práxis, supervisões e reflexões, o objeto de investigação deste trabalho foi, aos poucos, sendo extraído. Posto isto, a teoria pronta não era suficiente para discutir a clínica. Era preciso que a clínica fosse capaz de lançar novas ponderações com relação à teoria. Foi assim que a *Parentalização dos Avós* se esbarrou em nosso percurso. Os impasses vividos pelos avós não estavam relacionados somente ao

convite de seus filhos e netos, mas também ao que lhes era demandado pelas esferas jurídicas, religiosas e sociais, e ainda, pelos próprios desejos inconscientes destes avós. Tudo isso compunha a convocação endereçada aos avós para se responsabilizarem pelo cuidado e pela criação de seus netos.

Na constituição da parentalização de Abadia, por exemplo, podemos recordar que o pedido de cuidado vinha do recém nascido, o *grilo feio (sic)*, que dependia dos seus cuidados para sobreviver; vinha da mãe do garoto, que voltou a fazer uso de drogas e logo sumiu no mapa, mas antes de partir entregou José Augusto para Abadia; das esferas religiosas e sociais, que faziam emergir na avó o medo do pecado e do juízo final, bem como a vontade de ser reconhecida por seu esforço e sua luta; além de sua própria demanda de fazer com aquele neto algo diferente do que havia feito com os demais que passaram por sua vida. A avó depositava em José Augusto toda as suas esperanças de que aquele menino não seria um fracasso, pois já que para ela o vínculo entre os dois era algo atávico e, se o menino fracassasse, ela também fracassaria, mais uma vez.

Para João, o avô de Hércules e Pablo, o processo de parentalização tinha como protagonista a esfera jurídica, que determinava ser o avô o responsável pelos netos. Com isso, o avô se desdobrava para conseguir assumir esta função, embora as longas horas de trabalho e o cansaço excessivo demonstrassem que João pedia por ajuda. O pedido de ajuda do avô era tanto direcionado a outros dispositivos, como a escola e a terapia, quanto direcionado a ter junto de si a presença de uma mulher que tamponasse tudo o que lhe faltava. Ele representava a pessoa mais próxima e mais conectada afetivamente a estes meninos, já que a mãe e o pai biológicos não puderam estar presentes de outro modo, que não fosse fugaz, violento e sempre caótico. Hércules e Pablo enviaram, desde muito cedo, o convite para que a presença do avô pudesse cercá-los e oferecer alguma significação para o caos que lhes fora apresentado

ao longo de suas existências. A mãe dos meninos, a menina negra rejeitada pela família da mãe, era alguém por quem o avô lutou muito. O avô enxergava sua filha como uma menina sofrida, filha de uma prostituta e que vivera situações muito difíceis em sua infância e, por isso, ele acreditava que a jovem fazia uso de drogas e não tinha condições de cuidar dos filhos. Eram várias justificativas imaginárias que demonstravam o quanto João estava sempre a postos para socorrê-la, como houvera feito em diversas ocasiões no decorrer de sua vida. João, algumas vezes, comentou sobre o quanto ele era um guerreiro por "dar a vida por estes meninos" (*sic*). Esta era a imagem social que o avô pôde construir de si, com base nas suas experiências com aqueles que estavam à sua volta.

Sandra deixava escapar suas dificuldades, suas dúvidas e seu medo ao lidar com a parentalização. A avó, ao mesmo tempo em que dizia querer a guarda da neta para si, também demonstrava o quanto gostaria de ver a filha assumindo sua função no cuidado com Nayara. Sandra não desistiu de lutar para que Nara pudesse se tornar mãe, não na ordem apenas do registro biológico, mas para além dele, naquilo que toca o simbólico e possibilita que a parentalidade possa ser constituída. Contudo, essa não era uma batalha simples. Nara só largou a vida de prostituição e voltou para perto da filha porque Sandra buscou-a. Foi Sandra quem convocou Nara para estar ao lado da filha. Assim, o convite à parentalização, que inicialmente foi uma demanda da segunda geração endereçada à primeira, no decorrer do trabalho terapêutico se transformou em um convite da primeira geração encaminhado à segunda. Primeiramente, era como se houvesse um suspiro de Nara dizendo: "*mãe cuida dela... eu não consigo...*"; em seguida, era como se do outro lado ecoasse um suspiro vindo de Sandra respondendo: "*filha cuida dela... você consegue...*". Nara precisava de sua mãe por perto para conseguir suportar estar com Nayara, a menina de fraldas sujas que chorava muito, porém, simultaneamente, Sandra convocava Nara para estar ao seu lado e ao lado de Nayara.

A constituição da parentalização dos avós é sempre um emaranhado de demandas que se unem e lançam um convite para que estes avós possam estar ao lado de seus netos e auxiliá-los em seu processo de constituição psíquica. Há a convocação feita pelo próprio bebê a alguém com quem esteja envolvido afetivamente na sua relação, por isso os avós são personagens comuns quando os pais estão ausentes; há o convite dos pais que não são capazes de lidar com aquele bebê por motivos diversos, e então, chamam por seus próprios pais, lhes pedindo apoio e suporte neste momento; há ainda, as demandas inconscientes dos próprios avós, que tanto em seu vínculo com os filhos, quanto com os netos, possuem diversas questões e impasses que atravessam as relações e as gerações; há o chamado da justiça que acontece quando há situação de negligência, maus tratos, violência ou incapacidade dos pais de se responsabilizarem pelos cuidados com a criança, assim, a justiça delega esta função a alguém próximo, geralmente os avós, com condições de criar e sustentar a criança; há também as demandas sociais, religiosas e morais que dizem respeito ao endereçamento que a própria sociedade, com seus valores e normas, representada por aquelas pessoas que cercam a convivência social destas famílias, envia aos avós.

Neste sentido, a partir do conceito de parentalização apresentado por Solis-Ponton (2004) que esclarece sobre o processo em que o bebê auxilia seus pais a tornarem-se pais, convidando-os a estarem ao seu lado ao longo de seu desenvolvimento psíquico, entendemos que para que a parentalização dos avós pudesse ser abordada, era preciso ir além disto. Diversas discussões se mostravam emergindo a partir da prática clínica que foi realizada e, com isso, novas elaborações teóricas se tornavam necessárias. A prática clínica fazia brotar novas teorias. A (re)significação da parentalização dos avós era algo que precisava ser abordada, posto que a demanda de parentalização não vinha apenas dos bebês-netos, mas sim

de uma composição de fatores conscientes e inconscientes, internos e externos, públicos e privados que envolviam o entrecruzamento de, no mínimo, três gerações.

Diante do exposto, abordar a constituição da parentalidade e o processo de parentalização é sempre tocar em um campo de impasses, uma vez que tornar-se pai ou mãe exige que haja uma implicação subjetiva e afetiva, ao mesmo tempo em que exige uma travessia entre a posição de ser filho e a de constituir-se pai/mãe. Assim, com o decorrer desta experiência de pesquisa, pudemos entender que a parentalidade e a parentalização jamais poderiam ser naturalizadas pela ordem biológica, genética ou orgânica, posto que só podem ser apreendidas para muito além destes registros. Tornar-se pai ou mãe é uma construção psíquica que toca o campo do Simbólico, do Imaginário e do Real. Os impasses são, portanto, intrínsecos à parentalidade e à parentalização, uma vez que a dimensão humana é sempre conflituosa, dividida.

Por fim, uma última contribuição deste trabalho consistiu na compreensão de que os impasses vivenciados pelas crianças criadas por seus avós, frente à ausência de seus pais, não se divergem dos impasses relacionados à constituição subjetiva de qualquer criança que tenha os pais como representantes das funções parentais. Isto é, toda criança para se constituir sujeito desejante precisa se haver com os significantes que o Outro lhe imprime e que são insuficientes para uma representação de si. Toda criança precisa realizar, como lhe for possível, uma articulação que seja capaz de enlaçar os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário.

A singularidade da experiência humana e da capacidade do sujeito de inventar-se ou de reinventar-se com aquilo que tem e do modo como pode, foram constatações que saltaram aos olhos a partir da experiência clínica que esta pesquisa proporcionou. A infindável dança entre o sujeito e o Outro é uma dança sempre inédita, na qual não há nenhum ensaio prévio.

Assim, os tropeços, esbarrões e tombos fazem parte da composição da coreografia que a experiência de entrar no campo da Linguagem nos exige, e sem eles, não haveria nenhuma beleza em constituir-se sujeito desejante, inacabado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho poucas palavras para construir essa poesia. Não que não haja palavras suficientes para descrevê-la. Mas as que existem não conseguem apalpar os íntimos desejos que quero tratar. Haverá um dia no qual estes espelhos deixarão de ser inefáveis e passarão a ser inenarráveis aos ouvidos alheios. ("Inefável Poesia", Rene Serafim, 2012)

Este é o momento de abordar aquilo que se coloca como perspectiva, e ainda, de revisitar o que se desenhou ao longo desta trajetória. Sem dúvidas, embarcar nesta caminhada foi uma tarefa que exigiu inúmeras indagações, reinvenções, expansões e reflexões. Desse modo, o que fica aqui exposto através das palavras, jamais poderia abarcar a totalidade da experiência vivenciada e a diversidade dos encontros experimentados. Contudo, lidar com a incompletude é algo inerente à própria experiência de constituir-se como sujeito e de significar o mundo que nos rodeia. Por isso, já sabíamos que o texto não poderia ser completo, e, mesmo assim, nos arriscamos mais uma vez a esbarrar com o inacabado e a suportá-lo, de algum modo.

O desenho do trajeto foi composto por angústias, inquietações, movimentos, e claro, pela possibilidade de sustentação de um desejo. Assim, as certezas que nos acompanhavam no início do percurso, logo nos abandonaram se dissolvendo rapidamente pelos ares. Restaram-

nos as dúvidas, que se multiplicaram em uma frequência incrível, provocando que movimentações pudessem surgir. Certamente, foram as dúvidas que nos possibilitaram ampliar não só as angústias e as inquietações, mas também as palavras e a forma de olhar.

O ponto que fomentou e sustentou este trabalho esteve ligado à tentativa de olhar para a família contemporânea e para a sua pluralidade de formatos a fim de pensar as funções parentais nos dias hoje, de um modo que fosse possível indagar sobre a função dos avós nas famílias cujos netos eram por eles criados. No entanto, logo descobrimos que a família se transformou, embora muita coisa ainda se estruturasse mais ou menos do mesmo modo. Fomos capturados por essas famílias e por tudo aquilo que nos era apresentado através delas.

Desde os momentos iniciais desta pesquisa estava em jogo o desejo de olhar para a infância e para aqueles que dela cuidavam, até que lentamente, foi possível debruçar os olhos sobre os avós, lidando, assim, com aqueles que foram convocados a cuidar das crianças mediante a ausência dos pais. Os avós eram os *cuida-dores*: eles tentavam cuidar das dores dos filhos, netos e das suas próprias, inclusive. Levou um certo tempo para conseguir enxergar o sofrimento e os embaraços dos avós que cruzaram nosso caminho. A partir daí, parecia ser finalmente plausível trabalhar com os elementos de instabilidade e tensão, permitindo que os pontos cegos pudessem, de alguma forma, emergir. Era preciso suportar os impasses que enlaçavam essas três gerações e escapavam, timidamente, por entre o discurso e o sintoma destes sujeitos.

Se é no encontro com o Outro que o sujeito se constitui, e ainda, se é no encontro com as demandas de diversas esferas que a parentalização pode ocorrer, sabíamos que estávamos envolvidos em um campo de encontros. Neste sentido, o encontro com estes sujeitos possibilitou que tanto eles, quanto nós, pudéssemos lançar indagações sobre quais eram essas

demandas, o que fazia com que estes avós se responsabilizassem pela criação de seus netos, quais eram os impasses que aí se apresentavam, entre tantas outras questões.

Então, com a prática clínica descobríamos, para muito além da teoria, que falar de família é sempre falar de algo que se movimenta, uma vez que os sujeitos que a compõem são seres inventivos e inacabados. Os avós nos mostravam isso enquanto faziam suas apostas em que seus filhos seriam capazes de constituírem-se pais. Assim, eles nos convidavam a também acreditar que a parentalidade dos filhos poderia ser construída. Por isso, desnaturalizar a experiência de tornar-se pai ou mãe, bem como a parentalização destes avós foi imprescindível para que fôssemos capazes de ouvir estes sujeitos.

As supervisões e orientações foram fundamentais para que as questões que moviam a pesquisa se encontrassem com as questões vivenciadas pelos sujeitos que nos foram apresentados. Somente assim poderíamos acompanhar os movimentos e nos propormos a pensá-los. A cada dia algo novo surgia e reinventava a composição de nosso trajeto. Era difícil e quase insustentável pensar em como seria possível extrair algo que fosse singular em meio a tantas turbulências. Desse modo, sutilmente se esboçavam os limites entre utilizar os casos clínicos para exemplificar a teoria pronta e, por outro lado, se arriscar a construir algo novo extraindo os pontos substanciais dos encontros que transcendiam e modulavam a teoria, colocando-a em cheque para que pudesse ser repensada. Era preciso que nos permitíssemos entregar-nos à missão da invenção.

Em vista disso, os avós nos ensinaram que a dança entre o sujeito e o Outro era mesmo interminável, portanto, havia tempo para que novos embalos e ritmos surgissem, inaugurando uma coreografia sempre inédita. Foi exatamente desta forma que os avós puderam nos mostrar que eles não eram pais substitutos, justamente porque seus desejos não transitavam por aí e, portanto, não havia substituição que se fizesse possível.

Já que o campo era composto por encontros das mais diversas ordens, o encontro com estes avós e com estas famílias abriu espaço para que coisas novas surgissem. Antes mesmo que nos déssemos conta, já podíamos olhar para as famílias plurais sem medo de ver o que havia de diferente, e ainda assim, enxergar invenções que sempre fizeram parte do processo de cair no campo da Linguagem e se haver com os significantes que o Outro lhe imprime. Portanto, constituir-se sujeito desejante, constituir-se pai ou mãe, constituir-se avô ou avó é sempre da ordem de uma árdua invenção que se dá no compasso entre o sujeito e o Outro, entre o sujeito e os outros, logo, entre o sujeito e os embaraços intrínsecos à experiência humana.

Os avós inventavam um modo de lidar com as diversas demandas de parentalização advindas de seus filhos, de seus netos, de si mesmos, bem como das esferas jurídicas, sociais e religiosas. Os pais inventavam uma maneira de se haverem com as questões que envolviam a experiência da parentalidade para além do campo biológico. As crianças inventavam uma forma de lidar com a transitoriedade dos outros que compunham seu processo de constituição psíquica. As famílias se rearranjaram da maneira como lhes era possível. Cada um se arranjava como podia e seguia em frente recriando caminhos.

Enquanto isso, foi preciso que inventássemos as articulações aqui expostas, essa forma peculiar de olhar, esse modo singular de transformar em palavras o que toca o campo da experiência, atravessando-o e compondo-o para muito além do que pôde ser expresso. Neste sentido, a finalização desta caminhada representa que inventar-se não tem fim, logo, conseqüentemente, é preciso seguir adiante para que novas invenções se inaugurem.

REFERÊNCIAS⁵

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Andrade, Carlos Drummond de. (2008). *70 historinhas*. Rio de Janeiro: Record.
- Araújo, C. V. F. de O. (2002). Pai, mãe e filho - reflexões sobre família e educação na modernidade. *Estilos da Clínica*, 7(12), 100-111. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282002000100009&lng=pt&tlng=pt. .
- Araújo, C. P. & Dias, C. M. S. B. (2010). Avós guardiões de baixa renda. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 4(2), 229-237. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume4_n2/araujo_e_dias.pdf.
- Barros, M. (2009). *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record.
- Barros, M. (2003). *Memórias Inventadas - A Infância*, São Paulo, Planeta.
- Bauman, Z. (1998). *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

⁵ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association (6ªed.).

Belchior, A. C. G. (1976). [CD]. Como nossos pais. In: Regina, E. *Falso Brillhante* (Faixa 1, 4min., 21 seg.) Brasil: Phonogram.

Bernardino, L. M. F. (Orgs). (2006). *O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo: Escuta.

Bick, E. (1967). Notas sobre la observación de lactantes en la enseñanza del psicoanálisis. *Revis. Psicoanal*, Argentina, 24 (1), 97-115.

Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 47-62. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100004&lng=pt&tlng=pt.

Cabas, A. C. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Carroll, L. (2002). *Alice: edição comentada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Catão, I. (2009). *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage.

Ceccarelli, P. R. (2002). Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional: revista de psicanálise*, 15(161), 88-98. Disponível em: http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=213

Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89-102. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100007&lng=pt&tlng=pt.

Chaves, L. de S. (2010). Atendimento psicanalítico conjunto pais-criança: uma proposta de intervenção na primeira infância. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Cirino, O. (2001). *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica.

Clement, R. (1985). Parentalité et dysparentalité. In: *Le groupe familial*, FNEPE.

Coelho, D. M., & Santos, M. V. O. (2012). Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 1(1), 90-105. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972012000100006&lng=pt&tlng=pt. .

Comparato, M. C. M. & Monteiro, D. S. F. (Org.). (2001). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise - Vol. I Família e sociedade: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Costa, A. & Poli, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), 14-21. Disponível em:
http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_02.pdf

Debert, G. G. & Simões, J. A. (2006). Envelhecimento e velhice na família contemporânea. Em Freitas, E. V. e cols. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Del Priore, M. (Org.). (2009). *História das crianças no Brasil*. (6.ed.) São Paulo: Contexto.

Dias, C. M. S. B. (2002). A influência dos avós nas dimensões familiar e social. *Revista Symposium*, 6(1), 34-38. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/5743/5743.PDF>

Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. (Ivo Storniolo e Yvone Maria C. T. da Silva, trads.). São Paulo: Idéias & Letras.

Ehrle, G. M. & Day, H. D. (1994). Adjustment and family functioning of grandmother rearing their grandchildren. *Contemporary Family Therapy*, 16(1), 67-82.

Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: *Clinica e pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, pp. 19-35.

Elia, L. (2010). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Engels, F. (1977). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ferrari, I. F. (2002). A psicanálise no mundo da ciência. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, 8(1), 82-91. Disponível em:
http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154248.pdf

Ferreira, T. (1999). *A escrita da clínica: psicanálise com crianças*. Belo Horizonte: Autêntica.

Freud, S. (1900/1996). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. V. (Obra originalmente publicada em 1900).

Freud, S. (1908/1996a). Escritores criativos e devaneio. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. IX. (Obra originalmente publicada em 1908).

- Freud, S. (1908/1996b). Moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. IX. (Obra originalmente publicada em 1908).
- Freud, S. (1911/1996). O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1911).
- Freud, S. (1912/1996a). A dinâmica da transferência. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1912).
- Freud, S. (1912/1996b). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1912).
- Freud, S. (1913/1996a). Totem e Tabu. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XIII. (Obra originalmente publicada em 1913).
- Freud, S. (1913/1996b). Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1913).

Freud, S. (1914/1996a). Sobre o Narcisismo. In *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV. pp.85-122). Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1914).

Freud, S. (1914/1996b). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1914).

Freud, S. (1915/1996a). O inconsciente. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. XV. (Obra originalmente publicada em 1915).

Freud, S. (1915/1996b). Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. V. XII. (Obra originalmente publicada em 1915).

Freud, S. (1920/1996). Além do princípio do prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. XIX. (Obra originalmente publicada em 1920).

Freud, S. (1930/1996). O Mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, V. XXI. (Obra originalmente publicada em 1930).

Goldfarb, D. C., Lopes, R. G. C. (2006). Avosidade: a família e a transmissão psíquica entre gerações. Em: Freitas, E. V. e cols. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Górki, M. (2010). *Infância*. São Paulo: Abril.

Hollanda, C. B. (1967). [LP]. Roda Viva. In: *Chico Buarque de Hollanda - Volume 3*. (Faixa 6, lado A). Brasil: RGE

Hoppe, M. W. (2000/2001). Do modelo narrativo à escritura do fato clínico: o drama do paciente e o caso do analista. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 13(140/141), 56-62. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/140_141_06.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Tábuas Completas de Mortalidade*. Rio de Janeiro: Autor. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2010/notastecnicas.pdf>

Jardim, G. (2005). Adolescência: do mito coletivo ao mito individual. *Imaginário*, 11(11), 35-46. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200003&lng=pt&tlng=pt .

Jerusalinsky, J. (2009). *A criação da criança: Letra e Gozo nos primórdios do psiquismo*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Disponível em:

http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9471

Jerusalinsky, J. (2011). *A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê*.

Salvador, BA: Ágalma.

Julien, P. (2000). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Kaës, R. (2005). *Os Espaços Psíquicos comuns e Partilhados – Transmissão e Negatividade*.

São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da Clínica*, 11(21), 108-125. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200008&lng=pt&tlng=pt.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In.: Comparato, M. C.

M. & Monteiro, D. S. F. (org) *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kipper C. D. R. & Lopes, R. S. (2006, jan-abr). O tornar-se avó no processo de individuação.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(1), 029-034. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000100004

- Lacan, J. (1938/2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. *In: Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Obra originalmente publicada em 1938).
- Lacan, J. (1953/1987). *O Mito Individual do Neurótico*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987. (Obra originalmente publicada em 1953).
- Lacan, J. (1954-1955/1987). *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Obra originalmente publicada em 1955).
- Lacan, J. (1964/2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra originalmente publicada em 1964).
- Lacan, J. (1969/2003). Nota sobre a criança. *In: Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp.369-370. (Obra originalmente publicada em 1969).
- Lebovici, S. (1983). *Le nourrisson, la mère et le psychanalyste*. Paris: Le Centurion.
- Lebovici, S. (2004). Diálogo Leticia Solis-Ponton e Sergue Lebovici. In: Maria Cecília Pereira da Silva (org.). *Ser pai, Ser mãe: Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. (L. Solis-Ponton, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lima, C. A. de S. (2010). *Contribuições psicanalíticas para uma prática de saúde mental do infans: um desafio*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Lipovetsky, G. & Charles, S. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Lopes, E. S. L., Neri, A. L. & Park, M. B. (2005). Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea. *Textos sobre Envelhecimento*, 8(2), 30-32.

Mainetti, A. C., & Wanderbroocke, A. C. N. S. (2013). Avós que assumem a criação de netos. *Pensando famílias*, 17(1), 87-98. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100009&lng=pt&tlng=pt.

Mannoni, M. (1999). *A criança sua doença e os outros*. (M. Seincman, Trad.). São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria.

Mélega, M. P. (1998). Intervenções Terapêuticas Conjuntas Pais-Filhos (primeira parte). *Alter – Jornal de Estudos Psicodinâmicos*, 17 (2), 119-134.

Moraes, M. L. Q. de (2001). A estrutura contemporânea da família. In M.C. Comparato & D.S.F. Monteiro (Orgs.) *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. (Vol. 1, pp. 17-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Moraes, M. L. Q. de. (2011). A nova família e a ordem jurídica. *Cadernos Pagu*, (37), 407-425. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200017&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-83332011000200017.

- Morais, M. B. L. (2006). Poesia, psicanálise e ato criativo: uma travessia poética. *Estudos de Psicanálise*, (29), 45-56. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Moura, A. & Nikos, I. (2000) Estudo de caso, construção do caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. *Pulsional Revista de Psicanálise*, (13)140/141, 69-76.
- Neto, A. N. (2011). O lugar e a função do avô, aquele que é pai duas vezes: um estudo a partir de D. W. Winnicott. *Winnicott e-prints*, 6(2), 1-15. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2011000200001&lng=pt&tlng=pt .
- Neves, A. S. & Romanielli, G. (2006). *A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar*. Estudos de Psicologia, 23(3), 299-306. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000300009
- Neves, A. S. (2009). *Família no singular histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Osório, N. B. & Silva Neto, L. S. (2008). O valor dos avós na sociedade brasileira. *Partes Revista Virtual*. Disponível em: www.partes.com.br/terceiridade/ovalordosvos.asp

Paravidini, J., Próchno, C., Perfeito, H., & Chaves, L. (2009). Atendimento psicoterapêutico conjunto pais-crianças: espaço de circulação de sentidos. *Estilos Da Clinica*, 14(26), 90-105. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v14i26p90-105>

Passos, M. C. (2002). Família: o que muda e o que permanece em diferentes configurações. *Cadernos de Psicologia*, 12 (1), 31-43.

Ramos, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1995.

Rinaldi, D. (2007). Escrita e invenção. In: *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Rosa, J. G. (2001). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Rosa, Miriam Debieux, & Lacet, Cristine. (2012). A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. *Estilos da Clinica*, 17(2), 359-372. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000200012&lng=pt&tlng=pt .

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. (André Telles, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Santos, I. E. & Dias, C. M. S. B. (2008). Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. *Aletheia*, (27), 98-110. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100008&lng=pt&tlng=pt .

Serafim, R. (2012). Ele. In: F. Tavares & R. Serafim. *Inutilidade Poética* (pp.63-102).

Uberlândia: Aline Ed.

Scotton, M. T. (2007). *A representação da infância na poesia de Manoel de Barros*. PUC RJ.

Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt07/t075.pdf>

Sieiro, A. A. (2013). *Impasses na constituição subjetiva de crianças com deficiência visual congênita*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Silva, D. Q. da. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, (39), 37-45.

Solis-Ponton, L. (2004). A construção da parentalidade. In: M. C. P da Silva (org.). *Ser pai, Ser mãe: Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. (L. Solis-Ponton, Trad.). (pp. 29-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tanis, B. (2001). A família atual, a constituição subjetiva da criança e a psicanálise. In M.C. Comparato & D.S.F. Monteiro (Orgs.) *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. (Vol. 1, pp. 39-46). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tanis, B. (2011). *Da arte de escrever à coragem de publicar*. Apresentação realizada em 28/10/2011. Gravação em CD e DVD.

Teperman, D. W. (1999). Do desejo dos pais ao sujeito do desejo. *Estilos da Clínica*, 4(7), 151-158. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281999000200015&lng=pt&tlng=pt.

Vidigal, M. M. B. A. & Tafuri, M. I. (2010). Parentalização: uma questão psicológica. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online*, São Paulo, 7(2), p. 65-74.
Disponível em:
http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v7_n2/parentalizacao_uma_questao_psicologica.pdf



Viganò, C. (2010). A construção do caso clínico. *Opção Lacaniana online*, 1(1), 01-09.
Disponível em:
http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/A_construcao_do_caso_clinico.pdf

Vorcaro, A. (2010). Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico, In: Kyrillos-Neto, F. & Moreira, J. O. (Org.). *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na Universidade*. Barbacena: Eduemg, pp. 11-23.

Zornig, Silvia Maria Abu-Jamra. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470.

ANEXOS

ANEXO I: PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

 Comitê de Ética em Pesquisa	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade

Pesquisador: João Lutz Letão Paravidini

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20480813.6.0000.5152

Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 506.118

Data da Relatoria: 06/12/2013

Apresentação do Projeto:

Avaliação de respostas às pendências apresentadas aos autores do projeto "Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade".

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o exercício da parentalidade pelos avós na atualidade.

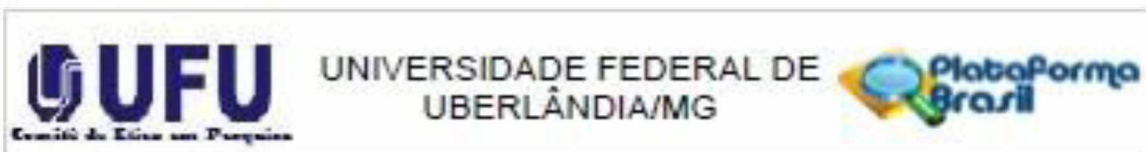
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios aos participantes foram apresentados pelo autores (pendência 4): "Os sujeitos de pesquisa terão como benefício os atendimentos psicológicos semanais pelo tempo que for necessário e o empenho na resolução da queixa apresentada pelo participante, visando melhorar a condição de sofrimento psíquico dos sujeitos envolvidos".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em resposta à pendência 1 os autores descrevem o processo e recrutamento e garantem que o paciente receberá atendimento conforme a ordem da lista de espera do serviço não sendo prejudicados em nenhum momento. Em relação à pendência 2 os autores descrevem o processo de avaliação inicial no serviço aonde será realizado o estudo no qual é possível avaliar a gravidade da queixa. Serão incluídos apenas casos não considerados graves e a queixa será objeto de cuidado pelos pesquisadores durante os atendimentos e se necessário estenderão o atendimento além das entrevistas que completam o estudo para trabalhar essa queixa. Para a pendência 3 foi

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 234 - Campus Sta. Mônica			
Bairro: Santa Mônica		CEP: 38.406-144	
UF: MG	Município: UBERLÂNDIA		
Telefone: (34)3239-4131	Fax: (34)3239-4335	E-mail: cep@propp.ufu.br	



Continuação do Parecer 506.116

descrito o modo de atendimento e o ressarcimento pelo deslocamento (o serviço rotineiramente já fornece quando solicitado ressarcimento pelo deslocamento aos pacientes atendidos).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi adequado em sua linguagem conforme solicitado anteriormente (pendência 5). Demais termos adequados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências solicitadas no parecer insubstanciadas no. 452.913 de 452.913 foram resolvidas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: abril de 2015.

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

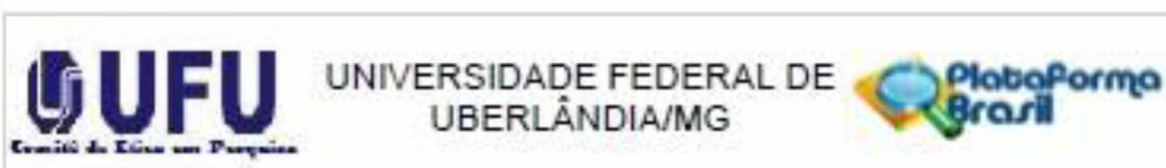
O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- 1- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delimitada no protocolo aprovado e

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 506.118

descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

3- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) junto com seu posicionamento.

4- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, Item III.2.e).

UBERLÂNDIA, 03 de Janeiro de 2014

Assinador por:
Sandra Terezinha de Farias Furtado
 (Coordenador)

Endereço: Av. João Neves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
 Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144
 UF: MG Município: UBERLÂNDIA
 Telefone: (34)3230-4131 Fax: (34)3230-4335 E-mail: cep@propp.ufu.br

ANEXO II: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “**Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Fernanda Aline Tavares Amaro, mestranda em Psicologia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU) e do pesquisador Prof.^a Dr. João Luiz Leitão Paravidini, docente do IPUFU.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender o modo como as crianças estão sendo cuidadas pelos seus pais e avós; destacando o modo como os avós vivenciam sua participação em suas famílias nos dias de hoje.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Fernanda Aline Tavares Amaro em primeiro contato, após convite e esclarecimentos, feito na Clínica de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Na sua participação você deverá comparecer em atendimentos clínicos semanais compostos por observações e entrevistas.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

A presente pesquisa não apresenta riscos aos seus participantes, a não ser os riscos terapêuticos que fazem parte de qualquer trabalho clínico, como a mobilização de conteúdos emocionais durante às sessões. Quanto aos benefícios, acreditamos que os participantes possam encontrar, a partir dos atendimentos semanais, melhores condições de vida psíquica para lidar com os seus sofrimentos. Além disso, acreditamos que através desta pesquisa poderemos entender melhor como as famílias atuais se organizam com relação aos cuidados com as crianças e qual a função dos avós nessas dinâmicas familiares.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini e Fernanda Aline Tavares Amaro - Av. Pará, 1720 Bloco 2C Campus Umuarama - Uberlândia/MG. Fone (34)3218-2235.

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131.

Uberlândia, _____ de _____ de 20____.

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Fernanda Aline Tavares Amaro

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

ANEXO III: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MENOR DE IDADE)

Prezado(a) senhor(a), o(a) menor, pelo qual o(a) senhor(a) é responsável, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Fernanda Aline Tavares Amaro, mestranda em Psicologia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU) e do pesquisador Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini, docente do IPUFU. Nesta pesquisa nós estamos buscando entender o modo como as crianças estão sendo cuidadas pelos seus pais e avós; destacando o modo como os avós vivenciam sua participação em suas famílias nos dias de hoje.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Fernanda Aline Tavares Amaro em primeiro contato, após convite e esclarecimentos, feito na Clínica de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Na participação do(a) menor, ele(a) e sua família deverão comparecer em atendimentos clínicos semanais compostos por observações e entrevistas.

Em nenhum momento o(a) menor será identificado(a). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

O(A) menor não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos, da participação do(a) menor na pesquisa, consistem em nos riscos terapêuticos que fazem parte de qualquer trabalho clínico, como a mobilização de conteúdos emocionais durante às sessões. Quanto aos benefícios, acreditamos que os participantes possam encontrar, a partir dos atendimentos semanais, melhores condições de vida psíquica para lidar com os seus sofrimentos. Além disso, acreditamos que através desta pesquisa poderemos entender

melhor como as famílias atuais se organizam com relação aos cuidados com as crianças e qual a função dos avós nessas dinâmicas familiares.

O(A) menor é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o(a) senhor(a), responsável legal pelo(a) menor.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini e Fernanda Aline Tavares Amaro - Av. Pará, 1720 Bloco 2C Campus Umuarama - Uberlândia/MG. Fone (34)3218-2235.

Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131.

Uberlândia, de de 2014.

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Fernanda Aline Tavares Amaro

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____
consinto na sua participação no projeto citado acima, caso ele(a) deseje, após ter sido devidamente esclarecido.

Responsável pelo(a) menor participante da pesquisa

ANEXO VI: AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**AUTORIZAÇÃO**

Autorizamos que o projeto de pesquisa intitulado "Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade", que tem como pesquisadores responsáveis o Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini e a mestranda Fernanda Aline Tavares Amaro, cujo objetivo do referido projeto é estudar a função que os avós ocupam em meio às dinâmicas familiares atuais, utilize o espaço da Clínica Psicológica alocada no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.


 Universidade Federal de Uberlândia
 Profa. Dra. Cláudia Dechichi
 Diretora do Instituto de Psicologia
 Portaria nº 639, de 17 de maio de 2011

PROF.ª DR.ª CLÁUDIA DECHICHI


Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (IPUFU)


 PROF.ª DR.ª JOYCE MARLY GONÇALVES FREIRE

Diretora da Clínica Psicológica da Universidade Federal de Uberlândia (CLIPS/UFU)


 PROF. DR. JOÃO LUIZ LEITÃO PARAVIDINI

Pesquisador e Orientador do Projeto/ Professor Adjunto IPUFU


 FERNANDA ALINE TAVARES AMARO

Pesquisadora Mestranda em Psicologia Aplicada IPUFU

Uberlândia, 06 de Setembro de 2013

ANEXO V: DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE DA PESQUISA**DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE**

Declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Autorizo a pesquisadora Fernanda Aline Tavares Amaro a realizar as etapas de observações e entrevistas no contexto de atendimentos clínicos utilizando-se da infraestrutura desta Instituição.



PROF.ª DR.ª JOYCE MARLY GONÇALVES FREIRE
Diretora da Clínica Psicológica da Universidade Federal de Uberlândia (CLIPS/UFU)

Uberlândia, 06 de Setembro de 2013.

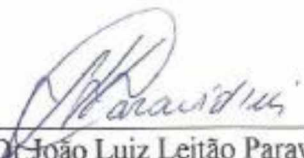
ANEXO VI: TERMO DE COMPROMISSO DA EQUIPE EXECUTORA DE PESQUISA**TERMO DE COMPROMISSO DA EQUIPE EXECUTORA**

Nós, abaixo assinados, nos comprometemos a desenvolver o projeto de pesquisa intitulado "Os avós e o exercício da parentalidade na atualidade" de acordo com a resolução 196/096/CNS.


Declaramos ainda que o Projeto de Pesquisa anexado por nós, pesquisadores, na Plataforma Brasil possui conteúdo idêntico ao que foi preenchido nos campos disponíveis na própria Plataforma Brasil. Portanto, para fins de análise pelo Comitê de Ética, a versão do Projeto que será gerada automaticamente pela Plataforma Brasil no formato "pdf." terá o conteúdo idêntico à versão do Projeto anexada por nós, os pesquisadores.

Data: 06.10.2013

Nomes e Assinaturas:



Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini
<http://lattes.cnpq.br/1972943414602000>



Fernanda Aline Tavares Amaro
<http://lattes.cnpq.br/3014430673201352>